



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS/ CCHN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS/ PGCS

ALEXSANDER FONSECA DE ARAUJO

**MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NO ESPÍRITO SANTO:
IDENTIDADE COLETIVA E REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESASTRE NO
RIO DOCE**

Vitória

2021

ALEXSANDER FONSECA DE ARAUJO

**MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NO ESPÍRITO SANTO:
IDENTIDADE COLETIVA E REDES SOCIAIS NO CONTEXTO DO DESASTRE NO
RIO DOCE**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Euzeneia Carlos.

Vitória

2021

Alexsander Fonseca de Araujo

**MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NO
ESPIRITO SANTO: IDENTIDADE COLETIVA E REDES SOCIAIS
NO CONTEXTO DO DESASTRE NO RIO DOCE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 30 de julho de 2021.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Euzeneia Carlos (UFES)
Orientadora e Presidente da Sessão

Prof. Dr. Eduardo Georjão Fernandes (UVV)
Examinador Externo

Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle (USP)
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
EUZENEIA CARLOS - SIAPE 2421358
Departamento de Ciências Sociais - DCS/CCHN
Em 02/08/2021 às 21:39

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/241327?tipoArquivo=O>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

A658 m Araujo, Alexsander Fonseca de, 1995-
Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no Espírito Santo: identidade coletiva e redes sociais no contexto do desastre no rio Doce / Alexsander Fonseca de Araujo. - 2021.
122 f. : il.

Orientadora: Euzeneia Carlos.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Movimentos sociais. 2. MAB. 3. Desastre no Rio Doce. 4. Identidades Coletivas. 5. Análise de Redes Sociais. 6. Social Movements. I. Carlos, Euzeneia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos são direcionados a todos os aspectos que se relacionam com a minha formação contínua como ser social, político e acadêmico. Um trabalho de pesquisa é sempre uma construção coletiva.

Agradeço à minha família por todo o tipo de suporte e amor incondicional, especialmente a minha mãe, ao qual dedico todo tipo de feito e a todos de minha família que não tiveram a oportunidade da universidade.

À minha companheira e melhor amiga, Bethina, que vêm junto comigo nessa trajetória acadêmica desde o início, proporcionando apoio a qualquer hora.

Aos meus amigos da UFES e colegas de mestrado da turma de 2019, por todas as trocas e momentos de confraternização! Aos colegas do NUPAD e agregados, pelas idas a campo juntos que faziam do trabalho e os perrengues mais leves, pelo cotidiano no laboratório e os cafés de intervalos, pelos eventos e encontros que pudemos ir juntos ao qual ficarão marcados na memória, por isso, agradeço especialmente à Profa. Marta Zorzal que nos deu tanto suporte e compartilhou de ótimos momentos.

À cada docente do PGCS/UFES que contribuiu para meu processo acadêmico, seja nas aulas, nos eventos, reuniões de colegiado ou nos bares (mesmo que raramente).

À minha orientadora, Euzeneia, pela imensurável orientação nessa trajetória, por tanto aprendizado e profissionalismo sem igual, obrigado!

À CAPES agradeço pela bolsa concedida pela Rede de Pesquisa ComRioComMar, sem ela esse trabalho não seria realizado. E agradeço a todos da rede pelos momentos de troca!

Por fim, agradeço a todas as pessoas envolvidas no processo descrito nesse trabalho, aos militantes do MAB por todo o trabalho feito pelo rio Doce e pela colaboração nessa pesquisa. Aos atingidos que conheci e todos que participavam em conjunto das atividades em prol de justiça, agradeço pela vivência que nos tornam mais humanizados.

RESUMO

Esta dissertação analisa o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) em seu processo de difusão e chegada ao Espírito Santo após o Desastre no rio Doce, causado pelo rompimento da barragem de Fundão das empresas Samarco/Vale/BHP Billiton em 05 de novembro de 2015. Esse contexto impulsionou a emergência de um processo político de mobilização social em prol dos direitos de reparação das pessoas atingidas, em face de uma gestão institucional e administrativa dos conflitos pelas empresas. Por sua vez, o MAB-ES se organizou e mobilizou os atingidos de forma notória, cujo processo buscamos compreender através da análise do papel da construção da identidade coletiva de atingido e das relações em redes sociais no processo de organização do MAB no Espírito Santo. Para isso, adotamos como aporte teórico a Sociologia dos Desastres e os estudos contemporâneos de movimentos sociais da *Contentious Politics* (McAdam; Tilly; Tarrow, 2001; Tilly e Tarrow, 2015) e Rede de Movimento Social (McAdam; Diani, 2003), atribuindo central atenção aos mecanismos cognitivos e relacionais implicados nas duas categorias analíticas, respectivamente: a Identidade Coletiva e as Redes Sociais do movimento. Para alcançar os objetivos da pesquisa, o método qualitativo priorizou os dados primários a partir de entrevistas com coordenadores do MAB-ES e observação participante em atividades do movimento. Além disso, deu suporte às análises a coleta de material documental e a utilização de dados secundários do *survey* aplicado em 2018, desenvolvido no Núcleo Participação e Democracia. A sistematização dos dados empíricos ocorreu com o auxílio dos softwares *NVivo 12 Plus*, para materiais qualitativos, e o *Gephi*, para gerar a Análise de Redes Sociais (ARS). Foi possível compreender como o MAB-ES construiu a identidade coletiva de atingido nas comunidades locais num contexto de sofrimento social, através da consciência de luta coletiva e de organização em prol de seus direitos. Para tanto, foram identificados os mecanismos cognitivos de difusão territorial, inovação organizativa e amplificação simbólica. Compreendemos também, a partir dos mecanismos relacionais, o papel das redes sociais como apoio e sustentação do movimento por seus aliados no confronto político, marcado pela assimetria das relações de poder com os opositores. Foi possível identificar o MAB-ES com características de centralidade e intermediação dentre os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, e ainda seu processo de expansão, aproximação e estabilidade das relações durante 2018 a 2020. Buscamos assim, contribuições teóricas e metodológicas para as áreas das Ciências Sociais e da Ciência Política, contribuindo para a compreensão de um processo político de grande repercussão que afetou diretamente a sociedade.

Palavras-chave: Movimentos sociais; MAB; Desastre no Rio Doce; Identidades Coletivas; Análise de Redes Sociais.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the movement Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) in its diffusion process and arrival at the Espírito Santo after the disaster in Rio Doce, caused by the dam failure of the Samarco / Vale / BHP Billiton companies on November 5, 2015. This context has driven the emergence of a political process of social mobilization for the rights of repair of the people affected, in the face of institutional and administrative management of conflicts by companies. In turn, MAB-ES has organized and mobilized those affected in a notorious way, whose process we seek to understand through the analysis of the role of the construction of the collective identity of affected and social networks in the MAB organization process in Espírito Santo. For this, we adopted as theoretical contribution of disaster sociology and contemporary studies of social movements by contents politics (McAdam; Tilly, Tarrow, 2001; Tilly and Tarrow, 2015) and social movement network (McAdam; Diani, 2003), assigning central attention to the cognitive and relational mechanisms implicated in the two analytical categories, respectively: the collective identity and the social networks of the movement. To achieve research objectives, the qualitative method prioritized primary data from interviews with MAB-ES coordinators and participant observation in movement activities. In addition, documentary material collection and the use of Survey's secondary data applied in 2018, developed in the Núcleo Participação e Democracia. The systematization of empirical data occurred to the aid of Nvivo 12 Plus software for qualitative materials, and Gephi to generate the social networks analysis (SNA). It was possible to understand how MAB-ES has built the collective identity of achieved in local communities in a context of social suffering, through collective and organization awareness for their rights. For this, the cognitive mechanisms of territorial diffusion, organizational innovation and symbolic amplification were identified. We also understand, from the relational mechanisms, the role of social networks as support of the movement by its allies in the political confrontation, marked by the asymmetry of power relations with opponents. It was possible to identify MAB-ES with characteristics of centrality and intermediation from social movements and civil society organizations, and still, their process of expansion, approximation and stability of relations during 2018 to 2020. We thus seek theoretical and methodological contributions to areas Social Sciences and Political Science, contributing to the understanding of a political process of great repercussion that directly affected society

Keywords: Social Movements; MAB; Disaster in Rio Doce; Collective Identities; Social Networks Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira oficina do CIF em Linhares, 2018.	22
Figura 2 - 5 anos de injustiça. Regência, 2020.	24
Figura 3 - Cronologia do Desastre no rio Doce.	48
Figura 4 - Município de Barra Longa local da Casa Solidaria.	52
Figura 5 - Diagrama de categorias analíticas e seus mecanismos.	57
Figura 6 - Como o MAB-ES organiza e mobiliza os atingidos.	61
Figura 7 - Dificuldades de organizar e mobilizar os atingidos.	61
Figura 8 - O papel da identidade coletiva de atingido.	64
Figura 9 - Identificação e trajetória do militante.	66
Figura 10 - Enquadramentos interpretativos.	69
Figura 11 - Folders de campanhas do MAB.	71
Figura 12 - "do rio ao mar não vão nos calar".	73
Figura 13 - Apoio ao MAB desde sua chegada ao estado.	76
Figura 14 - Sociograma da rede inteira com betweenness e in-degrees.	81
Figura 15 - Sociograma da rede inteira com clusters e in-degrees.	83
Figura 16 - Sociograma da rede ego em terceiro nível.	85
Figura 17 - Sociograma da rede ego em segundo nível.	87
Figura 18 - Sociograma da rede ego em primeiro nível.	88
Figura 19 - Sociograma do MAB 2020 em rede ego primeiro nível.	93
Figura 20 - Sociograma comparativo das redes ego MAB 2018-2020.	98
Figura 21 - O papel e importância das relações do MAB-ES.	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porque o MAB vem para o ES e quais os objetivos.....	62
Tabela 2 - Como o MAB constrói a ideia de atingido nas comunidades e quais são as dificuldades.....	65
Tabela 3 - Como conheceu e qual o tempo de participação no MAB.....	67
Tabela 4 - Oposição do MAB.....	74
Tabela 5 - Siglas de nós da <i>whole network</i>	80
Tabela 6 - Comparação dos tipos de rede ego.....	84
Tabela 7 - Siglas de nós da ego network 2020.....	92

LISTA DE SIGLAS

ACFPOVO	Associação Cultural e Folclórica de Povoação
ACODE	Associação Colatinense de Defesa Ecológica
ACP	Associação de Comércio de Povoação
ACR	Associação Comercial de Regência
AEP	Análise de Eventos de Protestos
AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos
ALES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ALIANÇARD	Aliança Rio Doce
AMBCG	Associação Moradores Bairro Carlos Germano Naumann
AMBSA	Associação De Moradores De Santo Antônio
AMMAORT	Associação De Moradores De Maria Ortiz
AMOR	Associação De Moradores De Regência
AMP	Associação De Moradores De Povoação
AMPOVO	Associação De Moradores E Amigos De Povoação
AMSM	Associação De Moradores De São Miguel
ANA	Agência Nacional De Águas
APCOL	Associação De Pescadores De Colatina
APCONPENA	Associação De Pescadores De Conselheiro Pena
APESC	Associação De Pesca Esportiva De Colatina
APEVIDA	Associação De Pescadores Profissionais Nova Vida
APMAORTIZ	Associação De Pescadores De Maria Ortiz
APP	Associação De Pescadores De Povoação
APRBG	Associação Dos Produtores Rurais De Baixo Guandu
APREG	Associação De Pescadores De Regência
APRV-GUANDU	Associação Dos Produtores Rurais De Baixo Guandu
ARQUIDIOCESE_VIT	Arquidiocese De Vitória Do Espírito Santo
ARS	Análise De Redes Sociais
ARTE	Associação De Artesãos E Assemelhados De Regência E Região
ASL	Associação De Surf De Linhares
ATI	Assessorias Técnicas Independentes
BHP	Bhp Billiton
BpVLADIMIR	Dom Joaquim Wladimir Lopes Dias - Diocese De Colatina
CAMARAREG	Câmara De Vereadores De Regência
CARITAS	Cáritas Diocesana De Colatina
CASAROSA	Instituto Unidos Pela Vida
CBH-GUANDU	Comitê Da Bacia Hidrográfica Do Rio Guandu
CBH-RD	Comitê Da Bacia Hidrográfica Do Rio Doce
CIF	Comitê Interfederativo
CJP	Comissão Justiça E Paz Da Arquidiocese De Vitória
COLPESPOV	Colônia De Pescadores De Povoação
COMATING	Comissão Dos Atingidos
CONFREM	Comissão Nacional De Fortalecimento Das Reservas Extrativistas E Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros E Marinheiros
CordPastDIOC	Coordenação Das Pastorais Da Diocese Colatina
CPN	Coletivo Pimenta Nativa
CPP	Conselho Pastoral Dos Pescadores
CRAB	Comissão Regional De Barragens
CUT	Central Única Dos Trabalhadores
DIOCESECOL	Diocese De Colatina
DOM_WLAD	Dom Joaquim Wladimir Lopes Dias

DP_HELDER	Helder Salomão - Deputado Federal Do Es - Pt
DP_IRINY	Iriny Nicolau Corres Lopes - Deputada Estadual Do Es - Pt
DpE_ELIANE	Eliana Dadalto - Deputada Estadual Do Es - Partido Trabalhista Cristão
DPES	Defensoria Pública Do Estado Do Espírito Santo
DpF_GIVALDO	Givaldo Vieira Da Silva - Pcdob - Dep. Federal Es
EDUCA-FCP	Educação Básica-Formação Continuada De Professores
EOP	Estrutura De Oportunidades Políticas
ES	Espírito Santo
ESCOLAFUT	Escolinha De Futebol - Referencia Regência
ESCOLAS	Escolas
FAMOL	Federação Das Associações De Moradores De Linhares
FAP	Fórum Ambiental Permanente
FAPPAAES	Federação Das Associações Dos Pescadores Profissionais Artesanais Do Espirito Santo
FCDRC	Forum Capixaba De Defesa Do Rio Doce
FEAB	Federação Dos Estudantes De Agronomia Do Brasil
FETAES	Federação Dos Trabalhadores Na Agricultura No Estado Do Espírito Santo
FFN	Fórum Foz Norte
FORUMMUL_ES	Fórum De Mulheres Do Espirito Santo
FRENTBRPOP	Frente Brasil Popular
FSOSRD	Fórum Sos Rio Doce Colatina
FUP	Federação Única Dos Petroleiros
GAMBA	Grupo Ambientalista Bio-Atlântica
IFESITAP	Ifes Itapina
IG_EVANGELICA	Igrejas Evangélicas
IGANGELICANA	Igreja Anglicana
IGCATOLICA	Igrejas Católicas
INCAPER	Instituto Capixaba De Pesquisa, Assistência Técnica E Extensão Rural
ISM	Índice De Sustentabilidade Da Mineração
ITERRA	Instituto Terra
LEVANTPOPJUV	Levante Popular Da Juventude Do Es
LIONS	Lions Clubes Colatina
MAB	Movimento De Atingidos Por Barragens
MAÇONARIA	Organização Maçon
MAR	Movimiento De Afectados Por Represas
MG	Minas Gerais
MMC	Movimento De Mulheres Camponesas
MNDH	Movimento Nacional De Direitos Humanos
MOVASSE	Movimento De Moradia De Colatina
MPA	Movimento Dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPP	Movimento De Pescadores E Pescadoras Artesanais
MPT	Ministério Público Do Trabalho
MS	Movimento Social
MST	Movimento Dos Sem Terra
MTPDR	Movimento Todos Pelo Rio Doce
NUPAD	Núcleo Participação E Democracia
OAB-CMA	Organização Dos Advogados Do Brasil - Comissão Do Meio Ambiente Em Colatina
OSC	Organização Da Sociedade Civil
PAC	Plano De Aceleração Do Crescimento
PastEcologia	Pastoral Da Ecologia - Igreja Católica De Colatina

PCdoB	Partido Comunista Do Brasil
PD_KELDER	Padre Kelder Brandão
PeMIRANDA	Padre Joseumar Miranda Da Silva - Diocese De Colatina
PJR	Pastoral Da Juventude Rural
PLATAPOCAE	Plataforma Operária E Camponesa Da Água E Energia
PNAB	Política Nacional Dos Atingidos Por Barragens
PrefLINHARES	Prefeitura De Linhares
PROCREP	Procuradoria Da República No Município De Colatina
PT	Partido Dos Trabalhadores
REGENERA	Cursos Sobre A Aroeira
RENOVA	Fundação Renova
RMS	Rede De Movimento Social
SAMARCO	Samarco Mineração S.A.
SINDAEMA	Sindicato Dos Trabalhadores Em Água, Esgoto E Meio Ambiente Do Espírito Santo
SINDBANCA	Sindicato Dos Bancários
SINDFER	Sindicato Dos Ferroviários Do Espírito Santo E Minas Gerais
SINDIPESMES	Sindicato Dos Pescadores E Marisqueiros Do Espírito Santo
SINDPETRO	Sindicato Dos Petroleiros
SINDVEST	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário de Colatina e Região em Colatina
SR	Sociologia Relacional
STRBAG	Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Baixo Guandu-ES
STRCOL	Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Colatina-Es
TAC GOV	Termo de Ajustamento de Conduta Governança
TAMAR	Projeto Tamar
TAP	Termo De Ajustamento Preliminar
TNMS	Teoria Dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria Do Processo Político
TTAC	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
VALE	Vale S.A.
VIA CAMPESINA	Via Campesina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PONTOS DE PARTIDA	12
1.1. O Contexto e o problema	12
1.2. A pesquisa	15
1.3. Estrutura	19
1.4. Prólogo metodológico: o trabalho de campo	19
CAPÍTULO 1: O “DESASTRE EM MOVIMENTO”	26
1.1. A Sociologia dos Desastres	26
1.2. Os Estudos dos Movimentos Sociais	29
1.2.1. A perspectiva do confronto político	29
1.2.2. Identidades Coletivas	34
1.2.3. Análise de Redes Sociais	39
CAPÍTULO 2: “LAMA E LUTA”	45
2.1. História e contexto	45
2.2. O Desastre no caminho do rio Doce	47
2.3. Leituras do Desastre no rio Doce	53
2.4. Leitura metodológica sobre o MAB	56
CAPÍTULO 3: IDENTIDADE COLETIVA COMO MECANISMO COGNITIVO DO MAB-ES	59
3.1. Identificando o movimento	59
3.2. O papel da identidade coletiva de atingido	63
3.3. Dimensão individual da identidade coletiva	63
3.4. Frame! Enquadramento interpretativo do MAB-ES	69
3.5. Enquadramentos interpretativos de interação	74
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO MECANISMO RELACIONAL DO MAB-ES	78
4.1. Whole Network do Desastre no rio Doce	79

4.2. Ego Network <i>do MAB</i>	84
4.3. Processos de mudanças em redes sociais do MAB: 2018-2020	91
4.4. “Da lama que a gente sai, a gente não sai sozinho”	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A	116
APÊNDICE B	117

INTRODUÇÃO: PONTOS DE PARTIDA

1.1. O Contexto e o problema

O cenário do Desastre no rio Doce¹, causado pelo rompimento da barragem de Fundão/MG da empresa Samarco, controlada pela Vale S/A e BHP Billiton, em 05 de novembro de 2015, foi responsável por 19 vítimas fatais² e destruiu a fauna e flora com o despejo de aproximadamente 55 milhões de m³ da ‘Lama da Samarco’³. Estima-se que 11 toneladas de carcaças de peixe foram coletadas e cerca de 1.775 hectares de Mata Atlântica foram degradados⁴. Atingiu, sobretudo, as populações de comunidades mais vulneráveis, inviabilizando a subsistência das famílias de ribeirinhos e de pescadores que retiravam seu sustento do rio e do mar, em algumas áreas, de comunidades tradicionais de indígenas e quilombolas, além de outros territórios rurais (SOUZA; CARLOS, 2019). Para além do impacto causado pelo rompimento, a gestão e política das empresas foram de caráter criminoso ao tentar mitigar e disfarçar desde o início a negligência que resultou em falha tecnológica, levando a questão dos atingidos ao descaso, considerando o desastre como mero ‘acidente’. Esse tratamento da gestão do desastre assegurado pela União, deslocou fortemente as empresas da responsabilização dos crimes cometidos e as levou para uma mesa de negociações (ZHOURI, 2016), resultando na assinatura do “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta” (TTAC), em 02 de março de 2016. Daí em diante diversos acordos foram elaborados buscando a revisão desse Termo, fortemente criticado pelos atingidos principalmente no que se diz respeito a participação nas decisões sobre reparação. As empresas continuaram a ter o poder de decisão sobre a gestão da reparação e indenização do desastre, com base em um tratamento institucional e administrativo dos conflitos, que lhes conferiu a prerrogativa de decidir quem é o atingido com direito a indenizações. Esses elementos, dentre outros que aprofundaremos

¹ Usarei a terminologia de Desastre no rio Doce, distinguindo das variações “Desastre de Mariana”, “Desastre da Samarco” entre outras, para fugir do reducionismo. Creio ser necessária a explicitação de que o desastre assassinou todo o rio pelo qual perpassa, além de um ou outro município, vai além também da atuação de uma única empresa. É necessário nomear o rio, atingido principal desse desastre. Incluo ainda que o termo desastre não é excluyente da classificação do caso como crime.

² Sileno Narkievicius de Lima; Waldemir Aparecido Leandro; Emanuely Vitória; Thiago Damasceno Santos; Marcos Xavier; Marcos Aurélio Pereira Moura; Samuel Vieira Albino; Mateus Márcio Fernandes; Edinaldo Oliveira de Assis; Daniel Altamiro de Carvalho; Maria Elisa Lucas; Maria das Graças Celestino; Claudemir Santos; Pedro Paulino Lopes; Antônio Prisco de Souza; Vando Maurílio dos Santos; Ailton Martins dos Santos; Edmirson José Pessoa (desaparecido)

³ A lama da Samarco é o nome popular do que se chama de pluma de sedimentos ou rejeitos, despejada pelo rompimento da barragem.

⁴ <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/12/lama-de-mariana-destruiu-324-hectares-de-mata-atlantica.html> e http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/?_ga=2.60598885.916963812.1586439098-342c8124-43f7-8179-5470-1cc866ba6da9

nesse trabalho, estão no cerne do conflito em torno do desastre no rio Doce, recorrente até os dias atuais.

O rompimento da barragem da Samarco é um caso emblemático – em grande escala, catastrófico e drástico –, das consequências negativas da política brasileira de desenvolvimento econômico nas últimas décadas, partindo de um contexto da América Latina adotado por governos progressistas que atenderam ao crescimento da demanda mundial por combustíveis, metais e minerais, *commodities* em geral, ao qual se denomina o neoextrativismo (GUDYNAS, 2012a). Ainda que haja diferenças entre o neoextrativismo e o extrativismo convencional, seus impactos sociais e ambientais são mantidos (GUDYNAS, 2012a), se não, maiores ainda, considerando que o desenvolvimento neoextrativista combina uma superexploração dos recursos naturais com a expansão de novas fronteiras territoriais a partir de grandes empreendimentos, também chamados de mega-projetos.

Svampa (2012) assinala que o “consenso de commodities” do neoextrativismo foi uma transformação de bonança na economia da América Latina, como poucas vezes visto na história. Essa reprimarização⁵ da economia iniciou-se por volta do ano 2000, no caso da cotação de metais não preciosos, ‘estratégicos’ para mineração, com crescimento de mais de 600% entre 2000 a 2011. Os commodities se tornaram um consenso apoiado na ideia do crescimento econômico com a roupagem da superação das desigualdades sociais e financiamento de programas sociais, mas, por outro lado, atrelados a grandes empreendimentos com expansão territorial e a metas de crescimento de exportação (ACOSTA; BRAND, 2018).

Esse cenário de intensificação da atividade econômica tem proporcionado o agravamento das disputas territoriais, havendo um crescimento expressivo de conflitos ambientais na América Latina, entre 2006 a 2008 (VILLEGAS, 2014). Além disso, a competição por investimentos intensificaria, por exemplo, a flexibilização das normas trabalhistas e ambientais, complexificando os confrontos políticos dessas áreas. Nesse sentido, Milanez et al. (2018) faz uma análise especificamente sobre a Vale S.A. e pontua algumas questões que evidenciam esses conflitos. Segundo o autor, pela competitividade e concorrência no mercado mundial, que tende a pressionar por resultados de curto prazo, principalmente pela concorrência e expansão do setor de mineração na Austrália, a Vale vem sustentando sua rentabilidade com redução de custos. Por exemplo, a intensificação de exploração do trabalho, seja pela terceirização seja pela precarização de suas condições. O autor pontua ainda, que isso

⁵ Conceito da Economia relativo ao fenômeno da desindustrialização para a valorização dos produtos primários.

se dá por uma capacidade peculiar da empresa em influenciar decisões governamentais, assim como sua relação histórica construída com órgãos de controle e regulação.

Esse contexto serve para entendermos, como pano de fundo, certos aspectos e elementos envolvidos na multiplicidade de conflitos em diferentes partes da América Latina, motivados por grandes empreendimentos neoextrativistas, como o desastre no rio Doce. Os conflitos têm similaridades, havendo um duplo movimento: de um lado, a privatização e uso do capital neoliberal de apropriação de espaços de reprodução cultural e social; de outro, as novas formas de resistência e modelos alternativos (TETREAULT et al., 2018). Essa dualidade é o cerne da **problemática do confronto político** no processo de desenvolvimento e modernização, onde as populações atingidas por esse processo sofrem e resistem ao choque das perdas materiais e não-materiais de seus modos de vida e concepções de bem-estar.

As mobilizações no cenário do desastre no rio Doce são uma expressão desse confronto, podemos dizer que a resistência à política e gestão do desastre pelas empresas responsáveis, se dá pela atuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Movimentos Sociais (MS) que se mobilizam em prol das reparações e direitos dos atingidos. Observa-se aqui a difusão do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) para o Espírito Santo, que proporciona no conflito uma atuação notória na perspectiva de organização e mobilização da ação coletiva, por exemplo: a coordenação entre os estados de MG e ES, sua articulação em redes de OSC e MS – local, nacional e internacional – e seu recrutamento de ativistas e trabalho de base nos municípios capixabas, cuja bandeira política de atingidos por barragens não existia anteriormente. Esta pesquisa se debruça sobre esse fenômeno: como o MAB se organizou e mobilizou os atingidos pelo desastre no rio Doce no Espírito Santo?

Até então, no estado do Espírito Santo, não havia destaque às mobilizações em torno da defesa dos direitos de populações atingidas por barragens, nem do recorte da mineração. Assim sendo, a chegada do MAB ao ES é particularmente relevante no contexto do desastre, diferentemente de Minas Gerais onde o movimento já era atuante. A grande visibilidade nacional e internacional, devido à dimensão de um dos maiores desastres socioambientais da história do país (GEPPEDES, 2017), ampliou as possibilidades de conexões de atores locais com atores nacionais que se interessaram pelas realidades das comunidades atingidas

(LOSEKANN, 2018). Nesse sentido, destacamos o processo de difusão⁶ do MAB ao chegar nos municípios atingidos do Espírito Santo através da vinda de militantes do MAB Nacional.

O MAB é um movimento social nacional de caráter popular, reivindicatório e político. Foi criado a partir de mobilizações no final da década de 1970 contra as usinas hidrelétricas na região do Alto Uruguai SC-RS, numa reunião promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que resultou na Comissão Regional de Barragens (CRAB) e, posteriormente em 1991, no MAB. Este movimento tem configurações de trabalho de base mais locais, porém se articulam estrategicamente em redes no âmbito regional, nacional e internacional, como a Via Campesina, que se configuram em mobilizações em prol de direitos humanos e transformações para uma nova concepção de desenvolvimento, no caso do MAB, de uma nova matriz energética (SCHERER-WARREN; REIS, 2006).

Como dito, apesar de inexistente nos territórios capixabas algum grupo de base ou organização do movimento, já havia entretanto um histórico de mobilizações em torno de conflitos ambientais semelhantes vinculados a grandes empreendimentos industriais, como a Vale S.A. Também era existente movimentos e organizações locais e tradicionais de pautas progressistas convergentes ao MAB – como reforma agrária, agroecologia, ambientalismo e direitos humanos – que são historicamente aliados, a partir de entidades como a Igreja Católica e as entidades da Via Campesina (LOSEKANN, 2018). Ao longo desta pesquisa exploraremos melhor esses aspectos e elementos que caracterizam o movimento no Espírito Santo, sua identidade coletiva e suas relações em redes sociais, considerando o contexto do Desastre, já que é a partir deste que o MAB se fixa e se organiza nos territórios capixabas.

1.2. A pesquisa

Esta pesquisa se iniciou por meio exploratório em uma iniciação científica realizada para execução do projeto de pesquisa “Sociedade civil, Estado e Políticas Públicas no contexto do desastre no rio Doce”⁷, ao longo de 2018. Foi possível levantar as primeiras impressões e

⁶ A difusão é um dos mecanismos para a mudança de escala de um movimento social (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

⁷ Este projeto foi concluído em março de 2021 e visou analisar as mudanças na ação coletiva da sociedade civil e nos padrões de relação emergentes no contexto gerado pelo desastre socioambiental no rio Doce, identificando as implicações desses padrões para as políticas públicas de reconstrução das comunidades afetadas, nos setores social, ambiental e de direitos humanos nos municípios do Espírito Santo. Integram este projeto: Euzeneia Carlos (coordenadora) e os professores colaboradores Luciana Andressa Martins de Souza, Sandro José da Silva e Adrian Gurza Lavalle, financiado pelo Edital Universal FAPES (03/2017). Este projeto também é vinculado a Rede de Pesquisa ComRioComMar para recuperação do rio Doce que desenvolve o projeto “Sem o rio e sem o mar: tecnologias sociais de governança participativa para recuperação da bacia hidrográfica do rio Doce no Espírito Santo”, coordenado por Adrian Gurza Lavalle (Chamada CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA, 06/2016). Para maiores informações vide: www.comriocommar.com.br.

questionamentos para aprofundar problemáticas a respeito desse quadro de mobilizações de movimentos e organizações da sociedade civil da população atingida no Espírito Santo. Como o estudo de caso possibilita uma maior profundidade analítica e conclusão descritiva do objeto, considerando ainda uma maior segurança em promover análises causais (GERRING, 2004), buscamos escolher um desses movimentos para elaborar o estudo e nos aprofundarmos na análise.

Como o MAB demonstrou notoriedade no confronto político pela sua oposição à gestão das empresas responsáveis pelo desastre, pela luta em prol de direitos e reparação dos atingidos, e pela sua exitosa fixação e mobilização nos territórios capixabas, esse movimento foi escolhido para a análise em profundidade ao levantar, de forma geral, a questão acerca de como o MAB se organiza e mobiliza a população atingida no contexto do desastre no Espírito Santo. Guiados por uma questão mais refinada da literatura contemporânea de movimentos sociais, elencamos o **objetivo** principal, qual seja: **Qual o papel da construção da identidade coletiva de atingido e das relações em redes sociais no processo de organização do MAB no Espírito Santo, no contexto do desastre no rio Doce?**

Além desta, outras questões como **objetivos específicos** foram respondidas, tais como:

- 1) Quais as fronteiras do conflito entre o MAB e os opositores e como isso contribui na construção da identidade do movimento?
- 2) Como o MAB constrói sua identidade coletiva ao chegar no ES?
- 3) Quais atores tem relações de apoio com o MAB e o que eles têm em comum?
- 4) Qual o papel do MAB nessas relações?
- 5) Como as relações em redes sociais do MAB mudaram entre 2018 e 2020?
- 6) Quais foram as dificuldades da organização do MAB no ES?
- 7) Como o contexto do desastre gerou incentivos à difusão e a organização do MAB no ES?
- 8) Qual a importância do papel do MAB Espírito Santo no contexto do desastre?

Essas questões, embebidas de questões de descrição alusivas a “quem eu sou e com quem eu ando”, estão atreladas às duas dimensões essenciais para a análise da ação coletiva e da organização dos movimentos sociais: a identidade coletiva e a rede social do movimento (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020; DIANI; MCADAM, 2003). Essas categorias analíticas perpassam um arcabouço teórico abrangente inscrito nas abordagens de *Contentious Politics* (MCADAM; TILLY; TARROW, 2001; TILLY; TARROW, 2015) e de Rede de Movimento Social (MCADAM; DIANI, 2003). Nosso esforço é elaborar uma explicação dos elementos prévios e presentes, explicitando os mecanismos que alteram de forma específica e similar os elementos de um processo de confronto político (MCADAM; TILLY; TARROW, 2001). A perspectiva para esses mecanismos é relacional, buscando identificar mecanismos e conceitos

dinâmicos que trabalham em conjunto. Em complemento, levantamos outros conceitos do arcabouço teórico da Sociologia dos Desastres para embasar o contexto do conflito, porque é a partir do desastre que se visualiza facilmente o evento, os desafiantes e seus oponentes.

A dimensão social do desastre tendo em vista suas consequências, impactos e o alcance do problema visualiza a importância e o papel de movimentos sociais e ações coletivas em um contexto histórico-político, como sendo essencial para a vida dos atingidos na busca de reparações e na reivindicação de direitos. Essas lutas sociais são de suma importância para a compreensão da sociedade contemporânea, levando em consideração o debate de conflitos neoeextrativistas de grandes empreendimentos e as relações com populações atingidas. Dessa dualidade cada um desses agentes precisa mobilizar justificativas com parâmetros de justiça e com argumentos convincentes e consolidados para produzir ações que possam definir os rumos do conflito. Para Oliveira (2016, p. 29) “a complexificação do discurso dos atingidos por barragens não estaria somente ligada a um processo de “tomada de consciência” (nos moldes do marxismo clássico), mas também à capacidade de articulação dos seus militantes”, então para além de construir uma identidade coletiva de uma causa, o esforço se faz também na articulação para entrar na disputa de buscar legitimidade e recursos dentro do confronto político. Em certa medida, isso se dá pela construção da identidade coletiva e suas relações de alianças e apoiadores, formando a rede social do movimento. Baseado na literatura nacional e internacional, poderemos analisar como isso se dá neste caso.

Observar e compreender esses elementos poderá contribuir para eventos recorrentes de desastres, assim como para necessidade de organização social para reivindicação de direitos dos atingidos, como já ocorreu em 2019 com o desastre em Brumadinho-MG pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão da Vale S.A⁸. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica e pretende contribuir além da literatura acadêmica, compreendendo e explicando movimentos sociais que afetam diretamente a realidade social. No quesito acadêmico, a principal contribuição do referencial teórico é a articulação entre duas categorias analíticas – identidades coletivas e redes sociais – as quais complexificam o estudo de movimentos sociais, embora ainda apresente pouco aprofundamento dentro da Análise de Redes Sociais no Brasil. Além disso, a empiria do estudo torna necessária a articulação da literatura da Sociologia dos Desastres, apresentando uma combinação de subáreas da Sociologia e da Ciência Política. Por

⁸ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47034499>

último, a contribuição de um estudo descrevendo a difusão de um movimento social nacional de grande repercussão e histórico no Brasil.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o **método** trabalhado é principalmente através de dados primários do trabalho de campo, de caráter qualitativo, com entrevistas, observação participante e pesquisa documental. Aplicamos entrevistas em profundidade a quatro (4) militantes (vide Apêndice A: Perfil dos entrevistados) que formam a coordenação do Movimento de Atingidos por Barragens no Espírito Santo (MAB-ES). Apesar do *N* da amostra ser pequeno, o total de entrevistados contempla o universo do estudo de caso considerando que buscamos coletar as percepções do movimento social enquanto organização, ou seja, todos os coordenadores estaduais representando o movimento, foram entrevistados. Além disso, utilizamos dados secundários existentes no banco de dados do *survey* de questionário semiestruturado, aplicado em 2018 pela pesquisa supracitada, desenvolvida no Núcleo Participação e Democracia (Nupad) da UFES (do qual participo como membro). Os dados de *survey* foram gerados por 44 entrevistas qualitativas com ativistas de 36 movimentos e organizações sociais, que atuam nos municípios capixabas atingidos pelo desastre, como: Colatina, Baixo Guandu, Linhares (em comunidades como Povoação e Regência), São Mateus e Vitória (Ver mais em: CARLOS, 2019).

Nesse sentido, a coleta de dados primários junto ao MAB seguiu o formato das questões do *survey* aplicado em 2018, considerando sua importância para o levantamento de dados iniciais da investigação, por exemplo, as redes sociais relativas as 36 entidades de MS/OSC. Especificamente sobre o MAB, nesse *survey* foi aplicado 4 entrevistas com militantes que estavam à época representando o movimento. Sendo assim, com o levantamento das novas entrevistas aplicadas por esta pesquisa, em 2020, foi possível desenvolver uma comparação entre as redes sociais de 2018 e 2020. Em complemento, com uma abordagem analítica de métodos mistos (SILVA JUNIOR, 2013), a observação participante ao longo de 2018 até 2020 se fez necessária a partir do acompanhamento de reuniões e audiências públicas promovidas pelo MAB, assim como de protestos públicos. Juntamente com a coleta de material documental no formato de artigos e notas elaborados pelo site oficial do MAB Nacional, bem como material audiovisual.

A sistematização dos dados se deu por dois softwares, o *NVivo 12 Plus* para materiais qualitativos das entrevistas e análise de conteúdo, e o *Gephi* aplicado à Análise de Redes Sociais (ARS), gerando as medidas quantitativas e sociogramas. Esses dois softwares foram escolhidos

pela opção de recurso disponível de projetos de pesquisa do Nupad, considerando ainda a existência de dados sistematizados e o treinamento em cursos por parte do grupo de pesquisa.

1.3. Estrutura

Além desta Introdução e Considerações Finais, a dissertação integra mais quatro capítulos. O primeiro, “O Desastre em Movimento”, trata-se do marco teórico-analítico levantando os debates cruciais deste estudo. A primeira discussão teórica se inicia com o conceito de desastres abordado pela Sociologia dos Desastres, considerando que este é o cenário contextual da pesquisa. Levanta-se que esse processo social configura diversas dimensões como o sofrimento social e a assimetria de relações de poder em face de conflitos ambientais com empreendimentos neoextrativistas. A segunda discussão teórica se dá pelos estudos de movimentos sociais, o qual aponta o arsenal conceitual de teorias contemporâneas como a *Contentious Politics* e a Rede de Movimento Social, enfatizando o arcabouço de mecanismos em torno das categorias analíticas de identidade coletiva e de redes sociais.

O segundo capítulo, “Lama e Luta”, aborda uma apresentação sobre fatos do desastre no rio Doce, e apresenta o histórico do objeto empírico a partir de revisão bibliográfica acerca do Movimento de Atingidos por Barragens nacional (MAB), descrevendo sua criação e principais características. Além disso, o capítulo produz uma revisão dos estudos empíricos sobre as mobilizações sociais relacionadas ao desastre no rio Doce. Considerando estes estudos será recolocada a delimitação da pesquisa acerca da difusão do MAB no ES, especialmente o papel da identidade coletiva e das redes de relações sociais.

O terceiro capítulo, “A Identidade Coletiva como mecanismo cognitivo do MAB-ES”, abarca a pesquisa empírica analisando a categoria da identidade coletiva, apresentando o papel da construção da identidade coletiva à luz dos dados coletados. Este capítulo descreve mais profundamente as características e aspectos do MAB-ES, como sua forma de organização e mobilização, além de seus enquadramentos simbólicos.

O quarto capítulo, “Análise de Redes Sociais como mecanismo relacional do MAB-ES”, analisa os dados da pesquisa empírica a partir da categoria de relações em redes sociais do movimento, apresentando o papel das relações em redes sociais no processo de organização do MAB, no contexto do desastre no rio Doce.

1.4. Prólogo metodológico: o trabalho de campo

Neste tópico, cabe exceção para usar o pronome pessoal no singular, para se aprofundar nos procedimentos metodológicos e de trabalho de campo realizados. Esta pesquisa então vem

sendo pensada de forma exploratória desde 2018, pela oportunidade da iniciação científica (IC) que fiz pela execução do projeto “Sociedade civil, Estado e Políticas Públicas no contexto do desastre no rio Doce”. Nesse projeto que realizou idas a campo diversas vezes pelos municípios atingidos, já pude ir tendo noção empírica do contexto de organizações e movimentos sociais que se davam no confronto do desastre. Dessa forma, pretendendo realizar o subprojeto para a IC, era necessário escolher um recorte dentre essas entidades e buscar analisá-la com mais aprofundamento e dentre elas o MAB já demonstrava notoriedade pela sua oposição, articulação, histórico nacional, e o recorte foi pesado por interesse próprio também, considerando que eu tinha acabado de terminar a monografia sobre Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). Todavia, foi necessário me aprofundar nos estudos de movimentos sociais e o texto “Contribuições da Análise de Redes Sociais às teorias de movimentos sociais” da Carlos (2011) foi fundamental para compreender o processo que estava acompanhando em campo realizado a partir do *survey* de 2018.

O *survey* realizado pelo NUPAD em coordenação da Euzeneia Carlos, com entrevistas em profundidade continha questões analíticas que buscava compreender as redes sociais dos movimentos e organizações, e a partir daí já foi possível em meu subprojeto de IC realizar as primeiras ARS com o software *Ucinet*⁹. No mais, esse trabalho inicial foi essencial e principalmente participar do projeto amplo contribuiu com a compreensão macro do processo político que acontecia. Cabe mencionar, que a pesquisa Nupad foi gerada por 44 entrevistas de ativistas, representantes de 36 organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que atuam nos municípios de Colatina (19 entrevistas), Baixo Guandu (7), Linhares (11), Vitória (5) e São Mateus (2). Foram identificados dezesseis (16) segmentos organizados, distribuídos em: associação de pescadores (4), associação de moradores (6), associação de comerciantes (2), associação de artesãos (2), comissão de meio ambiente (2), ONG ambientalista (4), fórum ambientalista (2), fórum de defesa do rio Doce (5), comissão de atingidos (2), comitê de bacia do rio Doce (1), organização religiosa (3), movimento de educação (2), movimento de saúde (1), movimento dos atingidos por barragens (4), movimento dos pequenos agricultores (1), sindicato de trabalhadores rurais (3). O banco de dados foi sistematizado nos softwares *SPSS* e *NVivo Pro 11*. Obteve um abrangente acervo sobre o perfil, a forma de atuação, as percepções e as redes de interação das entidades e atores-chave protagonistas das organizações locais pré-

⁹ Relatório final de minha autoria, referente ao subprojeto “Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no contexto do Desastre do rio Doce: redes de interações e repertórios de ações coletivas”, inserido no Projeto de pesquisa “Sociedade civil, Estado e Políticas Públicas no contexto pós-desastre no rio Doce”, financiado pelo Edital Universal FAPES (03/2017).

existentes e daquelas emergentes pós-desastre. Constatações importantes provenientes dessa pesquisa já foram referenciados por Carlos (2019, 2020).

Dessa forma, ao entrar no mestrado, eu já tinha um arcabouço da pesquisa muito importante e já apresentava a necessidade de procedimentos metodológicos mistos (SILVA JUNIOR, 2013), com a observação participante em atos e espaços de participação dos atingidos, coleta de material audiovisual divulgado ou coletado em campo, material documental no formato de artigos e notas elaborados pelo site do MAB e mídias sociais, e por fim as entrevistas com a coordenação estadual do MAB-ES. Aqui é importante frisar que o número de entrevistas (4), expressou todo o universo do estudo. Segue quadro do perfil dos entrevistados em Apêndice A.

Comecei a sistematizar o trabalho de campo ainda em 2018¹⁰, principalmente pelos espaços de participação institucional como a “Semana de Proteção ao rio Doce” realizado na Assembleia Legislativa do ES (ALES) de 12 a 15 de março, e a primeira oficina do CIF em Linhares em 08 de dezembro. Este primeiro campo constou com uma presença mais forte do FCDRC e atingidos, também de representantes institucionais da área da Defensoria Pública do ES, Comitês de Bacia, Universidade e etc. No segundo campo, pude ter maior interação com militantes do MAB e observar seu discurso, posições e relações que estabeleciam no espaço. Um elemento principal observado foi algo como Losekann (2018, p. 101) pontua: “a perspicácia de não impor a pauta do seu movimento aos afetados, sem deixar de marcar sua posição e identidade enquanto MAB”. Os militantes só falaram após ouvir todos os atingidos e com isso convertiam as emoções abordadas para dinâmicas de estratégia e motivação para organizar e mobilizar (a seguir, a Figura 1 representa um desses momentos). Esse segundo campo, também foi importante para compreender o processo que estava acontecendo após o acordo TAC Governança. Em conversa informal, o militante do MAB me explicava o que estavam começando a atuar nas comunidades sobre a Assessoria Técnica e como seria o processo de votação e eleição. Além disso, a própria oficina do CIF foi uma consequência do TAC Gov e destaque perceber certa desconfiança dos atingidos ao chegarem no espaço bem estruturado, com *buffet* e equipe de filmagem, todos e até mesmo os pesquisadores, associavam a Renova com o receio de uso indevido. Inclusive essa era uma dificuldade dos pesquisadores de campo, não ser associados à Renova pelos atingidos.

¹⁰ Antes disso participava e acompanhava protestos a respeito do rio Doce, como em 2016 em Vitória teve o 22º Grito dos Excluídos. Fonte: <https://eshoje.com.br/22o-grito-dos-excluidos-busca-apoio-para-recuperacao-do-rio-doce/>



Figura 1 - Primeira oficina do CIF em Linhares, 2018.

Já em 2019, uma segunda imersão de campo importante foi o seminário “22 anos de privatização da Vale: direitos dos atingidos e soberania” na ALES proposto pela deputada recém eleita Iriny Lopes (PT) em 22 de maio. Esse espaço institucional, mas de organização informal, foi fortemente coordenado junto ao MAB e foi dividido entre falas da mesa da deputada, militantes do MAB (de base e coordenação), indígenas de Aracruz e um professor economista da UFES, além disso, falas do público com presença de representantes da Defensoria Pública e de associações de moradores e pescadores. O principal destaque observado foi a posição bem definida do evento, com a faixa “Vale assassina” estendida sobre toda a mesa do auditório, outro destaque ainda foi a formação dos atingidos quanto ao contexto econômico e neoextrativista da empresa e, por fim, a proposta de política pública estadual referente a PNAB (Política Nacional dos Atingidos por Barragens)¹¹.

Dentre outros eventos pormenores, neste ano destaco o lançamento¹² da Jornada de Lutas dos Atingidos “A Vale Destrói O Povo Constrói”, maior campanha do MAB até então, em respeito às atividades. Primeiro com o resultado da diligência nas comunidades atingidas, com apoio da mesma deputada estadual, Iriny Lopes e do deputado federal Helder Salomão (PT), com a patente de presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019). E segundo, com a Feira Estadual da Saúde dos Atingidos, em Baixo

¹¹ Ver mais em: <https://al.es.gov.br/Noticia/2019/05/36893/iriny-promete-apoio-a-atingidos-por-lama-do-rio-doce.html> - <https://www.flickr.com/photos/assembleialegislativaes/albums/72157707229888911>

¹² O lançamento foi realizado em auditório da UFES, pela programação da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) entre os dias 19 e 20 de setembro, ao qual também pude observar.

Guandu. Só foi possível ir a campo em uma das atividades, na comunidade da Vila do Riacho, Aracruz. Ali foi importante pela relação de atingidos ainda em processo de reconhecimento, e pela relação com a área ribeirinha e do setor pesqueiro. Destaco que a observação participante se fez efetiva neste campo considerando a recíproca relação entre nós pesquisadores e os sujeitos ali engajados, desde os militantes do MAB aos da defensoria que sempre os acompanhavam, e principalmente os atingidos que víamos recorrentemente nas organizações.

Nas outras atividades, como a feira, foi possível coletar material audiovisual, principalmente pela ação do MAB em divulgar ao vivo a reunião principal. O destaque se dá pela pauta da saúde como reivindicação e nas relações do MAB com o prefeito de Baixo Guandu, Neto Barros (PCdoB). A mesa foi composta pelo secretário estadual de saúde do Espírito Santo, Nésio Fernandes e pesquisadora Dulce Pereira (Universidade Federal de Ouro Preto), e ainda participação de representantes de secretarias municipais de saúde de municípios capixabas e representantes do Ministério Público Federal¹³.

Já em 2020 devido a pandemia a coleta de dados continuou sendo por material. O MAB apesar das dificuldades atuou em campanha de solidariedade com cestas básicas. O trabalho de campo já parecia ter sido suficiente, mas a dificuldade pairou no procedimento de coleta das entrevistas. A solução foi realizá-las online, via plataforma de chamada por vídeo e surtiu efeito profícuo, apesar da falta de interação presencial. Foi possível gravar em vídeo e áudio as entrevistas com boa qualidade, resultando em uma facilidade na transcrição.

A primeira entrevista em outubro de 2020, no entanto, possibilitou o conhecimento sobre a pretensão do MAB realizar um ato simbólico em Regência no dia do rompimento da barragem, 5 de novembro, no aniversário de 5 anos do desastre. Acompanhei então mais esse evento, bem organizado pelo MAB no sentido também dos protocolos de segurança sanitária, e saímos de Vitória em dois ônibus com pescadores da Praia do Suá e outros ativistas do Levante Popular da Juventude e do CPP. No caminho mais um ônibus se juntou, saindo da Vila do Riacho em Aracruz. Em Regência, o ato consistiu em mobilização, leitura da Carta dos Atingidos¹⁴ e ato simbólico com a faixa de “5 anos de injustiça “na areia da praia (vide Figura 2 abaixo).

¹³Fonte: <https://mab.org.br/2019/11/15/baixo-guandu-es-re-ne-atingidos-pelo-crime-da-samarcovalebhp-billiton-para-debater-solu-es-a/?fbclid=IwAR3FroGRF-INduEOR08xtYyqPuDWtfKk5HFGRhKyC1vxxOGxeyi9OQhbdaQ>

¹⁴ Fonte: <https://mab.org.br/2020/11/04/carta-dos-atingidos-e-atingidas-para-vale-samarco-bhp-e-sociedade-brasileira/>

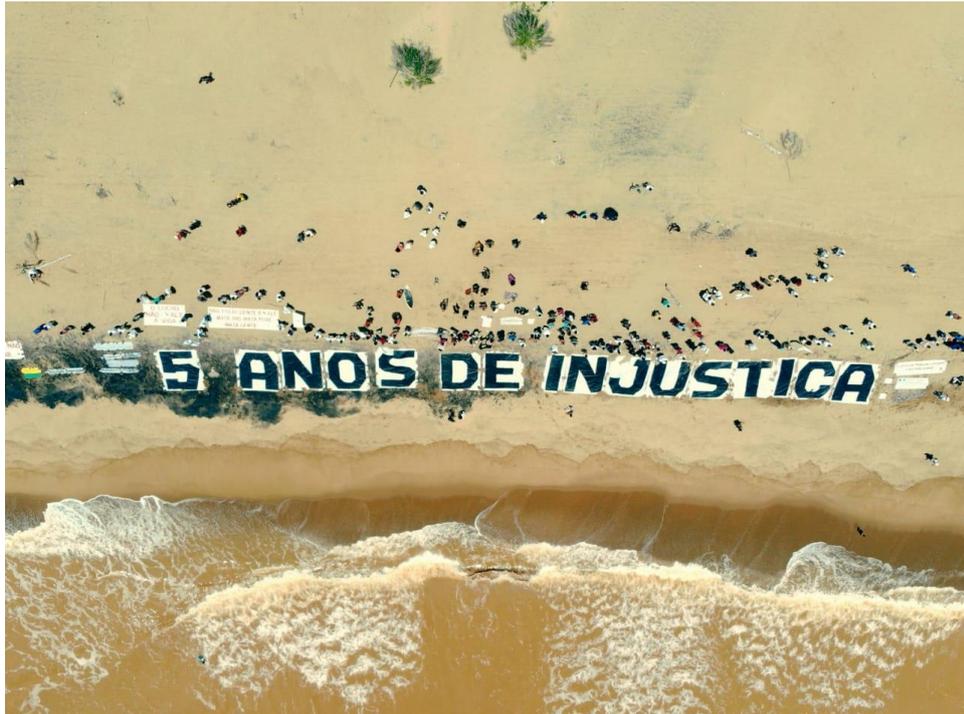


Figura 2 - 5 anos de injustiça. Regência, 2020. Fonte: MAB Espírito Santo, Facebook.

A partir desse contato, foi possível firmar com outros coordenadores do MAB a intenção das entrevistas, me confirmaram ainda que uma militante que mesmo não estando mais no estado, seria possível entrevistá-la devido a sua participação até meados de 2020. Creio que esse contato foi vital para ter sucesso em aplicar as entrevistas, considerando que os militantes têm agendas complicadas principalmente nesse período de proeminência de ações por conta dos 5 anos do desastre, e ainda a chegada de fim de ano.

Sobre o procedimento do roteiro de entrevista, em Apêndice B, tem algumas questões semelhantes ao *survey* da pesquisa em 2018, principalmente questões de associativismo e de redes sociais, para ser possível a identificação e comparação da rede do MAB. No mais, o roteiro foca na identidade coletiva do movimento, se apresenta em caráter semiestruturado e faz o recorte dos 5 anos do desastre, com exceção de perguntas de redes que fazem o recorte a partir de 2018. O roteiro teve limitações, três questões não foram aplicadas por considerar que no decorrer da entrevista elas não cabiam organicamente, os entrevistados apresentaram a dinâmica de discorrer sobre o assunto com abrangência e isso dificultava na aplicação online considerando o tempo e as falhas técnicas.

Feito as entrevistas, passamos para o passo final do procedimento metodológico, transcrição e categorização das entrevistas como análise de conteúdo e material audiovisual pelo *NVivo 12 plus*. O software trabalha basicamente em três etapas, organização, análise e

visualização. A primeira etapa de organizar é de suma importância, o que fizemos foi transcrever as entrevistas e organizá-las em pastas, o mesmo foi feito em outros materiais como *lives*, fotos e vídeos de divulgação em campanhas e *frames*, material de campo e pdf's de notícias do site do MAB - este último foi utilizado o 'NCapture'. Na segunda etapa, se consistiu primordialmente na codificação e categorização das entrevistas, o processo basicamente consistiu em um nó com as referências de cada questão e ao ler todas as respostas juntas foi possível visualizar padrões possíveis de categorizar em um sub-nó. Com isso foi possível gerar a matriz de codificações transpondo os dados para o quantitativo em tabelas. Por fim, a visualização foi preferencialmente usando 'mapas do projeto', onde em um organograma se apresenta os nós e sub-nós, considerando que os gráficos gerados pelo software são de difícil visualização, assim como as tabelas - estas foram gerados pelo Excel.

É importante enfatizar que as respostas categorizadas se transpõem aos sub-nós em múltipla escolha, ou seja, a mesma referência de uma entrevista pode ser direcionada a mais de uma categorização. Agora os procedimentos de redes sociais, ao invés do inicialmente pensado a ser usado o software *Ucinet*, foi utilizado o *Gephi* pela sua interface intuitiva de medidas em português e a popularidade deste por pesquisadores brasileiros dessa área.

No *Gephi*, como não se tratavam de redes *big data* virtuais, os dados foram introduzidos manualmente dispensando uma matriz em excel para importação. O padrão de distribuição foi escolhido o algoritmo ForceAtlas 2, também mais popularizado, e a depender da rede se alterava o dimensionamento e influência de peso. Partindo das mesmas etapas (organização, análise e visualização), feito a importação dos dados, gera-se as medidas sem dificuldades e a visualização da rede depende do que se quer representar com as variáveis de cor do nó, tamanho do nó, cor da letra e tamanho da letra. A análise perpassa pelos critérios de representação da rede como tamanho, composição e estrutura (DEJORDY; HALGIN, 2003) e a partir dos dados uso o método relacional de conectividade, contextualidade e reflexão (GLÜCKLER; PANITZ; HAMMER, 2020). Nos capítulos 3 e 4 apresenta-se os resultados e análises a partir dos procedimentos metodológicos descritos.

CAPÍTULO 1: O “DESASTRE EM MOVIMENTO”

Neste marco teórico, visitaremos debates cruciais para esta pesquisa. O primeiro debate se inicia com o conceito de desastre abordado pela Sociologia dos Desastres, abrangendo teoricamente o contexto do estudo empírico. O segundo debate se dá pelos estudos contemporâneos de movimentos sociais, aponta o arsenal conceitual de teorias como a *Contentious Politics* e a Rede de Movimento Social, levantando o arcabouço de mecanismos explicativos possíveis nas categorias analíticas da identidade coletiva e da análise de redes sociais.

O título deste capítulo, o “Desastre em Movimento”, perpassa por um duplo significado quando pensamos nos múltiplos impactos socioeconômicos e psicossociais do desastre. Esses impactos perduram até os dias atuais, estão sempre em movimento, assim como as correntezas do rio Doce, que em certo momento assentam o grosso da “lama” no fundo, e em outro, a traz para superfície. É igualmente nesse sentido que os movimentos sociais têm suas dinâmicas e relações.

1.1. A Sociologia dos Desastres

Para o contexto do Desastre aqui tratado, utiliza-se nos recentes estudos das Ciências Sociais, a Sociologia do Desastre, uma subárea da sociologia do desenvolvimento. O termo desastre como perspectiva teórica, tem como premissa que os desastres são resultantes de relações sociais e não de fenômenos naturais (MARCHEZINI, 2018). Desastres advêm de falhas estratégias de desenvolvimento que podem também incrementar nos problemas sociais, como desigualdade, violência, pobreza e injustiça ambiental (LAVELL; MASKREY, 2014). O desastre se torna um evento que modifica as dinâmicas da sociedade, sendo um disruptivo da estrutura social como um tipo de ‘crise aguda’ (VALENCIO, 2010). Há perdas e danos que desorganizam involuntariamente de diversas formas as rotinas e modos de vida de uma coletividade de pessoas (ZHOURI et al., 2016).

No caso do Desastre no rio Doce, pelo rompimento da barragem da Samarco, o desastre é classificado como tecnológico, onde é atribuído em parte ou todo de uma intenção humana, resultando em erro, negligência ou falha de sistema humano (ZHOURI et al, 2016). Além disso, há elementos que são levados para uma contextualização de dimensão histórica no Brasil, por exemplo, os processos de vulnerabilidade social “que obstruiu recursos das vozes daqueles que estão em persistente fragilização ao passo que desresponsabiliza os sujeitos geradores dessas descompensações sociais” (ZHOURI et al, 2016, p. 37).

Igualmente quando megaempreendimentos tornam comunidades em “áreas de risco”. Assim são os desastres relacionados à água, que se tornaram um problema estrutural do país, como os relacionados a rompimentos de barragens que apresentam um histórico de eventos. Minas Gerais já sofreu com outros rompimentos de barragens (OLIVEIRA, 2015), houve “pelo menos oitocentas ocorrências de rompimento de 2001 a 2011” (MARCHEZINI, 2018, p. 44).

Como já dito, esses sofrimentos e perdas perpassam para além do “dia do desastre” (VALENCIO, 2012). Isso é silenciado muitas vezes, em contagem de mortes e problemas de impactos sociais. Nesse sentido, toma-se o conceito de **sofrimento social**. As afetações dos indivíduos atingidos por desastres são evidentes em determinados grupos sociais, cuja vulnerabilidade social é histórica, e consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social (ZHOURI et al, 2016).

Esse entendimento dos desastres como processo social, abrange a análise, sai apenas da causalidade técnica e encontra visibilidade em fenômenos intrinsecamente sociais, segundo Ribeiro (1995),

Por um lado, enquanto acontecimentos com raízes profundas nas relações do sistema social com o ambiente por ele próprio construído e, por outro lado, enquanto produtores potenciais de rupturas graves no funcionamento social e na vida das populações (RIBEIRO, 1995, p. 25).

Esse processo de rupturas sociais abarca um arcabouço de conceitos, como vulnerabilidade social, sofrimento social e crise aguda. Essa perspectiva está na abordagem da modernidade em uma sociedade de risco (BECK, 2010; GIDDENS, 1991), onde se pretende valorizar o campo dos sujeitos e da organização social, compreendendo que as causas desses processos de rupturas são problemas estruturais de modelos de desenvolvimento (MARCHEZINI, 2018).

O processo de modernização se torna reflexivo, ao mesmo tempo em que é tema é problema, sendo percebido como uma ameaça em si mesmo da civilização (BECK, 2010). No contexto aqui tratado, os riscos da sociedade industrial são reconhecidos e produzidos, além de dominarem os debates e conflitos públicos e privados. Envolve um campo de poder entre diferentes sujeitos de capital econômico, político e científico, que impõem uma visão do mundo social legítimo (BOURDIEU, 2009).

O conceito de sociedade de risco caracteriza uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna cujos riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem, cada vez mais, a se proliferar e escapar das instituições responsáveis pelo controle e proteção da sociedade industrial (BECK, 1997 apud MARCHEZINI, 2018, p. 48)

Ainda sobre a discussão dos riscos, Giddens (1991) contribui com a visão de que no processo de modernização os riscos deixam de ser acidentais e tornam-se parte da própria constituição, ou seja, é produzida inteiramente a partir da intervenção humana sobre o meio. Entretanto, Marchezini (2018) pontua que há críticas no sentido que o processo discursivo dos riscos, estão atrelados ao debate político e social, onde a percepção das instituições de poder dominam e controlam, não considerando a diversidade e percepção de entendimento de risco em diferentes culturas (ACSELRAD, 2002; DOUGLAS; WILDAVSKY, 1982).

Devemos então ter em mente que o campo de estudos de desastres é transdisciplinar e imbrica em disputas técnico-científicas cujas agências governamentais incorporam os conceitos dos quais acha necessário. Para Valencio (2017), a interpretação a respeito dos desastres no Brasil é construída com esforço por uma elite política e econômica, para ser simplificadora e harmoniosa sobre os reais riscos de desastres, mitigando conflitos sociais.

No caso do rompimento da barragem da Samarco, as agências governamentais e as empresas responsáveis, adotaram gerir a reparação e recuperação a partir de uma resolução negociada de conflito, uma espécie de barganha e de mediação, entretanto, nesse modelo reside ainda, parte do sofrimento social, pois se estabelece a **assimetria das relações de poder** entre Estado, empresas e comunidades atingidas, onde este último se posiciona marginalizado nas formas de participação. Essa configuração na verdade já é pré-estabelecida historicamente nos conflitos ambientais, dos quais, geralmente esses grandes empreendimentos estabelecem ao chegarem em locais de comunidades tradicionais. Viana (2012) em sua tese sobre o Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM), em 2012, demonstra essa configuração ao entrevistar moradores de Bento Rodrigues¹⁵ que já temiam o rompimento da barragem. Desses, 68% relataram ter medo em relação à barragem, 94% reclamaram de águas poluídas pelas operações da Samarco, 64% temiam que suas residências e imóveis pudessem ser desapropriadas pela empresa, além de outros temas como emprego, impactos e alterações de costumes locais e o uso final da mineração após exaustão.

Dessa forma, é importante ressaltar que o fator principal do sofrimento social é o **tratamento institucional** dado pelo poder político e econômico na relação com os atingidos, desautorizando suas narrativas e submetendo-os a informações técnicas a respeito de seus problemas sociais (ZHOURI et al., 2016).

¹⁵ Distrito de Mariana/MG que foi devastada pelo rompimento da barragem de Fundão.

Nesse sentido, desde o início do Desastre enquanto atingidos cobram soluções, reparações e reivindicam a responsabilidade da Samarco/Vale/BHP, dispositivos extrajudiciais e judiciais tratam o evento como passível de negociações – vide Termo de Ajuste de Conduta em março de 2016 – com falta de participação social dos atingidos, corroborando os conflitos, as injustiças e violações de direitos. Surgindo desse contexto de conflito com assimetrias de poder e participação de diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais (CARLOS, 2019), além de apoiadores e mobilizadores dos afetados (LOSEKANN, 2016). É nesse processo de mobilização que essa pesquisa se situa, por isso se torna importante a associação desse contexto da sociologia dos desastres com a literatura dos movimentos sociais, ao qual nos dará os instrumentos para a pesquisa.

1.2. Os Estudos dos Movimentos Sociais

A cena contemporânea da literatura dos movimentos sociais, após embates entre as décadas de 1970 a 1990 – desde as teorias de Mobilização de Recursos, do Processo Político e Novos Movimentos Sociais – se adaptou para a tendência culturalista das abordagens, além ainda de compreender que as contribuições de teorias distintas podem ser incorporadas em conjunto e reunir mecanismos para melhor compreendê-los (JASPER, 2016).

Após a virada do século XXI, novos desafios e problemas vieram das mudanças dos movimentos sociais nas esferas da globalização, dos protestos e temas contemporâneos (ALONSO, 2009). Abarcando um reboiço de casos empíricos e novas abordagens revisando as teorias para tratar desses fenômenos. A partir dessa reconfiguração no debate dos movimentos sociais, Tilly, Tarrow e McAdam em *Dynamics of Contentious* (2001) encabeçam a teoria do Confronto Político (*Contentious Politics* – Tilly e Tarrow, 2015), que atualmente elucida a mesclagem desses embates teóricos e analíticos.

Nesse sentido, pretendemos trazer uma revisão bibliográfica atual dos movimentos sociais, considerando contribuições e críticas, buscando atribuir a perspectiva de combinações de múltiplas teorias e conceitos para ter ganhos analíticos. No arsenal de conceitos e categorias analíticas do estudo dos movimentos sociais, será utilizado neste trabalho o de **Identidade Coletiva** e **Análise de Redes Sociais**, que aprofundaremos nos próximos tópicos.

1.2.1. A perspectiva do confronto político

Os autores do Confronto Político vêm tradicionalmente do paradigma que domina desde a década de 1970, as teorias estruturalistas e de nível macrossociológico como a Teoria do Processo Político (TPP). Após os embates e críticas da abordagem culturalista da Teoria dos

Novos Movimentos Sociais (TNMS) na década de 1990, os autores começam a incorporar noções culturais, buscando sair dos embates de dicotomia como estrutura e agência, com uma abordagem mais dinâmica e relacional. Mais à frente pontuaremos as limitações e críticas apontadas por essa dinâmica e perspectiva relacional. Mas de qualquer forma, os autores acabam flertando com respeito a uma perspectiva estratégica e cultural (JASPER, 2012).

A *Contentious Politics* é uma teoria geral que os autores buscam integrar os estudos de movimentos sociais e suas variações de conceitos, como: luta política, revoluções, ações coletivas, ciclos de protestos e etc... Nesse sentido buscam enfatizar e abranger os estudos para o conceito de confronto político, delimitando assim os vários casos similares no mundo, possibilitando comparações e correlações. De certa forma, sintetizam as subáreas para uma agenda de pesquisa em comum, abarcando uma variedade de teorias e estudos empíricos (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Os autores afirmam:

Explicar a política de confronto é identificar seus mecanismos causais recorrentes, as maneiras pelas quais eles combinam, em que sequências eles se repetem, e por que diferentes combinações e seqüências, a partir de diferentes condições iniciais, produzem efeitos variados em grande escala. (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 13, tradução nossa).

Dessa forma, eles consideram frisar que a mobilização não é um processo isolado, e há sempre aspectos que estão em interação. Com isso os **mecanismos**, “uma classe delimitada de eventos que alteram as relações entre elementos especificados de maneira idêntica ou similar em várias situações” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 11, tradução nossa), trazem certa perspectiva relacional e intermediária de padrões, buscando chegar à explicação aplicando o mecanismo apropriado para cada caso. Ou seja, eles buscam identificar esses mecanismos dinâmicos que trabalham em conjunto, a depender do contexto, e formam processos que agentes desencadeiam mobilizações e organizações. Sendo assim, os processos são combinações recorrentes de mecanismos usados em uma variedade de episódios no confronto político. Os episódios advêm de interações contínuas, a partir de eventos, aos quais os desafiantes e seus oponentes são visualizados facilmente (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Apresentado esses conceitos gerais da abordagem é importante frisar que não se trata de seguir à risca todos, mas sim de buscar a compatibilidade deles à aplicação do objeto de estudo. Nesse sentido, atribuiremos à noção de mecanismos mais aprofundada, os autores fazem três importantes distinções: **mecanismos ambientais** significam influências geradas externamente

sobre condições que afetam a vida social; **mecanismos cognitivos** operam através de alterações individuais e percepção coletiva; e **mecanismos relacionais**, alteram as conexões entre pessoas, grupos e redes interpessoais. Como exemplo do mecanismo relacional, três são apontados como mais comuns, sendo: *brokerage*, produção de uma nova conexão anteriormente não existente; difusão, disseminação de uma forma de confronto, um problema ou enquadramento, de um para o outro; e ação coordenada, envolvimento de dois ou mais atores na sinalização mútua e paralela reivindicação sobre o mesmo objeto (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001).

Essa noção de mecanismo relacional estará presente na análise de redes sociais, assim como, o mecanismo cognitivo estará inserido na área cultural e simbólica das identidades coletivas, categorias analíticas que buscaremos analisar neste trabalho. Entretanto, é importante manter a perspectiva de interação entre todos os mecanismos uma vez que não estão isolados, sendo assim, o mecanismo ambiental se aproxima do contexto de Desastre do qual estamos tratando. Apesar de que não pretendemos tratar desse mecanismo ambiental analiticamente, servirá de pano de fundo para compreendermos o contexto político que orienta e motiva o confronto político do MAB, melhor descrito no próximo capítulo.

Quando se trata de contexto político, na literatura de movimentos sociais, o conceito que vem sendo abordado é o de oportunidades e restrições políticas. Os teóricos da Teoria do Processo Político (TPP), como McAdam, Tilly e Tarrow são expoentes do conceito. Anteriormente era abordado como “Estrutura de Oportunidades Políticas” (EOP), buscando enfatizar como contextos político-institucionais afetariam a emergência, a ação e os resultados de movimentos sociais (ALONSO, 2009). Em virtude de sua amplitude, ambiguidade e imprecisão, o conceito foi alvo de críticas. Por exemplo, Jasper (2012a), atribui que a EOP, precisava trazer uma abordagem mais estratégica com perspectiva nos atores e arenas, saindo da generalização e determinismo de que todos os movimentos naquele contexto teriam os mesmos resultados e sucesso.

No decorrer dos embates da EOP, esses mesmos teóricos buscaram outra abordagem para o conceito buscando atender as lacunas apontadas pelas críticas, essa mudança é reconhecida pela passagem da TPP para a abordagem do *Contentious Politics*, onde buscam sair do estruturalismo em direção a uma perspectiva mais dinâmica e relacional, como apontado anteriormente. Mas, as críticas persistiram e continuaram aprimorando o conceito. Jasper (2012a; 2016) aponta que os autores viam mecanismos com uma conotação de previsibilidade, generalização e determinismo. Para ele, mecanismos são mais como “pontos de escolha” que não são deterministas, onde alguém percebe as opções e vê a possibilidade de uma mudança

criativa. Outras críticas vieram por essa perspectiva, até mesmo entendendo que o modelo de análise da *Contentious Politics* de macro comparações, estatísticas quantitativas e etc., não saiam tanto assim da abordagem estática ao invés de dinâmica (MAYER; FAVRE; FILLIEULE, 1997). Esses contrapontos não inviabilizam a aplicação da teoria, mas é primoroso enfatizarmos isso, podendo conjugar as contribuições e críticas.

A noção de EOP, em decorrência dos debates travados, se aprimorou para as oportunidades e restrições (ou ameaças), tendo uma importante contribuição para uma abordagem mais dinâmica, ao levar em conta principalmente a interdependência da percepção de atores coletivos para com o contexto político. Além de que eles criam para si e para outros atores – políticos e coletivos – as oportunidades, mediante os mecanismos de difusão, coalizão e incentivos de espaço político e reações (TARROW, 2009). Ou seja, o contexto político depende da percepção cognitiva de atores coletivos e também abre uma visão para que a percepção dos atores não seja simplesmente dependente das situações do contexto, mas também de crenças, valores e objetivos próprios. Então, o contexto se torna algo em que vários atores reagem um ao outro (JASPER, 2012a).

Essa abordagem de Jasper, em um vocabulário de mecanismos estratégicos, busca aprimorar uma perspectiva mais dinâmica e interacional do que a abordada no *Contentious Politics*. Por exemplo, a noção de que as oportunidades políticas remetem ao sistema político de estrutura do Estado, Tarrow (2009) destaca cinco (5) dimensões principais:

(1) a abertura de acesso à participação de novos atores; (2) a evidência de realinhamento político no interior do sistema; (3) o aparecimento de aliados influentes; (4) as divisões emergentes no interior da elite; e (5) um declínio na capacidade ou vontade do estado de reprimir a dissidência (TARROW, 2009, p. 105).

Em uma reformulação dessas cinco dimensões do conceito de Tarrow, Jasper (2012a) aponta a perspectiva de dimensões estratégicas:

A primeira (abertura) é sobre quais jogadores podem jogar em que arenas, de acordo com as regras oficiais. (Embora grande parte da ação seja sobre como os jogadores excluídos influenciam as arenas de maneiras não oficiais). Números dois e três (alinhamento de elite e aliados potenciais), que muitas vezes são difíceis de distinguir, são escolhas feitas por outros jogadores (inúteis agrupados como "elites") que ajudam ou dificultam os manifestantes. O quarto fator (repressão) consiste em dois fatores aninhados: a capacidade de repressão é principalmente devido a recursos (gás lacrimogêneo, tanques, armas e assim por diante); A propensão para a repressão reflete as decisões estratégicas e perspectivas daqueles com capacidade (JASPER, 2012a, p. 21, tradução nossa).

Uma das grandes lacunas cobertas é a de apontar que o interior do Estado é composto por muitas arenas, com distintos atores, e também que as arenas não necessariamente se remetem apenas ao Estado. Sarah Soule (2009) em *Contention and Corporate Social Responsibility*, remete justamente a essa lacuna ao estudar os confrontos a partir das corporações privadas¹⁶. Sendo assim, abrange-se o conceito de abertura e acesso da participação dos atores, distingue esses atores e pontua a relativização do sucesso com a participação.

Essa abordagem tende a redirecionar o contexto para a perspectiva dos atores, de suas agências, demonstrando que não se pode negligenciá-los, pois o contexto, ambiente ou arena importa, mas apesar de seus diversos fatores (recursos, significados, regras e etc.) sua importância só é atribuída pelos atores que estão neste contexto (JASPER, 2012). Insere-se assim no debate do contexto político, não apenas os fatores externos ao ator coletivo, mas também a percepção de que ele se encontra dentro dessa “estrutura”. No caso do rio Doce, primordialmente se faz necessário essa abertura de escopo, pois se centra em um conflito tendo o principal alvo as empresas privadas (corporações), mas ainda assim não se deixa de associar com conflitos com o Estado – como aprofundaremos no próximo capítulo.

Dialogando com essa perspectiva, vem sendo desenvolvido um conceito de **oportunidade política relacional**, que enfatiza a ação dos atores com foco na agência e nos agenciamentos recíprocos¹⁷ dentro da estrutura (ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018). Sendo assim, ao olhar para um contexto como o desastre, por exemplo, podemos situar os movimentos e organizações sociais envolvidos em uma **rede de relações**, que irão se constituir pelos seus vínculos, em uma arena própria. Arenas podem ser vistas como “estruturas” relacionais, um produto com carga histórica de regras, práticas e papéis cristalizados e institucionais. As interações de atores coletivos com outros atores dentro dessa estrutura, não significa ter condições igualitárias, ou seja, há assimetrias de poder, assim como pontuamos anteriormente no conceito do sofrimento social causado pelo tratamento institucional dado ao desastre. Desse modo, destacamos o que Osa (2003) sugere ao redirecionar o contexto dado pela política institucional, para as redes de relações de movimentos e organizações. Nesse caso, a dimensão relacional importa para as percepções cognitivas acerca do contexto de oportunidades e restrições.

¹⁶ “Scholars of contentious politics have been criticized for too narrowly defining their subject by including only cases of social movement activity in which the government is either an object or a target of the activity” (SOULE, 2009, p.33-34)

¹⁷ Os atores agem interdependentes das ações de outros atores, configurando “contextos” para Jasper (2012a).

Com esse arcabouço teórico, podemos ter uma melhor visão sobre o contexto do desastre no rio Doce e os mecanismos que nele interagem. Embora, cabe ressaltar novamente, este trabalho não se proponha a aplicar as oportunidades e restrições como categoria analítica. Podemos pensar, hipoteticamente, que as interações e agenciamentos em redes sociais, entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil, dentro da arena imposta pelo sistema governamental do Estado com as empresas mineradoras, são o fator central do contexto do confronto político¹⁸. Em complemento, conforme destacamos, estudos de movimentos sociais contemporâneo apontam que se tratando de dinâmicas de confrontos, as identidades e elementos culturais do ator coletivo têm fornecido importantes elementos para compreensão e investigação do tema. Em suma, as redes e relações são o fator central, mas elas são pré-constituídas pela construção de identidades coletivas (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

1.2.2. Identidades Coletivas

A noção de identidade coletiva tem associação direta ao que ficou conhecido como Teoria dos Novos Movimentos Sociais. O conceito foi amplamente usado para análises dos movimentos identitários, dos quais grupos retratam sua própria identidade para entender a si mesmo e o mundo ao redor, tentando transformá-lo (POLLETTA; JASPER, 2001).

Um dos percussores dessa corrente, Alberto Melucci, atribuiu a **identidade coletiva** como “uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece.” (MELUCCI, 1988, p. 342). A identidade coletiva é o sentido e senso de “nós”, sentir-se integrado e pertencido a determinado grupo, no qual este grupo permite a construção de identidade em coletivo. A identidade coletiva é uma permanente redefinição de orientações comuns entre os atores para uma ação coletiva que busca finalidade, meios e formas dentro de um ambiente.

Melucci vem de uma convergência entre postulados centrais de outros autores, como Habermas e Touraine, acerca da especificidade dos movimentos sociais da segunda metade do século XX, como dito, os movimentos identitários (ALONSO, 2009). Após Melucci, a corrente que deu esse marco culturalista passou por diversas reformulações e multiplicou-se no debate contemporâneo de movimentos sociais. Uma das referências como Mario Diani, seguindo

¹⁸ Traremos estudos empíricos no próximo capítulo para situarmos essa dimensão do estudo de caso.

postulados dos culturalistas como Melucci, apropriou-se de reformulações de conceitos dos movimentos sociais para adentrar em uma conciliação teórica e metodológica.

Ambicionando abarcar além da identidade coletiva, mas também dimensões estratégicas e simbólicas da ação coletiva, as oportunidades e constrangimentos políticos, sua estruturação e dinâmica, Diani (2003b) sistematiza a noção de **Rede de Movimento Social (RMS)**, definindo movimentos sociais como uma rede de interações informais, composto por diversos atores que se engajam em conflito social com oponentes definidos e assim compartilham de uma identidade coletiva. “Diani propõe um conceito alternativo [...] que valoriza a estrutura relacional da ação coletiva e a integração de diferentes abordagens analíticas” (CARLOS, 2011, p.156).

Essa perspectiva advém da contribuição da Análise de Redes Sociais que trataremos mais a fundo no próximo tópico. Sendo assim, adotamos e convergimos neste trabalho com seu conceito de movimentos sociais. Nele, constituem-se três elementos: (1) **Redes informais**, onde atores ou organizações trocam práticas e recursos simbólicos através da coordenação de mecanismos de intercâmbio que são negociados nos acordos dos próprios atores (DIANI, 2003b). (2) **Conflito social** são atores de movimentos engajados em conflito social para promover ou se opor a uma mudança social, uma relação de oposição entre atores que disputam um mesmo interesse (DIANI, 2003b). (3) **Identidade Coletiva**, atores compartilham a identidade coletiva enquanto mantém sua própria identidade como ativista individual; eles se identificam como parte de um esforço coletivo que vai além de eventos específicos. O reconhecimento mútuo entre os atores define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis. A identidade é construída com base em interpretações ou narrativas que se ligam de uma maneira significativa a eventos e atores (DIANI, 2003b).

Esses elementos de fato estão interligados, as fronteiras de identidades coletivas definem as redes sociais e desempenham um papel central no surgimento de ações coletivas. Ao falarmos de identidades coletivas então estaremos sempre associando ao processo de atores individuais se autoreconhecerem e serem reconhecidos por outros, como parte de um grupo coletivo amplo com objetivos em comum e ligado por solidariedade e afetividade.

Os grupos onde indivíduos sentem o pertencimento, não necessariamente precisam ser definidos com referência a características sociais específicas, como classe, gênero, etnia, orientação sexual, eles também podem ser baseados em valores, atitudes, pontos de vista e estilos de vida, bem como experiências compartilhadas (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

As experiências vividas são componentes importantes para o processo social em dimensão individual. “Construir ou reproduzir identidades é um componente importante dos processos sociais através do qual os indivíduos dão sentido às suas próprias experiências e as suas transformações ao longo do tempo” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 93). Trata-se de participar de projetos, vivências e de redescobertas individuais.

Sendo assim, por exemplo, o indivíduo após se identificar como afetado, em um desastre, ele reconhece o que isso envolve e forma estímulos para engajar-se em um conflito, logo ele pode se associar a um grupo com mesma identificação, como pessoas que também foram afetadas, isso é essencial para a ação coletiva. Desse modo, a construção da identidade coletiva é um processo essencial para a ação coletiva através da identificação, pertencimento e reconhecimento dos atores envolvidos no conflito. Além disso, a identidade coletiva não pode ser de posse dos atores envolvidos, ela é um processo contínuo de interações entre eles. Cada ator atribui significado específico à identidade coletiva, a partir de suas próprias características culturais, situações e sistemas de relações que estão inseridos (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

Nesta visão, as identidades coletivas são complexas e dinâmicas. Ela consolida alianças e características sólidas ao longo do tempo, mas também passa por redefinições de interações com outros atores. Os laços são forjados e adaptados no decorrer do conflito e podem ter mudanças drásticas redefinindo a identidade coletiva. Ou seja, identidades coletivas apesar de estáveis são sujeitas a recorrentes mudanças (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

Jasper e McGarry (2015) também chamam atenção para o paradoxo de continuidade e estabilidade da identidade coletiva dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Os conflitos que sujeitam as redefinições também são internos ao grupo, fazendo do próprio grupo uma arena de interação entre os atores. O que esses autores trazem à tona é que identidades coletivas tem um dilema de benefícios e riscos, “qualquer coisa que seja usada para vantagem de uma causa, pode ser usada contra, por outra” (JASPER; MCGARRY, 2015, p.5).

Essas perspectivas buscam quebrar com a ideia da identidade permanente, como temos no senso comum, em alusão ao nosso nome próprio, nossa identidade que nunca muda. Ademais, a identidade é forjada, construída, logo, ela é relacional. Apesar de sua fluidez é possível analisá-la por ferramentas interpretativas a partir dos valores da identidade coletiva.

Com a função de utilizar desse conceito como categoria analítica para o estudo de caso, se alavanca algumas dimensões importantes para aprofundar na análise, no propósito de

entender como a identidade coletiva funciona para a ação coletiva. Alguns mecanismos que constituem e contam para identificar a identidade coletiva são, primeiramente, as **fronteiras dos atores coletivos em um conflito**, que demonstrará de forma nítida um ator coletivo protagonista em confronto com um ou mais opositores. Este conflito não será explicado apenas pelos interesses, mas também por tensões de interações e por sua base em valores ideológicos (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

Um dos mecanismos emergentes na construção de uma identidade coletiva é a produção de **novas interações com atores**, coletivos ou não, em busca de recursos, do qual não necessariamente serão materiais, mas de oportunidades, solidariedade, comunicação, enfrentamento de repressão e, de modo geral, ajuda para resolver problemas. Assim como, os significados comuns entre algum tempo-espaço são importantes para a construção da identidade coletiva. Em espaço, pode-se ter a tentativa de vincular eventos similares de outros lugares do país ou do mundo, ou até mesmo atribuir o evento e a ação coletiva a um lugar no qual remete a reivindicação. O tempo se refere a momentos mais públicos, como atos e etc. e a outros momentos de organização e preparação de estratégias. Isso se refere aos instrumentos de Melucci, como a fase visível e de latência do movimento (MELUCCI, 1996; DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

Outro mecanismo para a construção da identidade coletiva está na dimensão da **identidade individual de membros militantes**. Há perfis de membros militantes com carreiras duradouras em práticas de protestos e de organização de movimentos sociais, e há outros que não. Além disso, os membros podem ter diferenças internas no grupo, onde uns buscam ações mais internas e outros ações externas. Aqui se assume então a heterogeneidade da identidade coletiva em múltiplas identidades (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020). Essa abordagem por muito tempo foi negligenciada nos estudos dos movimentos sociais, tratando a identidade de movimentos e organizações com papéis e objetivos centrais imutáveis (CARLOS, 2011).

O mecanismo referente à **participação da identidade coletiva** no engajamento de ações coletivas, está entre duas tipologias: um movimento inclusivo e flexivo ou exclusivo e específico. Um grupo maior ou menor. Essa dualidade encontra benefícios e riscos. A inclusiva e flexiva facilita a obtenção de recursos, mas é dificultada pelos altos custos de organização, um exemplo seria movimentos de meio ambiente internacionais. A exclusiva e específica facilita a participação de mobilização e coordenação, mas tem dificuldade no reconhecimento e prestígio por ser pequeno. Esses paradigmas refletem no dilema da expansão e extensão do movimento social (JASPER; MCGARRY, 2015; DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

Controlar esse dilema está parcialmente no poder dos atores da identidade coletiva, certamente eles tentam afetar essa relação pela deliberação e criação de símbolos interpretativos sobre si e sobre o mundo, resultando em ações estratégicas. As identidades coletivas produzem símbolos, práticas e rituais, mesmo quando se encontram em um grupo histórico, a reelaboração simbólica de novos atores será pertinente, forjando novos mitos e reapropriando significados com suas experiências.

Essa produção cultural da identidade coletiva vem a partir das relações e comunicação própria do grupo. Os rituais costumam se representar em formas de reuniões e outros elementos internos, são importantes para o fortalecimento de difusão, permanência de alianças e pertencimentos. Os símbolos são geralmente expressões externas de significação e interpretação das realidades dos atores coletivos, eles constituem o movimento social, sendo assim eles envolvem valores e ferramentas interpretativas (DELLA PORTA; DIANI, 2006; 2020).

As ferramentas interpretativas são utilizadas para análise nos estudos dos movimentos sociais dentro do conceito de *frame* ou enquadramento interpretativo, oferecendo complementos à categoria analítica de identidade coletiva. O *frame*, elaborado por Snow *et al* (1986) apropriando-se do conceito de Goffman em *Frame Analysis* (1974), da tradição sociológica do interacionismo, faz uma alusão a um quadro onde se pode identificar e rotular acontecimentos e interpretações de causas e do mundo a partir de intenções de um ator individual ou coletivo (SNOW *et al*, 1986). No quadro de Goffman, elaborações sobre o *self* enquanto emissor-mensagem-receptor, já encaminhava para um horizonte do qual estamos baseados: os indivíduos que dão sentido as suas experiências em ações sociais. A propriedade de transformação e interpretação que Goffman confere aos quadros interpretativos, torna profícua a categorização de Snow *et al* (1986) em três dimensões do *frame*: diagnóstico, prognóstico e motivação.

O **frame de diagnóstico** é o reconhecimento de um problema social, podendo ainda identificar seu responsável; O **frame de prognóstico** trata das soluções e formas de solucionar o problema diagnosticado; O **frame de motivação** tenta promover incentivos para a ação (SNOW, 1986). Em seguida dessa abordagem, Benford e Snow (2000) identificaram empiricamente variações do *frame* em ações coletivas conforme o movimento: “A variação pode ser no nível de flexibilidade e inclusividade do esquema de interpretação, no escopo interpretativo e grau de influência, no poder de ressonância ou capacidade de repercussão” (CARLOS, 2011, p. 161).

Nesse sentido ainda, para além dos *frames* centrais, categorizam-se três conjuntos de processos: discursivos; estratégicos; e contestados. Sendo:

Os processos discursivos remetem às dinâmicas comunicativas, faladas ou escritas, exercidas entre membros de um movimento social [...] Os Processos contestados representam as ocorrências de frames de ação coletiva que são impossibilitados de emergir integralmente enquanto narrativas interpretativas de maior alcance devido à contestação comunicativa de outros atores. Os processos estratégicos são entendidos como processos deliberativos e utilitários voltados à construção ou adequação de um frame visando atingir determinado objetivo (GASPARINI, 2020, p. 45)

Este último, processos estratégicos se expressam em quatro modalidades de alinhamentos de *frames*: “conexão” (*bridging*), amplificação, extensão e transformação (SNOW, 1986). Consecutivamente, os alinhamentos significam: o *bridging*, ligar diferentes *frames* convergentes mas que estejam desconectados por algum motivo, fazer uma ponte enquadrando-o com algum elemento; a amplificação consiste em melhorar valores e crenças, como por exemplo, a liberdade ou soberania; o de extensão requer e permite que interesses mais específicos de um movimento se relacionem com objetivos mais gerais em um contexto que pode não ser tão evidente, como exemplo, promoção de shows musicais, entre estes existem variáveis que empregam a efetividade do *frame* como **ressonância**; e de transformação, é evidente na mudança e um reenquadramento de símbolos velhos para novos (SNOW, 1986; DELLA PORTA; DIANI, 2006; NUNES, 2013a). Os autores também categorizam o *master frame*, referente a uma pauta de significação maior e mais inclusiva, capaz de adentrar várias questões, por exemplo, pautas anti-neoliberais.

Descritos esses conceitos, instrumentos e mecanismos, pretendemos explorá-los em conjunto, enfatizando o *frame* de motivação como instrumento de produção simbólica da identidade coletiva, ao qual atuam em processos estratégicos de alinhamentos. Desse modo, a abordagem leva em consideração a ligação destes com os mecanismos da identidade coletiva como mecanismos cognitivos. Além disso, esses elementos estão relacionados à abordagem de análise de redes sociais que trataremos no próximo tópico.

1.2.3. Análise de Redes Sociais

Este tópico busca apresentar em linhas gerais a Análise de Redes Sociais (ARS) adotada nesta pesquisa como categoria analítica, mas também como uma perspectiva teórica ontológica. Sendo assim, é importante enfatizar sua origem enquanto instrumento metodológico e como elemento da Sociologia Relacional (SR), e suas implicações nos estudos de movimentos sociais.

A ARS é um instrumento metodológico com bases na matemática e na teoria de grafos, mas atribuída por diversas áreas ao longo do tempo (sociologia, antropologia, epidemiologia, ciência da informação e etc). O desenvolvimento tecnológico de softwares e a perspectiva da teoria dos grafos permitiram que as interações entre indivíduos fossem analisadas a partir de conexões entre eles, constituindo uma rede. Segundo Emirbayer e Goodwin (1994, p. 1414), “A análise de rede não é uma "teoria" formal ou unitária que especifique leis, proposições ou correlações diferenciadas, mas uma estratégia ampla para investigar a estrutura social.”

No entanto, há certas premissas na análise que os estudiosos concordam entre si, como a noção de redes, comunidades, indivíduos e relações/vínculos. O importante será a explicação a partir da observação das relações entre indivíduos, identificando os indivíduos da rede, se estabelece não apenas o interesse de observar as conexões, mas o que elas podem expressar enquanto meta-representação no mundo vivido ou virtual.

O que vai estabelecer então uma diferença analítica da ARS serão as linhas ontológicas das teorias que fundamentam a análise. Segundo Emirbayer e Goodwin (1994), a Análise de Redes Sociais não havia sido submetida a uma avaliação crítica de seus precursores teóricos, ela foi desenvolvida mais fortemente nos procedimentos técnicos, delineamento de conceitos e nos estudos empíricos¹⁹. Ao desenvolver os estudos empíricos de ARS, os sociólogos se viram necessitados de uma afirmação de uma área da sociologia da qual pudesse fundamentar teoricamente e epistemologicamente suas pesquisas empíricas. Desse modo, a Sociologia Relacional (SR) se concretiza na década de 1990 com o artigo de Mustafa Emirbayer (1997), o “Manifesto por uma Sociologia Relacional”²⁰.

A perspectiva relacional então considera que as relações e seus elementos (coisas, indivíduos, etc.) não são cristalizados e estão em constante dinâmica, e se afetam continuamente nos processos sociais. De certo modo, é compreender a interdependência dos atores com seus contextos e suas relações com outros atores.

¹⁹ Os "sociometristas" começaram a usar diagramas de rede para representar relações interpessoais em pequenos grupos, posteriormente, epidemiologistas e cientistas da informação começaram a conceber a difusão de doenças, informações e diversas outras coisas como um fenômeno de rede social. Atribuindo assim os termos e vocabulário do campo da matemática da teoria dos grafos (WELLMAN, 2000).

²⁰ Essa abordagem não é um consenso entre teóricos da sociologia relacional. François Dépelteau (2013), um dos teóricos da SR que alavancaram a teoria no Brasil, distingue três amplas correntes do pensamento relacional: a determinista; a co-determinista; e a relacional profunda. Consecutivamente, uma enfatiza a estrutura, outra a interação de estrutura e agência e a última, mais próxima do que buscamos, rejeita a dicotomia da estrutura vs. agência e atribui as relações sociais interdependentes.

Essa perspectiva relacional embasará a Análise de Redes Sociais (ARS) nos estudos de movimentos sociais, ao qual estamos propondo, focada nas relações e “elos” de atores coletivos com seus elementos culturais, como a identidade coletiva. Mario Diani, já mencionado anteriormente, é um autor exponencial no uso dessa premissa teórica relacional para a construção da noção de **Rede de Movimento Social (RMS)**. O autor enfatiza os movimentos sociais como um processo social peculiar e distinto de outros, se diferenciando então da abordagem do *Contentious Politics*, ainda que buscando proximidade a estratégia de identificar mecanismos em uma ampla gama de exemplos de ações coletivas (DIANI; BISON, 2010; CARLOS, 2011).

Desse modo, as **redes**, nos movimentos sociais, são onde atores ou organizações trocam práticas e recursos simbólicos através da coordenação de mecanismos de intercâmbio que são negociados nos acordos dos próprios atores. São “conjuntos de nós, ligados por alguma forma de relacionamento, e delimitados por alguns critérios específicos” (DIANI, 2003a, p. 6). Os nós (*nodes*) podem ser indivíduos, organizações e eventualmente outras entidades, como bairros ou estados, também podem ser eventos ligados a pessoas ou elementos de discursos. Os relacionamentos (*links*) podem consistir em vínculos diretos ou indiretos, podem ser únicas ou múltiplas. As medidas/conceitos da rede dependem das variáveis e da investigação do analista.

“A rede de movimento social se desenvolve mediante o processo de construção da identidade coletiva, indo além de um evento, de uma campanha ou de uma iniciativa específica” (CARLOS, 2011, p. 157). A fronteira da rede representa sua própria ‘estrutura’ que é contingente, fluída e dinâmica. Isso é devido as constantes mudanças de relações e de identidades coletivas, por isso, para se compreender e analisar a rede congela-se os dados naquele momento e contexto como uma fotografia.

Não cabe neste momento irmos mais a fundo nos conceitos técnicos da ARS, mas podemos ter dimensionado que as redes nos auxiliam na compreensão da complexidade dos movimentos sociais. Estudos impulsionados a partir da década de 1990 demonstram porque que as redes são importantes para os movimentos sociais pontuando impactos em diversas dimensões (DIANI, 2003b), como de participação (DIANI, 2004), escolhas táticas (HADDEN, 2015), comunicação e cultura (MISCHE, 2008) políticas públicas (MARQUES, 2019) e organização (DIANI; BISON, 2010). Dentre estes, não são todos que aderem a mesma abordagem analítica, entretanto, neste estudo de caso levantaremos mecanismos analíticos pontuados pelos estudos do livro “*Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*” organizado por Diani e McAdam (2003).

Primeiramente, se deve situar os **tipos de redes sociais** possíveis para a análise dos movimentos sociais. Diani (2003b) aponta três tipos que dependem dos nós dado a rede, as redes individuais, as redes de organizações e as redes de eventos e coletividades. As redes individuais existem na medida em que indivíduos se envolvem em ações coletivas, estudiosos como McAdam (2003), Della Porta (1988) e Passy (2003), enfatizam essas redes nas dimensões de participação e recrutamento de um grupo, as relações e vínculos, pessoais e próximas, demonstram grandes impactos. “Os vínculos diretos e indiretos podem ativar uma série de mecanismos que, por sua vez, afeta as chances e formas de participação” (DIANI, 2003b, p. 08). Nessa dimensão as múltiplas filiações de um indivíduo em outros grupos, interagem em certa medida, com as dimensões da identidade coletiva associando a grupos inclusivos ou exclusivos.

As redes de organizações consistem de nós da rede como um “indivíduo” coletivo, ou seja, uma identidade coletiva. Diani (2003b) chama a atenção de que organizações de movimentos sociais, dificilmente não terão relações com outras organizações, aponta para que caso encontre casos assim, se pode conceitualizar de organizações políticas ao invés de movimentos. Isso é devido a facilitação de recursos, informação, atividades e mútuo reconhecimento, que as redes entre organizações de movimentos sociais produzem. Por sua vez, as redes de eventos e coletividades se referem aos níveis que performances de ações coletivas podem alcançar, eventos podem construir novas identidades coletivas, ou vincular meios simbólicos, logo à aplicação de redes pode gerar boas contribuições.

Dentro desses tipos de redes, se podem ter alguns parâmetros para identificar estruturas de redes de movimentos sociais. Podemos associar a duas dimensões (2), seguindo uma lógica: quem é você? E com quem você está? Essas questões são o princípio estrutural de uma rede, a posição dos nós e os links a eles conectados. Se é possível olhar para uma rede com todos os nós e conexões (*whole network*) ou para apenas um nó e suas conexões (*ego network*). Nesse sentido, Diani (2003) pontua nas dimensões de tipos de redes, oposições **de estruturas descentralizadas e centralizadas**; e **conexões segmentadas ou reticuladas**.

Dos **tipos de estruturas e conexões**, o autor pontua quatro (4) modelos: estruturas *cliques*, *policephalous*, *wheel/star* e estrutura segmentada/descentralizadas. A estrutura *cliques* (1):

É uma rede descentralizada e reticulada, onde todos os nós são adjacentes um ao outro. [...] sugere padrão de ligações com uma forte dimensão expressiva e um alto investimento em construção e manutenção da rede. Há também um nível muito alto

de engajamento mútuo entre os nós da rede, o que resulta em alta reticulação e segmentação nula. (DIANI, 2003b, p. 307)

Esse tipo de rede de movimentos sociais pode ser mais possível encontrar em pequenos grupos, ou possivelmente algo próximo a essa estrutura, modificando alguma ou outra característica nos links mais fracos ou mais fortes.

Estruturas *Policephalous* (2), é uma estrutura parcialmente segmentada e relativamente centralizada. Alguns indivíduos estão envolvidos em mais vínculos do que os outros, portanto, têm melhor posição para controlar fluxos relacionais dentro da rede, tendo maior influência. Geralmente estes são intermediários, chamados de *brokers* ou *gatekeepers*, atores que conectam diferentes partes segmentadas da rede, preenchendo *structural holes*. Refere-se a um tipo comum de mecanismo, o *brokerage*, que pode ser medido na ARS com o *betweenness centrality*.

A estrutura de rede em *wheel/star* (3) têm um indivíduo centralizado e vínculos homogêneos com outros indivíduos, resultando em uma segmentação nula. Esse ator centralizado geralmente pode ser medido e identificado facilmente pela medida de *closeness centrality* da ARS, ele é o nó com menos passos (*path*) necessários para chegar a outros nós da rede.

A última estrutura de rede apontada é uma segmentada e descentralizada (4),

É realmente difícil pensar em uma rede nesse caso, pois os atores operam amplamente por conta própria ou desenvolvendo pequenas colaborações em questões específicas. Eles são incapaz ou pouco dispostos a desenvolver vínculos mais amplos e abrangentes. Eles se concentram em suas causas específicas e restritas e rejeitam tentativas de líderes em potencial para coordenar suas ações em projetos abrangentes mais amplos (DIANI, 2003b, p. 311)

Apesar da probabilidade difícil de ser encontrado empiricamente esse tipo de rede, é importante pontuá-la. Ela demonstraria um tipo de comunidade entre grupos isolados, que em seus vínculos não teriam um nó centralizado. Poderia ser analisado pela medida de *clustering*, coeficiente que identifica o grau de agrupamentos dentro da rede.

Junto aos tipos de estrutura de rede se levantou algumas medidas conhecidas pela Análise de Redes Sociais (ARS), entretanto, as medidas são independentes dos tipos de rede, podendo ser aplicada em qualquer tipo, depende apenas do que o analista pretende investigar.

Nesse sentido de análise, Diani (2003b) ainda pontua quatro (4) conceitos chave para a análise, sendo: análise multinível; multiplexidade de ligações; tempo; e homofilia (*homophily*).

Análise multinível (1) é “reconhecer a multiplicidade de laços, atores e eventos que compõem os episódios empíricos que definimos de "movimentos sociais"” (p. 313). Essa noção complexifica a análise em diversas dimensões, um exemplo é o trabalho de Ann Mische (2008) em integrar atores, eventos e narrativas comunicacionais. A **multiplexidade de ligações** (2) está atrelada aos links da rede que têm *degrees incoming* e *outcomes*, diretos e indiretos, simples ou múltiplos. Podendo ser distinto entre laços fortes ou fracos (Granovetter, 1983), que dependem da frequência que interagem. Logo nos leva ao **tempo** (3) “se indivíduos e organizações tem vínculos entre eventos, também é possível explorar as continuidades nas atividades ao longo do tempo” (p. 315). Por último a **homofilia** (4), é um jargão conhecido na ARS, é a similaridade de atributos dos indivíduos que podem facilitar seus vínculos. Esses atributos podem ser contratos, transações em comum, aspectos sociais e culturais. Leva o destaque então para os nós e quem eles são. Leva a noção de com quem você anda costuma ser parecido com você. Medidas como *clusters* e *small world* podem nos ajudar a identificar a relação de vínculos com os atributos.

Essas análises podem muito bem ser encontradas em conjunto em um mesmo caso e elas não esgotam as possibilidades de análise, mas considera-se suficiente até então para o estudo dessa pesquisa. Podemos notar que muitos conceitos e mecanismos estão interligados às duas categorias de análise – identidade coletiva e redes sociais – propostas aqui neste trabalho, demonstrando que estas envolvem uma interdependência relacional muito forte.

Nesse sentido, este capítulo teórico buscou levantar as dimensões apropriadas para a análise do Movimento de Atingidos por Barragens considerando o papel da identidade coletiva e das redes sociais no processo de confronto político no contexto do desastre. Apreende-se a complementariedade entre aportes dos mecanismos do Confronto Político com a perspectiva da Rede de Movimento Social. No próximo capítulo iremos abordar o estudo empírico a partir do histórico do MAB, dos acontecimentos do desastre no rio Doce e pela revisão de literatura a respeito destes.

CAPÍTULO 2: “LAMA E LUTA”

*“Da ganância veio à morte
 De Bento, Barra até o mar
 Cadê meu rio? Mera lembrança.... Nosso chão
 Recorrer a quem? Só nos resta a união
 Falam de um acordo, essa luta é desigual
 Se veste de anjo e sopra o que mordeu
 Perito em camuflagem, de réu vira juiz”*
 “Desumano”, música de Fafá da Barra²¹

Este título faz referência ao lema do MAB no primeiro ano após a lama. O capítulo apresentará o objeto empírico a partir de revisão bibliográfica acerca do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) nacional, descrevendo seu histórico de criação e principais características, dizendo o que é o MAB e o que já foi dito até hoje sobre. Além disso, o capítulo produzirá uma revisão dos estudos empíricos sobre as mobilizações sociais relacionadas ao desastre no rio Doce. Considerando estes estudos será recolocada a delimitação da pesquisa acerca do MAB no ES, especialmente o papel da identidade coletiva e das redes de relações sociais. E por fim a descrição metodológica do trabalho de campo e procedimentos de pesquisa.

2.1. História e contexto

O MAB é um movimento nacional de caráter popular, de massas e reivindicatório. Sua organização se inicia no final da década de 1970, na região Sul do país, devido a construção da usina hidrelétrica de Itaipu no estado do Paraná com divisa com Paraguai. Com apoio de entidades locais, sobretudo religiosas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Igreja Luterana, com sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores, reivindicavam direito a permanência em suas terras ou uma justa indenização. Realizaram o primeiro acampamento da história dos atingidos do país (da qual é uma prática comum até hoje) no escritório da empresa construtora, entretanto suas reivindicações foram ignoradas pelas autoridades (BENINCÁ, 2011). Segundo Germani (2003) cerca de 42.444 pessoas foram atingidas e obrigadas a se deslocar pela construção da UHE Itaipu binacional.

Alguns anos depois devido a oposição de construções de barragens localizadas na bacia do rio Uruguai, criou-se primeiramente uma Comissão de Barragens, em 1979, e posteriormente em 1980 o CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens. Uma prática recorrente até os dias de hoje, foi o primeiro acampamento de atingidos no escritório da empresa construtora.

²¹ Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=R7VL2Ap9uEA>

Assim como o lema “Águas para a vida, não para a morte”, usado em uma das primeiras grandes mobilizações organizadas pela CRAB, em fevereiro de 1983 durante a 6ª Romaria da Terra. Outro evento importante foi o I Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai e em 1984 o abaixo-assinado “Não as barragens”, resultando em acordo que buscava a solução de problemas sociais em negociações coletivas (BENINCÁ, 2011).

Em outras regiões do país se dava situações similares de conflito, como no Norte com a barragem do Tucuruí, no Pará. E no Nordeste pela barragem Itaparica, hoje nomeada de UHE Luiz Gonzaga, em Pernambuco localizada no Rio São Francisco. Em vista dessas experiências em 1989, acontece o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, já estabelecendo alguns parâmetros de movimento de atingidos. Em 1991, o Primeiro Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens funda oficialmente o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), caracterizando uma organização nacional em defesa dos direitos dos atingidos e contra a política capitalista de produção de energia.

Até a criação do MAB, estudos apontam que a organização passou por fases de dinâmicas e características distintas (BENINCÁ, 2011; FOSCHIERA, 2009), sendo **a primeira fase**, a passagem de reivindicações por terras para os direitos coletivos de indenizações justas, tendo forte influência dos setores religiosos, de ação pastoral e participação popular, enfatizando uma justiça social. Nos anos seguintes da criação do movimento, **a segunda fase** vai até a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência em 2002. O PT já havia uma interlocução com o movimento por meio de sua base sindical. O MAB tem então um enfraquecimento no grau de influência dos setores religiosos e passa a adotar mais elementos políticos e econômicos de lutas de classes, contra a onda neoliberal de privatizações. Ainda nessa fase, importam elementos de interlocução internacional, como a Eco-92 e a participação da Comissão Mundial de Barragens²². O MAB hoje se articula com organizações de atingidos de vários países e integra-se a *La Via Campesina*²³, movimento internacional que congrega o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MMC, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

²² Em 1997 foi criada na Suíça a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. Durou aproximadamente três anos e resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões. Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>

²³ A Via Campesina surge em abril de 1992, em Manágua, na Nicarágua, a partir de camponeses e se torna uma organização internacional. Fonte: <https://viacampesina.org/es/quienes-somos/>

A **terceira fase** apontada pelos autores se dá de 2003 até atualmente, o MAB intensifica suas relações na esfera política-institucional e especializa sua militância do ponto de vista político e técnico-científico. Entretanto outros conflitos emergentes entram em questão como disputas territoriais e conflitos socioambientais.

 Todavia, a chegada de Dilma Rousseff à presidência em 2010 e a intensificação dos incentivos à construção de novas hidrelétricas compreendidas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) marcam um crescimento das tensões na relação entre o Governo Federal e o MAB (OLIVEIRA, 2016).

As tensões socioambientais e política nos leva ao debate teórico do paradigma neoextrativista, em que conecta e enquadra uma gama de atores de segmentos sociais diversos (trabalhadores rurais, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, meeiros e populações urbanas) na categoria de atingidos por grandes empreendimentos, seja hidrelétricas, petróleo e gás ou mineração, em uma diversidade de localidades (OLIVEIRA, 2016).

Por fim, sobre as características dinâmicas do MAB, segundo Oliveira (2016), a criação do MAB muda substancialmente suas instâncias de atuação, se organizando em uma estrutura de coordenação de decisões a nível nacional. Sendo a Coordenação Nacional, formada por representantes de cada região do país, a Executiva Nacional, escolhida pela coordenação, e a Organização de Base. Em 1997, o movimento já havia células organizadas em todas as regiões do país, mas como dito anteriormente, ainda não no Espírito Santo até o Desastre no rio Doce. Hoje o MAB se encontra em 20 estados, e o último até então tem sido o ES.

2.2. O Desastre no caminho do rio Doce

O Desastre no rio Doce pode ter nomenclaturas variadas como desastre da Samarco ou desastre de Mariana, nessa pesquisa o uso de constatar o rio Doce tem a pretensão de focar que a dimensão dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos, perpassam pela localidade e região de Minas Gerais e atinge a totalidade de um rio interestadual que deságua na costa capixaba, após percorrer aproximadamente 700km. Até o dia do rompimento, 05 de novembro de 2015, a lama de rejeitos passou por 17 dias até a chegada à foz do rio em Regência, município de Linhares, Espírito Santo. A Figura 3 apresenta a cronologia e o percurso da lama de rejeitos, de Minas Gerais ao Espírito Santo.

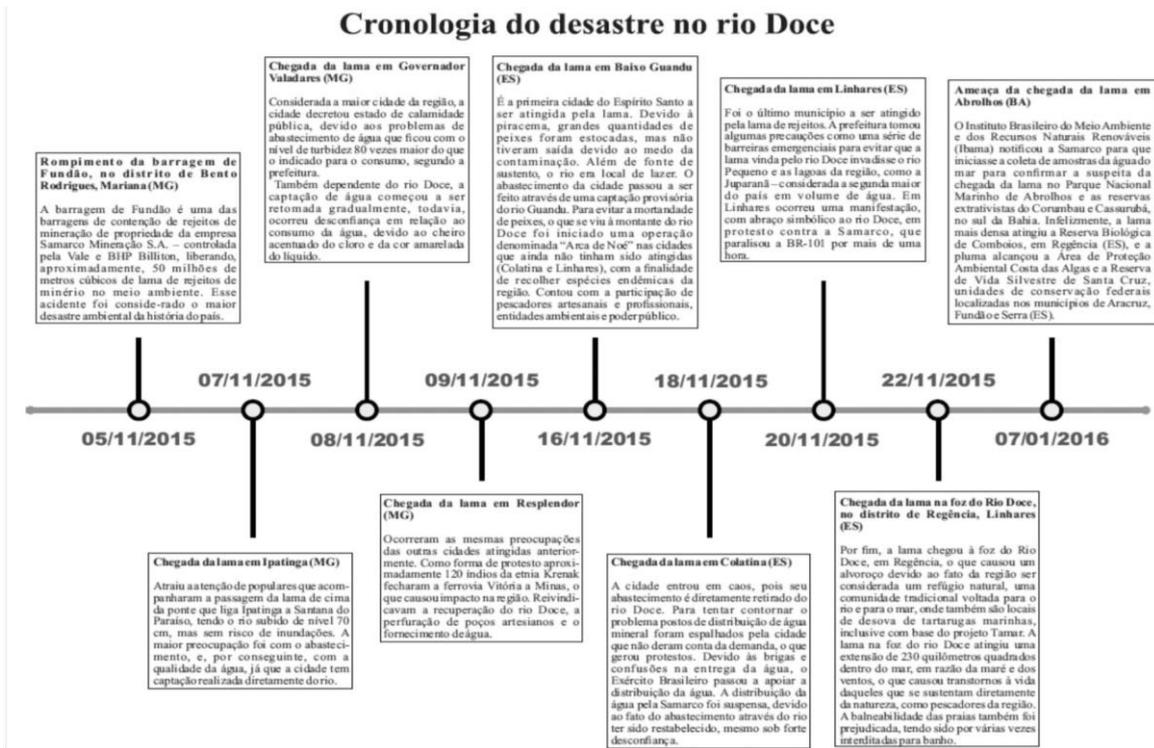


Figura 3 - Cronologia do Desastre no rio Doce. Fonte: CARLOS; SOUZA, 2018.

Além dos impactos de danos ambientais, materiais e de vida humana, houve também violação do direito de acesso à informação como, o número de vítimas e de atingidos, a destruição, sobre o risco de outras rupturas nas barragens, sobre os níveis de contaminação da água e da lama, bem como seus impactos à saúde humana, entre outras (JUSTIÇA GLOBAL, 2016). Essa incerteza de informações e descaso, fez com que até a chegada da lama na foz do rio, não se verificasse nenhuma comunicação oficial por parte da Samarco ou dos órgãos públicos acerca de medidas preventivas necessárias à situação (GEPPEDES, 2017).

Esse descaso se fez presente igualmente na região da barragem, em Bento Rodrigues, município de Mariana, Minas Gerais. Depoimentos de moradores revelam a compreensão de que a empresa teria conhecimento sobre os riscos da barragem como também a ausência de qualquer processo de alerta. Segundo o relatório da Justiça Global (2016)

A barragem Fundão passou por um processo de revalidação da sua Licença de Operação (LO) em 2013. Estudo encomendado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizado pelo Instituto Prístino afirma que havia um risco de rompimento da barragem do Fundão, em virtude da sinergia de impactos, causada pela sobreposição de áreas diretamente afetadas da Barragem do Fundão e da Pilha de Estéril União da Mina de Fábrica Nova da Vale. Ainda assim, a LO foi concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais. Ou seja, é possível afirmar que a empresa e o Estado de Minas Gerais tinham ciência da

possibilidade de ruptura das barragens, razão adicional para ter sido feito um plano efetivo de prevenção, com formação nas comunidades e sistema de alerta em caso de rompimento (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p.09)

O Ministério Público Federal denunciou 21 pessoas por crime de homicídio doloso e outros três tipos previstos no Código Penal, além dos mesmos crimes ambientais atribuídos às empresas, mas até hoje os processos seguem na justiça e ninguém foi preso²⁴. A negligência e omissão das empresas são enquadradas pelo MAB pelos jargões de “Tragédia Anunciada” e “Não foi Acidente” enfatizando-o como crime. Este último jargão é decorrido da disputa de narrativa, onde inicialmente o termo “acidente” referenciando o rompimento da barragem, foi utilizado pelos representantes das empresas e divulgado pela mídia hegemônica sem esclarecimentos críticos (FONTES, 2018). Logo esse elemento reforça a rejeição dos atingidos ao tratamento institucional, de resolução negociada e mediação que os processos judiciais foram tomando rumo, aumentando a indignação e oposição ao fluxo de informações que adivinham de interesses das empresas responsáveis.

Esse tratamento de gestão da crise assegurado pela União desloca fortemente as empresas da responsabilização dos crimes cometidos, e as leva para uma mesa de negociações (ZHOURI et al., 2016) resultando na assinatura do “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta” (TTAC), em 02 de março de 2016, entre os entes federativos²⁵ e as empresas responsáveis. O acordo estabeleceu programas de restauração, mitigação e compensação dos danos causados, aos quais foram denominados a execução pela criação da fundação Renova, criando ainda o Comitê Interfederativo (CIF)²⁶ e 11 Câmaras Técnicas para apoiar, supervisionar, monitorar, fiscalizar e validar essas ações (ZORZAL et al. 2019). Esse primeiro acordo foi fortemente criticado pela falta de participação dos atingidos dentro desse sistema de

²⁴ Fonte: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>.

²⁵ No âmbito federal: a União; o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; a Agência Nacional de Águas – ANA; o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; a Fundação Nacional do Índio – Funai, todos representados pelo Advogado-Geral da União; No âmbito estadual, referente a Minas Gerais: o Estado de Minas Gerais; o Instituto Estadual de Florestas – IEF; o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM; a Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, todos representados pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais; No âmbito estadual, referente ao Espírito Santo: o Estado do Espírito Santo; o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA; o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF; e a Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH, todos representados pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo.

²⁶ Dois representantes do Ministério do Meio Ambiente; dois do Governo Federal; dois do Estado de Minas Gerais; dois do Estado do Espírito Santo; dois representantes dos municípios atingidos de Minas Gerais; um representante dos municípios atingidos do Espírito Santo; três pessoas atingidas ou técnicos por ela indicados; um técnico indicado pela Defensoria Pública; e um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

decisões, que por muitas vezes gera morosidade e descompassos para implementação de programas de reparação (ZORZAL et al. 2019). Nesse processo de confrontos da elaboração do acordo, perpassou ainda por mais dois Termos, o Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e o Termo Aditivo, em 2017, tendendo aprimoramento desses aspectos de gestão – que não deixaram de ter contestações - neles é possível destacar a tematização da questão da participação dos atingidos e das Assessorias Técnicas Independentes (ATI). Ambos embasam o direito fundamental de assegurar ao atingido informações e decisões de reparações confiáveis.

Após quase três anos de discussões e disputas em audiências públicas, oficinas e grupos de trabalho pelo MPF juntamente com atores da sociedade civil foi firmado um novo TAC em 25 de julho de 2018, conhecido como “TAC-Governança”.

Esse TAC alterou o processo de governança do TTAC para definição e execução das diversas ações, programas e projetos de reparação dos danos causados; prevê a criação de novas estruturas de participação das pessoas atingidas em todas as etapas e fases do TTAC, e a contratação de assessoria técnica para os atingidos; e possibilita o eventual estabelecimento de um novo processo de negociação dos programas já em curso sob responsabilidade da Fundação Renova (CARLOS; SOUZA, 2018, p. 04)

Este acordo que se mantém até atualmente ainda consta muitos pontos problemáticos principalmente no quesito participação. Segundo Losekann e Milanez (2018), a palavra participação aparece diversas vezes no texto do TAC, mas se apresenta com significados confusos e ambíguos. Além disso, um dos pontos positivos que seria a garantia das Assessorias Técnicas por escolha da população atingida dos municípios, é vedada qualquer vínculo de subordinação com movimentos sociais ou ONGs atuantes na área do Desastre, apresentando “preconceito com as formas associativas dos próprios atingidos, buscando explicitamente interferir no único ponto do acordo que respondia às demandas das mobilizações desses” (LOSEKANN; MILANEZ, 2018, p. 05).

O MAB vem continuamente reivindicando a Assessoria Técnica Independentes, que é assegurado no acordo desde o TAP em 2017, entretanto as únicas ATI que já estão operando são dos municípios mineiros de Mariana, Barra Longa e Rio Doce, que foram selecionados diretamente, antes do TAP que instituiu o Fundo Brasil de Direitos Humanos como organização responsável para conduzir, junto aos atingidos, o processo de escolha das ATI. A partir do segundo semestre de 2018, o Fundo Brasil realizou audiências públicas que garantiam às comunidades a definição de dezoito entidades para as Assessorias Técnicas, nove assessorias

para o ES e mais nove para MG, as quais em sua maioria foram finalizadas em dezembro de 2018, nenhuma delas foi efetivada²⁷.

É notável a interferência e boicote da Fundação Renova nos processos de execução de reparação e nos de inclusão das demandas dos atingidos. Um exemplo, é o que o MAB denúncia da Renova questionar e se recusar a custear as condições de participação de atingidos em reuniões do Comitê Interfederativo (CIF) e das Câmaras Técnicas, impondo limite de pessoas²⁸. Segundo a denúncia, em reunião do CIF em Julho de 2019 em Brasília, a Renova não deu sequer resposta sobre os dados dos atingidos enviados a fundação para que fornecesse as condições de irem para a reunião.²⁹ Além disso, o MAB alega que custeios sem Assessoria Técnica é farsa de participação social.

Outras problemáticas principais da Renova em relação às reparações dos atingidos, estão atreladas a indenizações e reassentamentos. Em relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizado em 2019, demonstra-se o pouco ainda feito pelas indenizações ao longo de quatro anos.

A chamada indenização por danos gerais na verdade é uma indenização por danos específicos, pois considera as pessoas que perderam sua fonte de renda ou bens materiais. Para ser indenizado, é preciso do cadastro e da comprovação do dano. Estima-se que menos de 10% dos atingidos foram cadastrados – cerca de 51.400 famílias, segundo a Defensoria Pública do Espírito Santo. De acordo com o próprio site da Fundação Renova, apenas 11.937 famílias foram indenizadas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, p.08)

Essa sistematização da fundação e o poder de decidir quem é o atingido acarretam diversos problemas e profundas falhas. Não é obstante constatar que essa governança é uma forma política das empresas, já que o Conselho Curador da Fundação Renova tem dois terços no controle das empresas Vale S/A e BHP Billiton. Sendo o resto parte do Comitê Interfederativo (CIF). As decisões do Conselho Curador são tomadas pelo voto favorável de, pelo menos, cinco de seus membros. Ou seja, representantes das empresas sempre terão

²⁷ Fonte: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-pela-samarco-cobram-cio-assessorias-t-cnicas-no-rio-doce>

²⁸ Fonte: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/custeio-sem-assessoria-t-cnica-farsa-participa-social>

²⁹ Fonte: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/vale-e-bhp-billiton-impedem-atingidos-participar-reunio-cifibama-em-bras-lia>

aprovação, evidenciando a assimetria das relações de poder e corroborando com a percepção dos atingidos de que ‘a Renova é a Samarco’³⁰.

Quanto ao reassentamento, as obras de reconstrução passaram por diversos atrasos e o prazo para o reassentamento já teve três datas de entrega. O último imposto pelo Ministério Público de Minas Gerais fixa 27 de fevereiro de 2021 como data de entrega das moradias. Enquanto isso, cerca de 300 famílias desalojadas dos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, moram em casas alugadas pela Fundação Renova³¹. Após mais de quatro anos, nenhuma casa foi levantada no local ao qual a população deliberou para construir, com este principal enquadramento, o MAB lança em outubro de 2019 a Jornada de Lutas dos Atingidos

A Vale Destrói, O Povo Constrói. O ponto alto será a construção de uma casa, para mostrar que a casa que a Fundação Renova, nesses quatro anos, não entregou para os atingidos em Mariana, será construída pelo povo, como símbolo de luta e resistência a essa violação de direitos (MAB, 2019).

As atividades se dividiram em encontro de atingidos em Mariana, marcha, festival cultural e audiência pública em Brasília, de outubro a janeiro de 2020. No Espírito Santo as atividades se dividiram em uma diligência nas comunidades atingidas com o MAB e parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019); e a Feira Estadual da Saúde dos Atingidos, em Baixo Guandu.



Figura 4 - Município de Barra Longa local da Casa Solidária. Fonte: https://www.instagram.com/p/B4h_a1xH6KM/

³⁰Fonte:<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/11/moradores-lutam-por-nova-vida-apos-tragedias-em-mariana-e-brumadinho.shtml>

³¹Fonte:<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/12/coronavirus-e-novo-golpepara-atingidos-pela-barragem-em-mariana-mg.htm?cmpid=copiaecola>

Os fatores demonstrados nesse tópico expressam diversas características do desastre que abordaremos mais a frente nos capítulos empíricos.

2.3. Leituras do Desastre no rio Doce

A análise feita a partir dos estudos da Sociologia dos Desastres é de que justamente esses fatores de debilidade e morosidade institucional na gestão do desastre, no que tange a reparação das condições de vida dos atingidos, e a mobilização de discursos técnicos para desresponsabilizar as empresas, são elementos de agravamento no sofrimento social dos atingidos (ZHOURI et al, 2016). O sofrimento social não é apenas a perda de danos em si, mas a forma como o Estado e as empresas lidam com os atingidos na garantia das reparações e compensações, violando seus direitos e deslegitimando suas compreensões acerca dos problemas vivenciados.

Essa categoria de sofrimento social nos ajuda a refletirmos sobre alguns temas dos movimentos sociais já trabalhados no caso do desastre no rio Doce. E conseqüentemente nos ajuda nas análises dessa pesquisa. Um estudo de Losekann (2018) em uma perspectiva culturalista, de análise microsociológica das emoções, refletiu sobre a interferência na vida dos sujeitos afetados como influência para o engajamento e ação coletiva de confronto. Aponta que o sentimento de injustiça devido a um sofrimento social recorrente de uma tragédia é necessário para transformar raiva e esperança em ação coletiva. Destaca ainda, que a identificação da origem da injustiça busca um alvo concreto e de possível alcance, nesse sentido a distância é relevante. “Assim, para os afetados do Espírito Santo foi fundamental identificar a Vale como corresponsável pelo desastre, já que a mineradora está concretamente em seus territórios através dos trilhos, trens e portos que transportam o minério de ferro.” (LOSEKANN, 2018, p. 91). A partir da análise de *frames*, a responsabilização das empresas pelo **sofrimento social** dos atingidos, deu início a produção de **enquadramentos de diagnóstico e motivação** para a ação coletiva.

Segundo a autora ainda, interligado ao elemento cognitivo das emoções que enquadram os responsáveis, está o elemento de interação. Nele constam atores **afetados em si, afetados mobilizados** e **afetados mobilizadores**³² (LOSEKANN, 2016). Destacam-se atores

³² “**Afetados em si**, que são os pescadores, as populações em geral e os camponeses, que não necessariamente se percebem enquanto afetados, mas sim pelo olhar de outro. Nessa categoria inclui-se o próprio ambiente natural, a fauna, a flora, as águas e as diversas formas de vida que são impactadas por esses grandes empreendimentos. **Afetados mobilizados**, em que encontramos os próprios sujeitos dos territórios impactados, mas que já são conscientes e mobilizados em torno dessa situação. Nesse caso, enquadram-se potencialmente também as associações e as colônias de pescadores, associações de moradores, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) etc. **Mobilizadores dos afetados**, caracterizados por

mobilizadores que atuam como *brokers*, transformando e ressignificando o sofrimento social em novos enquadramentos de luta. Nesse sentido se fez notório o papel do MAB e sua chegada ao Espírito Santo. A oposição da empresa em uma reunião com a participação do MAB favoreceu sua adesão e interação com atingidos, segundo demonstrado por relato de entrevista feito pelo estudo. Entre outros aspectos, os atores mobilizadores,

São importantes nos processos de formação de novos ativistas por constituírem um tipo de escuta. Ao atribuírem atenção às causas dos afetados eles também legitimam suas reivindicações, ou seja, conferem importância ao sofrimento do outro. (LOSEKANN, 2016, p. 96)

Não só o MAB teve esse papel, segundo a autora, mas também os fóruns que funcionam como articuladores de organizações diversas, nesse sentido destaca-se o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce (FCDRC) - que teve a adesão de 88 organizações - e ainda aliados como Defensores Públicos do Espírito Santo.

São potentes as contribuições desse estudo, mas é importante frisar que a constatação do MAB em posição de intermediador (*brokers*) pode ser contestada ou averiguada de forma aprofundada pela análise de redes sociais que essa pesquisa busca aplicar. Mas em certa medida, o estudo acompanha outras contribuições de estudos empíricos, principalmente no sentido de destacar as relações do sofrimento social dos atingidos como processo importante para o confronto, e ainda as relações de atores coletivos no contexto do desastre.

Desse modo, destaco ainda o estudo da autora Carlos (2019), que bebe das fontes teóricas da *Contentious Politics* sobre **oportunidades e restrições políticas**. Dessa forma, se relaciona o tratamento institucional de medidas de restrições e repressões das empresas e do Estado, à emergência de repertórios de confronto.

Os encaminhamentos institucionais por parte do Estado e das empresas culminaram no agravamento de vulnerabilidades desencadeadas pelo desastre, na marginalização da participação dos atingidos no processo de decisão e no desprezo das mobilizações de movimentos sociais e organizações civis. (CARLOS, 2019, p.11)

As restrições impostas constam no tratamento institucional e funcional, a primeira constringe a participação dos atingidos nas decisões da governança do TAC - como pudemos ver anteriormente – e ainda constringimentos em relação ao reconhecimento de atingido. A segunda, funcional, consta em repressão física e simbólica ao ativismo de confronto e de

aqueles atores que não estão sofrendo as consequências diretas dos empreendimentos, mas que percebem a situação de afetado no outro e mobilizam-se por e com ele.” (p.13)

desinformações, entre outros. Essas restrições e repressões podem resultar em uma expansão e inovação de mobilização e organização, utilizando-se de **repertórios**³³ de confronto combinado entre protestos (extrainstitucional), institucional (instituições participativas e ação judicial) e tática multiescalar (nacionalização e internacionalização da causa) (CARLOS, 2019).

A autora demonstra que, dentre estes repertórios de confronto utilizados pelos movimentos sociais e organizações civis se caracterizam relevante, o **extrainstitucional** que atinge maior visibilidade pública e capacidade de reivindicação, por exemplo, manifestações de rua, a ocupação e bloqueio de ferrovias da Vale que se demonstraram profícuas, assim como ocupação de escritórios da Renova. O **institucional**, sobretudo a participação em audiências públicas, refletem aspectos importantes de organização como vocalização e publicização dos atingidos e sua causa, além da articulação entre os atores aliados que promovem tal espaço, exponenciais atores são o Legislativo Estadual (CIPE Rio Doce e Comissão de Meio Ambiente da ALES), a Defensoria Pública – ES e o Ministério Público Federal. E por último, a **tática multiescalar** é caracterizada por denúncias a organizações internacionais de direitos humanos. Podemos salientar que essa última advém fortemente de uma influência do MAB, que como já vimos é uma característica do movimento a partir de sua terceira fase.

Em outro estudo de Carlos (2021), esses repertórios são investigados pela técnica de Análise de Eventos de Protestos (AEP) por meio de notícias de jornais, o MAB promoveu o maior número de eventos (27) sendo predominante o extrainstitucional, mas também o uso de lobby e mesa de negociação (institucional).

A autora pontua ainda que estes movimentos, o FCDRC³⁴ e o MAB, como movimentos emergentes no ES após o desastre, são cruciais na organização das bases populares nos territórios atingidos (como associações, comissões e fóruns), pois assumiram o papel de incubadoras de movimentos sociais. “Diferentemente dos aliados que se restringem ao apoio aos movimentos existentes, as incubadoras buscam criar e organizar novos movimentos,

³³ Repertórios por Tilly, são um “conjunto de performances reivindicatórias, historicamente criada, limitada e familiar, que circunscrevem geralmente as formas pelas quais as pessoas se engajam na política contenciosa” (TILLY, 2008, p.12).

³⁴ O FCDRC constituiu-se no dia 16 de novembro de 2015, a partir da Comissão de Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Vitória, com o apoio de mais 80 organizações, como organizações do Movimento Estadual de Direitos Humanos (MEDH) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Em sua estrutura organizacional, são quatro os fóruns locais estabelecidos: Fórum SOS Rio Doce que abrange os atingidos dos municípios de Colatina e Baixo Guandu, Fórum Foz Norte que congrega o território da foz norte do rio Doce, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra, e o Fórum Foz Sul que abrange o território da foz sul, Aracruz e Serra (LOSEKANN; SANTOS, 2017).

reconstruindo clivagens políticas e reorientando a contestação política” (Carlos, 2019, p.21).
Complementa:

Mediante ação coordenada o MAB e o FCDRC desempenharam a função de incubadoras estimulando e apoiando a formação de grupos, indo além do papel tradicional de aliados, agindo na formação organizacional e identitária de ativistas e organizações nos territórios atingidos. (CARLOS, 2019, p.20)

São movimentos com formação histórica, com ativistas com grandes trajetórias, e se articulam em rede de movimentos para se incidirem sobre os obstáculos que exigem recursos políticos, materiais ou não.

Nesta pesquisa, buscamos levantar alguns parâmetros do Confronto Político que circunda este estudo de caso, desde o histórico do MAB Nacional até a sua difusão ao Espírito Santo. As constatações dos estudos referenciados contribuem com a leitura desta dissertação, destacamos principalmente a relação e tratamento institucional das empresas responsáveis pelo desastre, com a população de atingidos ao qual confluem ao **sofrimento social**. O MAB reivindica os interesses dos atingidos como, a responsabilização do crime, reparação integral, participação justa (pela governança do acordo), informações confiáveis (via assessoria técnica dos atingidos), entre outras pautas. As formas de mobilização do movimento exigem uma ampla articulação entre a população atingida, reforçando o recrutamento da causa pela compreensão dessa população ao conceito e reconhecimento de atingido; construindo uma **identidade coletiva**. Além disso, se faz necessário ter relações com apoiadores e aliados, constituindo uma **rede de movimentos** para suprir recursos na disputa com as empresas, aspecto esse que evidencia a **assimetria de poder** dentro do contexto do desastre.

2.4. Leitura metodológica sobre o MAB

Dado essas leituras podemos levantar a questão central dessa pesquisa com mais embasamento teórico e empírico. **Qual o papel da construção da identidade coletiva de atingido e das relações em redes sociais no processo de organização do MAB no Espírito Santo, no contexto do desastre no rio Doce?** São centrais duas categorias analíticas dos estudos de movimentos sociais, a identidade coletiva e as redes sociais. Buscamos ler as categorias em uma perspectiva relacional que interagem de modo interdependente uma à outra e complexifica nossa leitura analítica, entretanto, cada uma tem seu método de sistematização distinto. Enquanto as identidades coletivas serão lidas pelos discursos, narrativas e percepções dos militantes entrevistados, sistematizado como análise de conteúdo no software *NVivo 12*

Plus; as redes sociais serão coletadas pelas respostas dos militantes sobre seus aliados em ações coletivas, sendo sistematizada pelo software de Análise de Redes Sociais, *Gephi*.

Cabe nessa sessão aprofundarmos na explicativa do que queremos ler e buscar com as categorias analíticas e seus mecanismos. Os mecanismos são eventos a partir da agência dos atores que alteram relações entre uma combinação de elementos e variáveis dentro de um determinado contexto (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). Para esta pesquisa os mecanismos têm caráter explicativo e descritivo, e não de previsão, logo não são universais a outros casos e contextos, mas permitem contribuir na compreensão do desencadeamento de certos processos. Busca-se reunir mecanismos para melhor compreendê-los, encontrando na identidade coletiva mecanismos que pré-constituem as redes sociais, uma premissa da perspectiva relacional de “quem você é e com quem está”. Ilustrados na figura 5 a seguir, os seguintes mecanismos foram levantados, conforme vimos no capítulo 1.

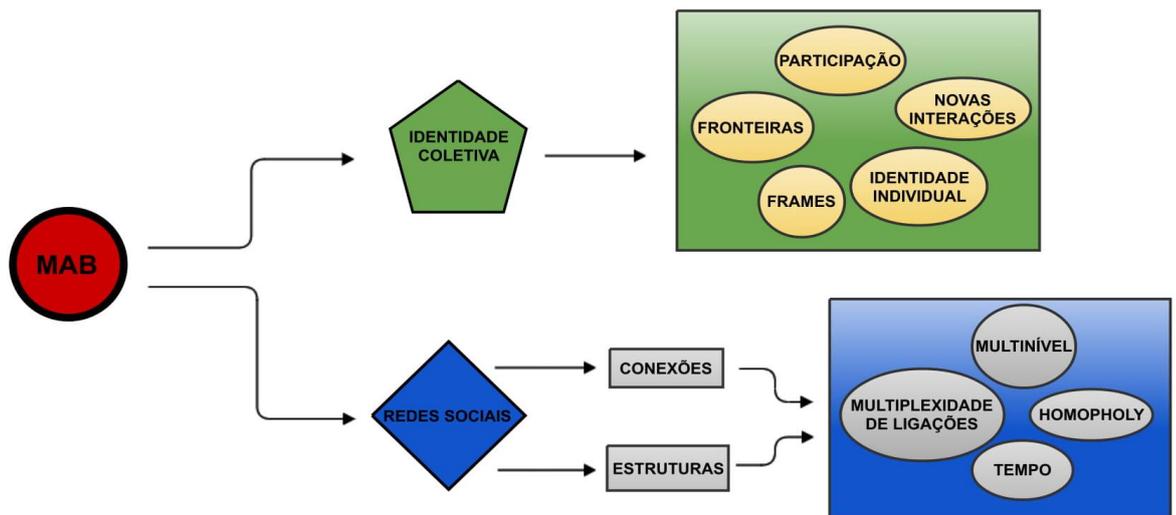


Figura 5 - Diagrama de categorias analíticas e seus mecanismos. Fonte: elaboração do autor via Gliffy.

A Identidade Coletiva, representada na parte superior de cor verde, é um processo essencial para o confronto político através da reivindicação, pertencimento e reconhecimento dos atores envolvidos. Desse modo, seguindo Della Porta e Diani (2006, 2020), pontuamos os mecanismos de **fronteiras dos atores coletivos em um conflito**, principalmente o reconhecimento do opositor dos interesses e valores que se tem identificação na identidade coletiva. Em seguida o mecanismo de **novas interações com atores** em busca de recursos materiais ou não, aqui se destaca o tempo e espaço como elemento em comum que forneça essa nova interação. A dimensão da **identidade individual** também se demonstra relevante quanto

ao perfil dos militantes e suas trajetórias. Essa dimensão nos leva para a percepção de múltiplas identidades dentro de um grupo, logo o mecanismo de **participação** da identidade coletiva reflete em um movimento social inclusivo ou exclusivo. Por fim, trazemos os *frames* como parte da produção cultural da identidade coletiva, destacaremos as ferramentas interpretativas de *frames* centrais, como diagnóstico, prognóstico e motivação, e a variável de ressonância que caracteriza a amplificação e extensão do MAB (BENFORD; SNOW, 2000).

As Redes Sociais, representada pela parte inferior e de cor azul da figura, tem em princípio o tipo de **estruturas** e **conexões** da Rede de Movimento Social (RMS), estas nos apresentam as posições de nós e os links entre estes. Destacamos, a partir de Diani (2003b), quatro mecanismos para se analisar, o **multinível** que se refere às múltiplas representações que a rede pode ter, busca-se identificar a representação de tipos de atividades de ação coletiva do MAB com apoiadores. A **multiplexidade de ligações**, seria as conexões do MAB com apoiadores, podendo ser forte ou fraca e demonstrando proximidade e distanciamento em relação aos outros nós. As conexões nos permitirão identificar se o MAB pode ser um intermediador, por exemplo. Outro mecanismo é o **tempo**, como a ARS é como uma fotografia daquele momento do confronto político é possível buscar representar uma rede em diferentes momentos, neste caso, por exemplo, poderemos usar ARS criada a partir da pesquisa de *survey* em 2018, e buscar identificar novas relações na rede produzida a partir das entrevistas aplicadas por essa pesquisa. Por último, a **homofilia** é a similaridade de atributos que os nós da rede do MAB podem ter, no caso, buscamos identificar características dos aliados e correlacionar com o processo político histórico do MAB. Nos próximos capítulos esses levantamentos são observados no estudo de caso.

CAPÍTULO 3: IDENTIDADE COLETIVA COMO MECANISMO COGNITIVO DO MAB-ES

Neste capítulo apresentaremos a análise referente a categoria da identidade coletiva, essencial para a compreensão e investigação nos estudos de movimentos sociais, atribuímos a categoria à noção de **mecanismos cognitivos**, onde operam através de alterações individuais e percepção coletiva (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001), apesar de entendermos a integração que a identidade coletiva constitui com os mecanismos relacionais.

Para nos situarmos, abordamos aqui identidade coletiva como atores que compartilham a identidade coletiva enquanto mantêm sua própria identidade como ativista individual; eles se identificam como parte de um esforço coletivo que vai além de eventos específicos. O reconhecimento mútuo entre os atores define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis. A identidade é construída com base em interpretações ou narrativas que se ligam de uma maneira significativa a eventos e atores (DIANI, 2003b).

Buscamos identificar os mecanismos intrínsecos à categoria analítica, como: a dimensão da identidade individual, a participação dos militantes em múltiplos espaços da sociedade civil, os *frames* como produção simbólica de práticas e rituais, as fronteiras dos atores coletivos em um conflito e suas novas interações com atores (JASPER; MCGARRY, 2015; DELLA PORTA; DIANI, 2006). Levamos em consideração o objetivo da pesquisa de compreendermos o papel da construção da identidade coletiva de atingido no Espírito Santo e como o MAB se organiza e mobiliza os atingidos.

3.1. Identificando o movimento

Antes de chegarmos aos mecanismos de explicação, devemos nos aprofundar na descrição do movimento (TILLY; TARROW, 2015). No decorrer do texto trouxemos propriedades e características específicas da história do MAB, neste tópico nos aprofundaremos no que foi obtido pela coleta de dados sobre as condições de organização e mobilização do MAB-ES. Como dissemos no capítulo 2 sobre a história do MAB Nacional, sua estrutura organizacional é composta por coordenação Nacional, coordenação Estadual, organização de base e executiva Nacional (OLIVEIRA, 2016). Assim também nos foi relatado nas entrevistas sobre o MAB Espírito Santo, exceto a composição da executiva Nacional. É importante pontuar que essa composição reflete o histórico de difusão do movimento do local para o global, assim como o entrevistado 1 relatou:

A forma de organização é tentando chegar do menor pro maior. Construir uma liderança e aquela ir construindo um outro grupo. Essa forma de organização os

grupos de bases são juntos a uma coordenação. E assim vai fazendo a linha de transmissão. Outra forma também de atuar é tentar constituir primeiro um exemplo de sucesso, e daí ter algo concreto para irradiar para outros. (Entrevistado 1, entrevista concedida em dia 20 de outubro 2020).

A citação acima caracteriza bem a dinâmica organizacional do movimento de enraizamento nos territórios, além disso os entrevistados buscam sempre uma valorização no sentido de uma organização popular onde os grupos de base é quem dão sustentação, ao passo que a coordenação confere direção ao movimento. Aqui enfatizamos novamente a categoria de Losekann (2016) sobre os “afetados mobilizadores” que atuam ressignificando o sofrimento social em novos enquadramentos de luta. Também novos enquadramentos inovadores de organização e recrutamento, criando formas organizacionais como as Comissões de Atingidos e os Fóruns locais (CARLOS, 2019, 2020).

Sobre a ‘luta’ em si, os militantes relatam haver um tripé em sua forma de atuação, sendo a mobilização, a formação política e a luta em si. Além disso, parte do trabalho do movimento é “reagir as empresas”, que segundo o entrevistado 2 se deu pelas condições da gestão do desastre:

Principalmente, digamos assim, nos 2, 3 primeiros anos o MAB foi muito organizado em uma pauta reativa a fundação Renova, reativa ao crime, e agora a gente começa a criar um pouco mais de identidade de organização das pessoas como atingidos, como classe trabalhadora, vai configurando um perfil mais sólido também. (Entrevistado 2, entrevista concedida em 18 novembro 2020).

Sendo assim, a identificação da organização e mobilização do movimento se deu em três categorias, como se pode ver na figura 6. Cada uma das três categorias foi citada (2) vezes pelos entrevistados.

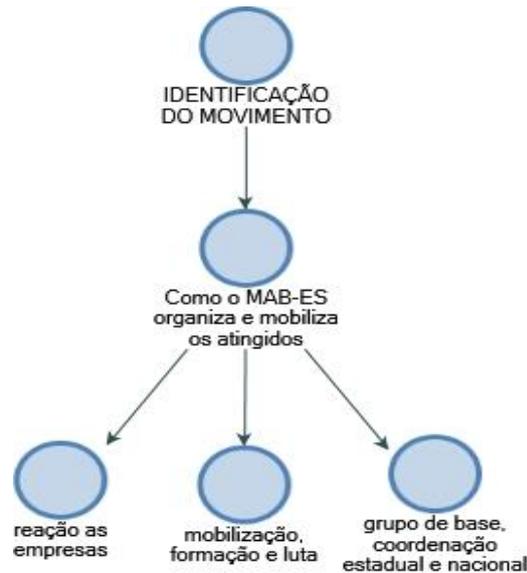


Figura 6 - Como o MAB-ES organiza e mobiliza os atingidos.

A reação as empresas expressam também a relação com as condições de dificuldades que os entrevistados relatam, como podemos ver na categorização abaixo, sendo desmobilização a mais citada (3), recursos financeiros (2) e baixa formação dos atingidos (1).

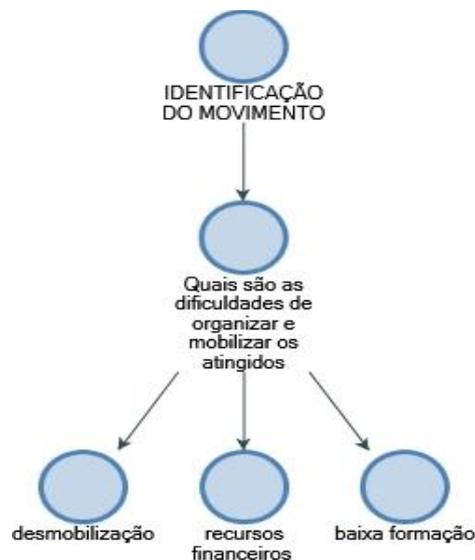


Figura 7 - Dificuldades de organizar e mobilizar os atingidos

A desmobilização *versus* a reação do movimento leva principalmente o fator da relação de poder assimétrica do confronto político do movimento, com a gestão do desastre pelas empresas. Um dos relatos mais negativos aborda como atualmente em meio a pandemia da

Covid-19, o cenário da bacia do rio Doce está difícil em relação a fome e condições básica de sobrevivência, levando o movimento a atuar em solidariedade com cestas básicas³⁵.

Como mobilizadores em busca de “resolver os problemas do povo” – como um dos entrevistados menciona – é importante entendermos a percepção dos entrevistados de porque o MAB vem para o Espírito Santo e quais seus objetivos. A tabela 1 demonstra as categorias abstraídas das respostas dos entrevistados.

Tabela 1 - Porque o MAB vem para o ES e quais os objetivos

Porque o MAB vem para o ES e quais os objetivos	Coluna
1 : amplificação da organização dos atingidos	3
2 : caso de atuação diferente	1
3 : denunciar e lutar por direitos	2
4 : potencial de luta politica	1

Dentre as categorias, destaca-se então a motivação de difusão característica do movimento (OLIVEIRA, 2016), principalmente pela visibilidade e diferença do caso do rio Doce, considerando que o movimento havia ampla experiência com situações de deslocamentos causados por barragens hidrelétricas, enquanto no caso do rompimento de barragem de rejeitos de mineração dessa magnitude não havia precedentes.

Logo, estamos de acordo com Carlos (2020) que identificou um processo de inovação organizacional, caracterizada pelo uso não convencional de modelos organizacionais disponíveis ou pré-existent (p. 682). A autora argumenta que a inovação ocorreu através da “estratégia de territorialização organizacional” como o MAB, ao descentralizar sua estrutura organizacional para as áreas afetadas, criando grupos de base nos territórios voltados à organização popular nos municípios capixabas (p. 686). Desse modo, as formas organizacionais emergentes, com as Comissões de Atingidos do MAB, se expandiram para aquelas áreas afetadas, adaptando-se de modo inovador à tradição do associativismo de organizar as bases localmente.

Esse contexto político relacional, oportuna ao movimento a categoria citada como potencial de luta política, ou seja, pela percepção dos militantes, os territórios atingidos têm uma capacidade de organização popular grande e necessária, devido aos inúmeros desdobramentos no rio Doce. Possibilitando assim a amplificação e extensão das pautas

³⁵ Ver mais em: <https://mab.org.br/2020/04/06/campanha-solidariedade-do-movimento-atingidos-e-atingidas-do-esp-rito-santo/>

político-ideológica macro do movimento, como luta popular, soberania energética e transformação da sociedade.

Este tópico nos possibilita a compreensão de alguns objetivos almejados nessa pesquisa assimilando como o MAB-ES se organiza. Pudemos captar as dificuldades da organização e qual o contexto do desastre que gerou incentivos à difusão e a organização do MAB no ES. Ao decorrer do capítulo ainda retomaremos mais aspectos importantes que complementarão nossa compreensão sobre o estudo.

3.2. O papel da identidade coletiva de atingido

Ainda no sentido de ampliação da organização dos atingidos, abordamos a ideia sobre “o que é ser atingido?” Afinal, o atingido é a elaboração do *self* enquanto emissor-mensagem-receptor, onde os indivíduos dão sentido às suas experiências em ações sociais (Goffman, 1967; Nunes, 2013). Não debateremos aqui o conceito de forma teórica, muito menos classificatória, mas sim através das percepções dos militantes entrevistados³⁶. É importante pontuar que o termo atingido foi muito contestado pelas empresas no início da reparação relativa ao desastre. Esse processo de significação envolve disputas históricas desde a emergência do MAB Nacional em face dos conflitos acumulados ao longo do tempo, exigindo do movimento a retomada constante da construção do conceito de atingido³⁷. Entretanto, as empresas responsáveis pelo Desastre no rio Doce, inicialmente se basearam na definição de atingido como deslocamento físico e econômico (ZHOURI et al., 2016), além disso, muitas vezes difundiram os termos ‘impactado’ e ‘afetado’ em contrapartida à linguagem defendida pelo MAB, como relata o entrevistado 1.

Na concepção do movimento ele é amplo, historicamente as empresas sempre foram elas que rotularam e tiveram o poder de dizer quem é atingido. Muitas vezes elas nem usam o termo atingido, no rio Doce o primeiro que usa é o TAC Governança em 2018. O TTAC que vem o CIF não existe palavra atingidos, é impactado. Impactado econômico e ponto final. No MAB a gente sempre discutiu o termo. (Entrevistado 1, entrevista concedida em 10 de outubro 2020)

³⁶ Ver mais sobre o debate teórico do conceito de atingido em Vainer (2008): “a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores [...] estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária.” (p.40); e a autora Dos Santos (2015) também debate teoricamente o conceito.

³⁷ Para uma um conceito de atingido mais consolidado, a partir do MAB, ver o PL 2788/2019 - Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) – Art. 2º.

Para compreendermos a identidade coletiva de atingido, buscamos saber dos entrevistados o que consideravam ser um atingido, qual a importância de se identificar como atingido, como o movimento constrói a ideia de atingido nas comunidades e, por fim, quais as dificuldades inerentes. A figura 8 representa as categorizações feitas a partir das respostas.

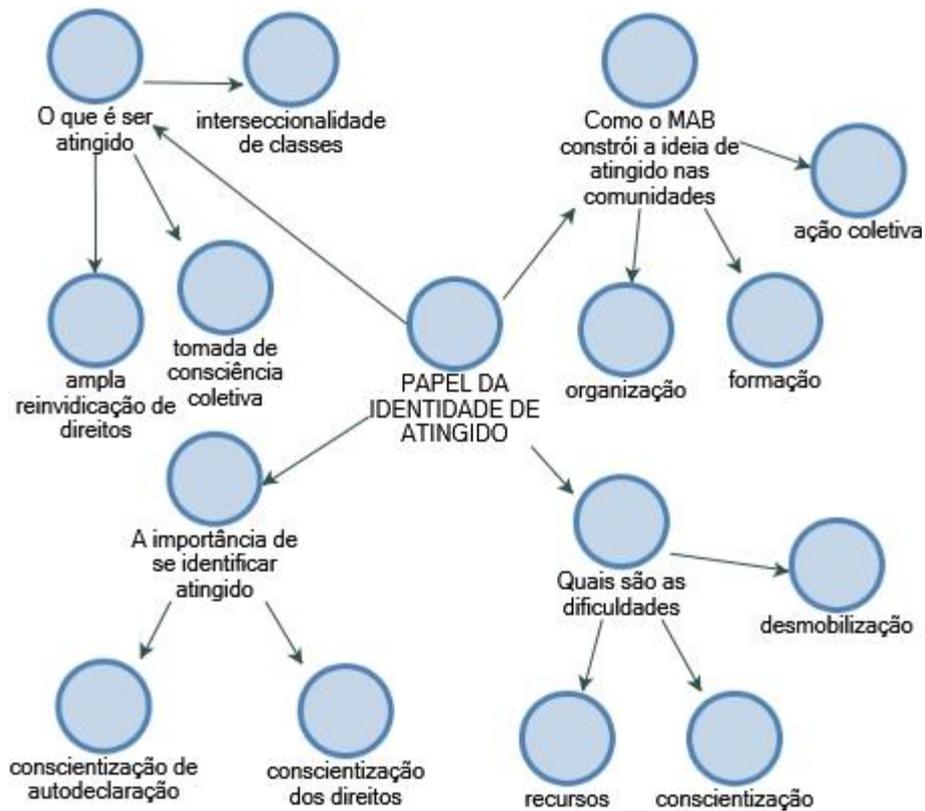


Figura 8 - O papel da identidade coletiva de atingido

Sobre ser atingido, destacamos que três (3) relataram aspectos relacionados a ampla reivindicação de direitos que estão muito associados às outras duas categorizações: a consciência coletiva (2) e a interseccionalidade de classes [trabalhadora] (2). Ser atingido consiste na compreensão do problema e sua solução de forma coletiva, conseqüentemente isso complexifica e amplifica as reivindicações de direitos para além das indenizações, justamente pela diversidade de segmentos sociais entre trabalhadores rurais, pequenos proprietários de terra, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camaroeiros e populações urbanas em geral.

Correlacionado a isso está a importância de se autoidentificar como atingido, ao se entender como atingido o indivíduo que se autodeclara e toma consciência dos seus direitos: *“Essa é uma luta com a autodeterminação, quando a gente conseguiu a Deliberação n.58³⁸, é*

³⁸ Deliberação N. 58 do CIF, de 31 de março de 2017, considerou como áreas estuarinas, costeira e marinha impactadas pelo desastre as comunidades de Nova Almeida (Serra) à Conceição da Barra (CARLOS, 2021).

o atingido na área que não era reconhecida se dizer como atingido sim.” (Entrevistado 1, concedida em 20 de outubro 2020).

Já as categorizações de como o MAB constrói a ideia de atingido nas comunidades e quais as dificuldades neste processo, estão bem relacionados em aspectos antagônicos, conforme a comparação na tabela 2.

Tabela 2 - Como o MAB constrói a ideia de atingido nas comunidades e quais são as dificuldades

Como o MAB constrói a ideia de atingido nas comunidades	Coluna1	Quais são as dificuldades	Coluna2
ação coletiva	3	desmobilização	3
formação	2	conscientização	2
organização	3	recursos	1

Dificuldades semelhantes apareceram também em relação a organização e mobilização do movimento, como vimos no tópico anterior. Mas, em perspectiva de identidades coletivas, os aspectos antagônicos pontuados, como ação coletiva vs desmobilização ou formação vs dificuldade na conscientização, demonstram o paradoxo de continuidade e estabilidade da identidade coletiva dos movimentos sociais, que como vimos, Jasper e McGarry (2015) chamam atenção.

A dinâmica de organização do MAB, se adapta pela estratégia do território e sua tradição de associativismo (CARLOS, 2020), dessa forma redefine a continuidade e estabilidade da identidade coletiva de atingido. Da mesma forma também, a construção de identidades coletivas se redefine e funciona através das ações coletivas (DELLA PORTA; DIANI, 2006, 2020), como destacamos de um relato do entrevistado 4 a seguir, que pontua tanto a ação coletiva quanto a formação.

Acho que essa tomada de consciência também ela é coletiva, acontece nos encontros, nas lutas, nas reuniões, eu acho que assim que vai se delineando a identidade do atingido. (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020)

E a ação coletiva constitui a identidade pelo mecanismo de fronteira entre os atores em um conflito – que nos aprofundaremos mais à frente. A ação precisa de um “nós” e de um responsável pela causa que esse “nós” reivindicará (DELLA PORTA; DIANI, 2006, 2020). Sendo assim, o ‘tripé de luta’ (mobilização, formação e luta) define para os entrevistados, como se constrói a identidade coletiva de atingido pelo MAB-ES.

Através do aprofundamento analítico de outros mecanismos discutidos a seguir, discorreremos sobre outros aspectos importantes para compreender e responder um dos nossos

objetivos centrais: **o papel da construção da identidade coletiva de atingido no Espírito Santo na mobilização do movimento.** Neste tópico já começamos a assimilar um objetivo específico postulado nessa pesquisa, como o movimento constrói sua identidade coletiva.

3.3. Dimensão individual da identidade coletiva

Dois mecanismos explicativos da construção da identidade coletiva e de como ela opera estão na dimensão individual do militante, segundo Della Porta e Diani (2006, 2020). Por isso buscamos identificar sucintamente aspectos que expressassem a dimensão individual dos militantes entrevistados, como principalmente sua trajetória de militância e suas múltiplas participações em outros espaços de organização. Essa abordagem, endossa a compreensão complexa e heterogênea da identidade coletiva, por muito tempo negligenciada nos estudos dos movimentos sociais, a qual tratou a identidade de movimentos e organizações como papéis e objetivos centrais imutáveis (CARLOS, 2011).

A figura 9, representa as categorizações feitas a partir das respostas dos entrevistados em relação a seção de identificação e trajetória do militante, consecutivamente: função em que atua no MAB; local que atua no MAB; por quais motivos entrou no movimento e qual o início de sua trajetória como militante. “Como conheceu o MAB?” e “há quanto tempo participa do MAB?” ficaram de fora da figura.

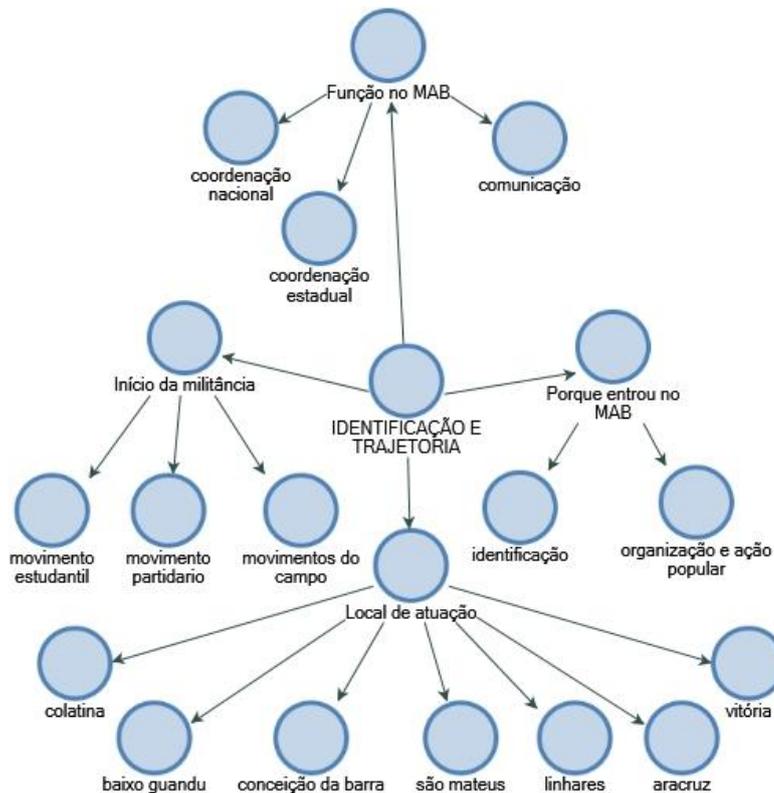


Figura 9 - Identificação e trajetória do militante

Do ponto de vista da função dos militantes no movimento, todos os entrevistados selecionados tinham como critério serem da coordenação estadual, não obstante dois deles também eram da coordenação nacional e um deles assumia a função de comunicação produzindo conteúdo para divulgação e comunicação. Com exceção de um militante, todos atuavam em dois municípios no ES, expressando também quais municípios o movimento se estabeleceu sua organização e base local de atingidos.

Quanto ao início da militância, os entrevistados possuem uma trajetória comum retratada por múltipla militância no movimento estudantil (3), no movimento partidário (3) como PT (1), na Consulta Popular (2) e nos movimentos do campo (1). Podemos considerar que seus perfis são de carreiras duradouras na militância e dentro de um campo político ideológico definido à esquerda do espectro político. Esses aspectos se relacionam com o mecanismo de participação da identidade coletiva, conforme veremos.

Ainda sobre a trajetória dos militantes, duas questões fora da figura 9 estão na seção de identificação e trajetória do militante, sendo, “como conheceu o MAB?” e “há quanto tempo participa do MAB?”. Ambas foram categorizadas em antes e após o rompimento da barragem, possibilitando um destaque sobre a relação de militantes moradores do ES e os não moradores, a seguir na tabela 3.

Entrevistados	Como conheceu o MAB		Tempo que participa do MAB	
	antes do rompimento da barragem	após o rompimento da barragem	antes do rompimento da barragem	após o rompimento da barragem
RESIDENTE DO ESPIRITO SANTO = Sim (3)	1	2	0	3
RESIDENTE DO ESPIRITO SANTO = Não (1)	1	0	1	0

Tabela 3 - Como conheceu e tempo de participação no MAB

Podemos destacar que apenas um (1) militante não era morador do ES, veio pelo MAB Nacional como forma de difusão, conforme já pontuamos, este mesmo militante era o único que participava do MAB no período antes do rompimento da barragem, ou seja, antes do MAB vir para o ES. Mas, participar e conhecer são coisas distintas, logo é interessante destacarmos também, que apenas um (1) militante morador do ES conhecia o MAB antes do rompimento da barragem. Esses aspectos demonstram a difusão do MAB Nacional e como foi exitosa sua fixação a partir de militantes de base local.

Para além disso, demonstra-se também que a dimensão individual é um componente importante para a identidade coletiva do movimento através dos sentidos que os militantes

atribuem às suas experiências e propósitos de transformação pessoal (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Desses militantes residentes no ES, seus relatos referentes a porque entraram no MAB (figura 8), perpassam pela identificação pessoal (2) e identificação do modo de organização de luta popular do movimento (2).

Eu participei da primeira reunião maior lá, com atingidos em Colatina...eu não sou de lá, mas minha família é, sempre fui lá, sempre tive relação. Tem uma identificação e rolou uma identidade com a causa. (Entrevistado 1, concedida em 20 de outubro 2020).

O levantamento de Della Porta e Diani (2006, 2020) nos chama atenção para a interação da dimensão individual – que consideramos ter sido sucintamente abordada aqui, – com as múltiplas identidades dentro de um grupo organizado. Logo, esse mecanismo reflete no tipo de espaço de participação que o grupo expressa, no que os autores pontuam ser inclusiva ou exclusiva.

Uma das formas de identificar essa tipologia é pela (i) **múltipla afiliação** ou participação dos militantes em múltiplos espaços de participação e pela (ii) identificação da expansão e extensão do movimento, ou seja, se é um grupo grande ou pequeno, inclusivo e flexivo ou exclusivo e específico. Entretanto, considera-se aqui não ter chegado a uma quantidade de dados que satisfaça essa análise por completo³⁹. Primeiro, porque teríamos que envolver outros atores do movimento, por exemplo, os militantes da organização de base, atingidos que muitas vezes participam de associações diversas como organização da classe trabalhadora e que como sabemos pela extensão do desastre, são numerosos. Segundo, porque se torna um tema controverso e profundo pelo paradigma de benefícios e riscos da identidade coletiva, vide o ‘dilema da identidade’ (JASPER; MCGARRY, 2015), que exigiria uma ênfase maior do que pudemos dar na coleta de dados. Por fim e em terceiro, os entrevistados demonstraram dificuldade quanto descrição de às suas múltiplas afiliações em outros espaços de participação, relatando apenas participações anteriores ao MAB ou confundindo as respostas em espaços que participam representando o movimento. Isso se dá principalmente pela profissionalização dos militantes que tem dedicação integral e como forma de trabalho.

Ainda assim tais mecanismos desse tópico, nos ajudam a compreender mais sobre o processo organizacional e de construção da identidade coletiva do MAB-ES, contribuindo nos objetivos propostos nessa pesquisa. A seguir, veremos os aspectos da produção de símbolos.

³⁹ O principal fator foi a constatação de que sem o envolvimento de militantes de base nessa questão analítica, não poderíamos observar as tipologias para identificar a multifiliação e expansão de participação do movimento.

3.4. Frame! Enquadramento interpretativo do MAB-ES

Como dissemos no capítulo 1, controlar o dilema de benefícios e riscos da identidade coletiva está parcialmente no poder dos atores, certamente eles tentam afetar essa relação pela deliberação e criação de símbolos interpretativos sobre si e sobre o mundo, resultando em ações estratégicas.

Os símbolos interpretativos são utilizados para análise nos estudos dos movimentos sociais dentro do conceito de *frame* ou enquadramento interpretativo (SNOW et al., 1986). Entre o levantamento da literatura de *frame*, buscamos aqui enfatizar o *frame* motivacional, considerando que este dialoga com os demais *frames* centrais (diagnóstico e prognóstico). Além das características de dimensão central do *frame*, aspectos variáveis no processo de construção dos *frames* aparecem como um mecanismo da mobilização coletiva, como o grau de ressonância (BENFORD; SNOW, 2000), ao qual consideramos mais adequado enfatizar dentre outros. Segue na figura 10, as categorizações feitas a partir das respostas dos entrevistados.

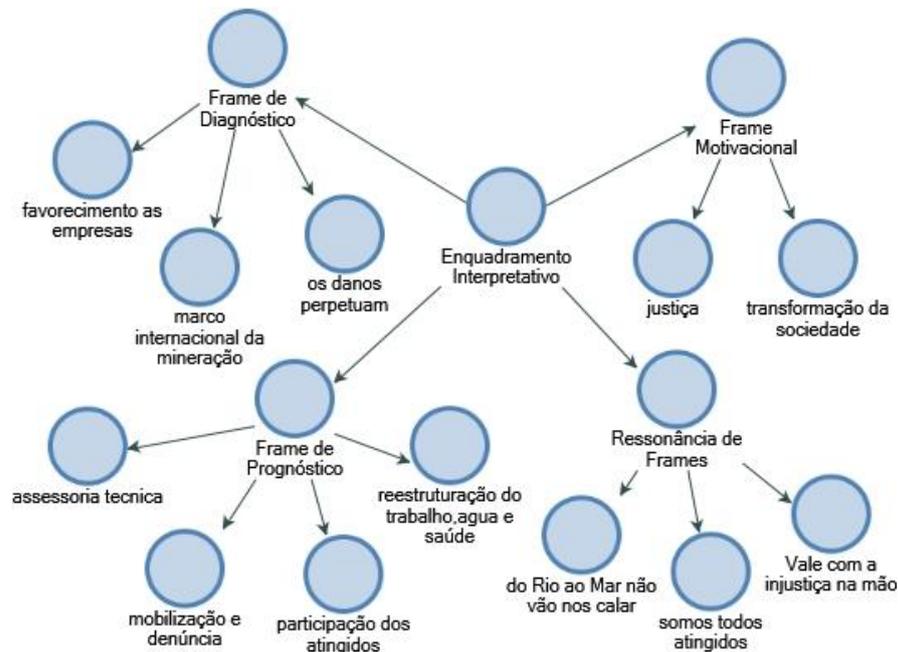


Figura 10 - Enquadramentos interpretativos

Começamos pelo *frame de diagnóstico* na figura 10, como resultado destaca-se os relatos sobre a injustiça relacionada ao favorecimento às empresas (2) e a perpetuação dos danos (2) do rompimento da barragem. Como vimos no capítulo 2, Losekann (2018) aborda justamente o início do engajamento da ação coletiva a partir da responsabilização e atribuição do problema a um alvo. Entretanto, o enquadramento após 5 anos do rompimento da barragem,

vai além do “dia do desastre” inicial – dado que os danos se perpetuam e se relacionam às injustiças ambientadas na assimetria das relações de poder ao configurar quem está favorecendo as empresas. Os relatos se contextualizam primeiramente na situação econômica e posteriormente no institucional.

Nesse cenário de desindustrialização onde o extrativismo primário como o que a Vale faz, continua sendo uma grande fonte de arrecadação, o Estado brasileiro, não só o judiciário, o próprio executivo e legislativo, fazem com que as decisões do Estado privilegiem a Vale em detrimento desses povos, que são privados de capital político. (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020).

O diagnóstico do problema pelos atores constrói muito bem as fronteiras do conflito ao qual buscamos compreender. Mais ainda, a atribuição de diagnosticar o contexto do conflito tendo como disputa central o marco internacional da mineração (1), nos dá a noção da necessidade e importância que se dá o conflito no contexto do desastre. “Desde o começo a empresa sempre quis ter o controle total da reparação porque não foi o primeiro e não seria o último [desastre].” (Entrevistado 1, concedida em 20 de outubro 2020).

Já o **frame de prognóstico** que busca formas de enquadrar soluções, como podemos ver na figura 10, trouxe relatos a respeito da: mobilização e denúncia; reestruturação do trabalho, água e saúde; participação dos atingidos e; assessoria técnica; cada um deles tendo uma (1) menção na classificação. Por óbvio, estas se enquadram nas reivindicações que o movimento propõe a seus opositores em prol dos direitos e interesses da população atingida. Para tanto, podemos destacar que são categorizadas em uma dimensão mais objetiva e palpável, do que de uma dimensão política ampla. Em contraste, veremos isso no *frame* de motivação.

Como justificativas finais para o engajamento e proposição da ação coletiva, o **frame motivacional** relatado pelos entrevistados se basearam em duas dimensões, conforme figura 10: a justiça e a transformação da sociedade. O enquadramento que os entrevistados relatam têm aspectos interligados com a história, a sociedade em geral e os problemas e ameaças identificados. A justiça é interpretada motivacionalmente ao pertencimento de estar ao “lado certo da história”, baseado nos diagnósticos pontuados de injustiça ao qual a história, o tempo, reconhecerá pela ‘luta justa’ dos atingidos. Com isso, se motiva a mudança e transformação da sociedade em geral:

Porque a tomada de consciência é um processo difícil e demorado, as mudanças sociais também são lentas e demoradas, principalmente quando um lado é de grandes interesses, a maior mineradora do mundo, e do outro lado são pessoas com os direitos mais básicos negados sempre. (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020).

O relato destaca a assimetria das relações de poder no conflito, entretanto, apesar disso ser medido pelo ator como uma dificuldade em relação as mudanças gradativas, ao mesmo tempo se coloca como uma motivação pela interpretação de (in)justiça. Logo, o entendimento do problema das empresas mineradoras – especificamente a Vale – é identificado e redirecionado novamente a motivação: “As ameaças são contra toda a sociedade brasileira, tendo em vista que qualquer um pode ser afetado pela Vale.” (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020). Em seguida a fala do entrevistado compara o desastre de Brumadinho.

Por fim, gostaríamos de corroborar o diálogo do *frame* de diagnóstico com o motivacional, vide as divulgações de campanhas produzidas pelo MAB Nacional, de cada ano após o rompimento da barragem, na figura 11. Destaca-se a permanência do frame de injustiça e a sua associação com termos motivacionais de “luta” e “resistência”, muitas vezes associado também com enquadramentos de palavras de ordem como “somos todos atingid@s”, “do rio ao mar não vão nos calar”, “a Vale destrói, o povo constrói” e “a nossa luta é pela vida”.



Figura 11 - Folders de campanhas do MAB. Fonte: elaboração própria a partir do conteúdo divulgado pelo MAB Nacional

Com isso, podemos destacar que os *frames* centrais do MAB, perpassam do micro ao macro, do diagnóstico e solução pontuais em dimensão micro para uma amplificação de pautas motivacionais na dimensão macro. Esses aspectos estão discutidos também por Oliveira (2016) em sua denominação de “amplificação simbólica”⁴⁰ ao analisar o MAB Nacional.

A amplificação simbólica é expressa, muitas vezes, pela tentativa de universalização da causa através da qual um movimento social tenta demonstrar que o problema social

⁴⁰ “Diz respeito às transformações argumentativas e simbólicas sob as quais os atingidos organizados atribuem significado ao problema social que os atinge, aos seus opositores, à sua própria organização, às reivindicações que pleiteiam e aos objetivos que defendem.” (OLIVEIRA, 2016, p. 22)

que o atinge não é exclusividade apenas de uma parcela da população, mas como o próprio termo sugere, é um problema de toda a sociedade. (OLIVEIRA, 2016, p. 129)

Desse modo, compreendemos que o MAB-ES reproduz um *modus operandi* da dinâmica organizacional do MAB Nacional perpassando por processos estratégicos de *frames* alinhados à sua lógica de ativismo do micro ao macro, enquadrando suas pautas político-ideológicas de transformação da sociedade a partir de questões pontuais e locais.

Para analisarmos os *frames* do MAB-ES especificamente, procuramos identificar na percepção dos entrevistados qual símbolo ou palavra de ordem do movimento que a população atingida mais se identificou. Com isso, podemos analisar um aspecto de variação do *frame* denominado **ressonância**.

Como vimos na figura 10, foram citados três: somos todos atingidos; do rio ao mar, não vão nos calar; e Vale com a injustiça na mão. A primeira frase foi a mais mencionada pelos entrevistados pontuando sua relação com a identidade coletiva de atingido e sua estratégia de ampliação para o processo de reconhecimento. Nas palavras do militante: “A frase ela tanto denuncia, quanto anuncia”⁴¹. Podemos destacar que a sinalização da importância da frase (somos todos atingidos) perante outras, expressa a importância da construção da identidade coletiva de atingido e como o movimento permanentemente mantém essa pauta em um patamar de visibilidade, expansão e difusão.

A segunda frase “do rio ao mar, não vão nos calar”, se destaca pela articulação e especificamente pelo reconhecimento da condição de atingido no Espírito Santo, segundo entrevistado relata:

É uma boa síntese da condição do atingido do Espírito Santo, tem o povo ribeirinho e os pescadores do rio, do manguezal, e do litoral né, deu pra vê que essa é que pegou bem, por essa referência ao mar e manter a mobilização e a denúncia (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020).

Associado a esse enquadramento interpretativo decorreram também inovações nas performances dos protestos (CARLOS, 2019), buscando sempre simbolizar a condição de atingido. Por exemplo, na figura 12, na procissão marítima dos pescadores em 2019, durante a 91ª Festa de São Pedro em Vitória-ES⁴².

⁴¹ Trecho de entrevista, entrevistado 3, concedida em 09 de dezembro de 2020.

⁴² Fonte: <https://www.facebook.com/mabespiritosanto/posts/764944950570007>



Figura 12 - "do rio ao mar não vão nos calar". Fonte: Facebook MAB-ES.

Por fim, a frase “Vale com a injustiça na mão”, foi o enquadramento do terceiro ano do desastre em 2018, e recentemente passa se renova para o quinto ano em 2020. Interessante relato do entrevistado 4 após mencionar essa frase, foi sobre seu processo de construção:

Demorou 6 meses pra sair esse slogan, reunião em 15 em 15 dias, bem desgastante, mas é isso, a gente debate a realidade e vai construindo a síntese, o mais difícil de fazer sempre é a palavra de ordem, mas porque é um processo coletivo que reúne o ES, MG e a coordenação Nacional do MAB que acompanha toda essa discussão. (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020).

O militante expressa bem a produção cultural da identidade coletiva e seus valores a partir das relações e comunicação própria do movimento. E corrobora ainda com o que pontuamos de Della Porta e Diani, (2006, 2020) acerca das ferramentas interpretativas, segundo a qual a partir desses valores é possível analisar a identidade coletiva, apesar do seu aspecto fluído. Desse modo, podemos destacar a importância da reapropriação de *frames* pelo MAB-ES especificamente diante da atuação do movimento nacional no contexto do desastre. Principalmente, pelo movimento estadual atuar em um caso peculiar para o MAB Nacional, com características que possibilitaram a inovação, por exemplo, em relação a expansão do seu *frame* para o mar.

Todos os elementos pontuados, foram identificados como uma forma de ressonância, buscando dar visibilidade e credibilidade dos enquadramentos interpretativos do MAB-ES. Com a análise dos *frames* foi possível assimilar melhor os objetivos da pesquisa em relação a construção da identidade coletiva e ainda em relação as fronteiras entre o MAB e os opositores no conflito. Este último veremos mais profundamente a seguir.

3.5. Enquadramentos interpretativos de interação

Neste tópico apresentaremos os dois últimos mecanismos cognitivos que identificamos da categoria analítica da identidade coletiva: as fronteiras dos atores coletivos em um conflito; e suas novas interações com atores. Esses mecanismos são elementos da percepção de interação entre atores, ao qual a identidade coletiva tem um processo contínuo de dinâmicas com valorização ou recusa, ou seja, apesar de estável, a identidade coletiva é sujeita a mudanças drásticas a partir das interações⁴³.

As fronteiras dos atores coletivos em um conflito, se baseiam na percepção de protagonistas, antagonistas e audiências. Já pudemos delinear até agora neste trabalho que o protagonismo em prol dos direitos dos atingidos no rio Doce é o MAB, e em sua percepção enquanto ator coletivo, seus antagonistas são atores opostos aos direitos dos atingidos. Para corroborar buscamos a percepção dos entrevistados, segue tabela 4.

Tabela 4 - Oposição do MAB

A quem o MAB é oposição no desastre no rio Doce	
as empresas	3
escala jurídica	2
escala governamental	1
Renova	1
Vale	3

Como havíamos pontuado e vemos também na tabela 4, as empresas mineradoras responsáveis pelo rompimento da barragem são alvo nítidos em seus diagnósticos, enfatizando ainda a Vale por elementos territoriais e de contexto político e econômico com o país. Seguidamente, temos a escala jurídica dentre juízes e advogados que os entrevistados interpretam como desfavoráveis aos atingidos vide articulações de indenizações por fora do acordo TAC Governança⁴⁴. Essa escala é conjuntural – a depender do juiz – porém, tem prontamente associação com a gestão institucionalizada do desastre, sendo configurada por acordos entre as empresas e as esferas de órgãos governamentais. Logo, os dois últimos citados são a escala governamental – em relação a governos estaduais e federal – e a Renova,

⁴³ Interações aqui são diferentes de relações, abordaremos isso mais à frente.

⁴⁴ Ver mais em: <https://observatoriodaminerao.com.br/ministerio-publico-e-defensorias-pedem-suspeicao-de-juiz-do-caso-samarco-com-base-em-materias-do-observatorio-da-mineracao/>

responsável pela reparação, seguindo a mesma lógica de recusa, ou seja, são atores interpretados como desfavoráveis aos atingidos.

Vale salientar que dentre a escala jurídica, os atores do Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Espírito Santo não são incluídos na interpretação de recusa, pelo contrário, são aliados aos interesses e luta dos atingidos, por isso atuam como mobilizadores também (LOSEKANN, 2018; ALEIXO, 2018; MAGALHÃES SANTOS, 2019). Logo, consideramos que o que define oposição e antagonismo ao protagonismo do MAB é a interação com as medidas de gestão das empresas perante o desastre. Por exemplo, o entrevistado 4 relata sobre a cooptação da fundação Renova a serviço das estratégias deles (desfavoráveis aos atingidos): *“Também tem atingidos que vão na ‘lábria’ da Renova e acabam executando suas estratégias, não são nossos inimigos principais mas acabam se convertendo em nossos adversários.”* (Entrevistado 4, concedida em 17 de dezembro 2020).

Isso fica evidente também desde o início do conflito, até mesmo em relação ao MAB, quando sua fixação e adesão só foi percebida pela população atingida como positiva, no momento em que as empresas se colocaram em oposição ao diálogo com os militantes do MAB que tinham acabado de chegar (LOSEKANN, 2018). Isso fica visível, como vimos, ao *frame* de diagnóstico e as dificuldades de organização enfrentadas.

Ao mecanismo de **novas interações com atores**, fica então designado a percepção dessas interações advindas da oposição as empresas, mas para além dos interesses em comum, as interações têm base em certos valores. São a base para o desenvolvimento de redes informais de comunicação, interação e, quando necessário, de apoio mútuo. Esses aspectos em certo grau suprem ou compensam a falta de recursos em informação e solidariedade, gerando confiança no que diz respeito as ameaças⁴⁵ que possam surgir (DELLA PORTA; DIANI, 2006, 2020).

No caso do MAB-ES, podemos considerar que desde sua chegada ao ES se construíram novas interações, entretanto há aquelas as quais já se havia uma interação pré-concebida justamente pelas suas bases de valores político-ideológicos, e principalmente histórico do MAB Nacional. Com ações iniciadas no município de Colatina, destacamos primeiramente a própria relação individual dos militantes entrevistados 1 e 3 com o MPA e a FEAB. Dentre entidades mencionadas pelos entrevistados em geral, constam mais presentemente, a Diocese de Colatina, o MPA, MST e depois os sindicatos. Simultaneamente, o Fórum Capixaba em Defesa do Rio

⁴⁵ Não nos aprofundamos nesse quesito, mas os militantes entrevistados relatam vários tipos de intimidação ou repressão a partir de seus antagonistas.

Doce (FCDRC) foi criado por diversos atores, por exemplo, dos direitos humanos e da universidade, tendo grande importância para a consolidação das parcerias nos territórios. Os sindicatos, a princípio se destacaram o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Colatina, o SISPMC⁴⁶, SINDILIMPE⁴⁷ e o SINDVEST⁴⁸.

Ao fixar-se, em pouco tempo o MAB chega as comunidades atingidas com o apoio também da Defensoria Pública do ES, superando a desconfiança e receio das organizações locais⁴⁹. É importante ressaltar que nesse contexto acontece uma ebulição de atores que se mobilizam, principalmente locais como associações de moradores e pescadores, mas já é possível afirmar que o FCDRC e o MAB tiveram papel central em coordenar essa emergência de ações coletivas, inclusive em iniciar novos espaços de participação e organização como as “Comissões de Atingidos” (LOSEKANN, 2018; CARLOS, 2019). Apesar de tudo, até o momento o FCDRC se “dissolveu” de suas atividades e articulações, mantendo relações individuais e informais entre atores que acompanham o MAB, deixando-o para este o protagonismo de coordenação das mobilizações em prol dos atingidos (CARLOS, 2020).

Em suma, foi possível categorizar cinco setores de entidades que o MAB obteve interações de apoio desde sua chegada, conforme figura 13. Com a expansão territorial e o reconhecimento do movimento, surgem novas interações com atores, principalmente ao expandir o reconhecimento de atingidos ao norte e ao sul da foz do rio Doce.

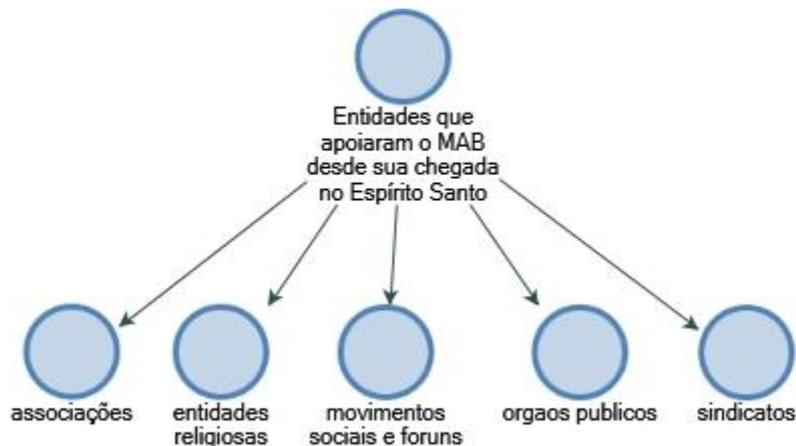


Figura 13 - Apoio ao MAB desde sua chegada ao estado

⁴⁶ Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Colatina.

⁴⁷ Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Prestadoras de Serviços de Asseio, Conservação, Limpeza Pública, Urbana e Privada, Conservação de Áreas Verdes, Aterros Sanitários e Transbordos e de Prestação de Serviços em Portarias e Recepções no Estado do Espírito Santo.

⁴⁸ Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Colatina.

⁴⁹ Segundo entrevistado 2, concedida em 18 de novembro de 2020: “A defensoria Pública do ES, foi um ator chave, abriu as portas pra várias comunidades que a gente não estava”.

Por fim, vale apontar que na discussão da literatura, interações e relações não são a mesma coisa, segundo Jasper (2012) as interações se tratam de uma perspectiva mais microsociológica da comunicação ator-indivíduo, não ator-coletivo. Desse modo, as interações compõem as relações de atores coletivos. Ao diferenciar essas categorias o autor critica o mecanismo relacional a partir da ‘*contentious politics*’ - ao qual iremos tratar no próximo capítulo - logo, consideramos que as interações cabem como mecanismos cognitivos, pelos enquadramentos interpretativos de interação dos atores, assim como suas percepções de valores. Dessa forma, é de extrema relevância para alcançarmos os objetivos de compreender “Quais as fronteiras do conflito entre o MAB e opositores?”, “Quais atores tem relações com o MAB?”, “O que se tem em comum?” e “Qual o papel do MAB nessas relações?” – ao qual esse tópico nos ajudou.

Como pontuamos na discussão teórica no capítulo 1, os mecanismos atuam de forma dinâmica e não isolada um ao outro, portanto suas explicações com a problemática que essa pesquisa objetiva responder, são também relacionadas. Entretanto, da pergunta central da pesquisa, este capítulo buscou assimilar principalmente o papel da construção da identidade coletiva de atingido no Espírito Santo.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DE REDES SOCIAIS COMO MECANISMO RELACIONAL DO MAB-ES

Este capítulo apresentará nossa segunda categoria analítica no intuito de responder a pergunta central quanto ao papel das relações em redes sociais no processo de organização do MAB. A categoria está atribuída na noção de **mecanismos relacionais** que alteram as conexões entre pessoas, grupos e redes interpessoais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001). Abordamos a ideia de redes sociais como constituição do conceito de movimentos sociais por Diani (2003b), logo, elas são onde atores ou organizações trocam práticas e recursos simbólicos através da coordenação de mecanismos de intercâmbio que são negociados nos acordos entre os próprios atores.

Considerando a importância das relações nesta perspectiva de abordar os movimentos sociais, a Análise de Redes Sociais (ARS) proporciona uma explicação de meta-representação do mundo a partir desta unidade de análise. A unidade de análise deste trabalho se situa no **tipo de rede** apontando os nós das redes de organizações (DIANI, 2003b), ou seja, somente as relações entre os nós de entidades representadas em uma identidade coletiva, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil e outros atores coletivos.

Tendo os nós definidos, nos resta os links. As relações que buscamos identificar dos atores são as menções de apoio em ações coletivas voltadas para o contexto do Desastre no rio Doce. Seguimos o trabalho de pesquisa geral do *survey* aplicado a Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil (MS/OSC), onde Carlos (2019) enfatizou a ação coletiva e as redes de relações referente ao período anterior e posterior ao desastre. Desse modo, temos coletado a representação da rede social a partir de 2018 pelo *survey* e a partir desta pesquisa, a rede social de 2020 focada no MAB. Considerando que os dados de redes são representações que enfatizam o momento da coleta, como uma fotografia, devido as mudanças e dinâmicas das relações, temos um potencial fator de comparação. Além disso, na primeira coleta de dados, podemos ter uma contextualização precisa da *whole network* (rede inteira), devido ao *survey* que foi aplicado com representantes de 36 entidades. E, por conseguinte, a análise focada no MAB e suas relações como um *ego network* (rede individual) de 2018 e 2020.

Como levantado no capítulo 1, buscamos identificar os mecanismos que traduzem as medidas e modelos de redes sociais, a partir de Diani (2003b) que propôs quatro conceitos-chave: **multinível, multiplexidade de ligações, tempo e homofilia (similaridade)**. Com uma abordagem mista, temos três critérios como perspectiva de análise (GLÜCKLER; PANITZ; HAMMER, 2020), sendo de um lado, a visão de **conectividade** que a ARS nos fornece

(DEJORDY; HALGIN, 2008; ÁLVAREZ; AGUILAR, 2005; HANNEMAN; RIDDLE, 2005; WASSERMAN; FAUST, 1994) e, do outro lado, a visão da **contextualidade** que os significados nos fornecem (MISCHE, 2008, 2008A, 2011; EMIRBAYER; GOODWIN, 1994; MCADAM; DIANI, 2003) e, por fim, a **reflexividade** por parte do pesquisador. Partindo do conjunto para o caso analítico.

4.1. Whole Network do Desastre no rio Doce

As redes sociais inteiras que serão apresentadas expressam o conjunto de atores coletivos que descrevem o contexto do confronto político do Desastre no rio Doce. Todas as relações, mútuas ou não, de uma forma ou outra representam o apoio em participar de algum tipo de ação coletiva. Dos 36 atores de MS/OSC que responderam sobre suas relações de apoio, somaram-se mais 50 atores. Logo 86 atores coletivos constam na rede inteira, como nós, estão no contexto do Desastre no rio Doce⁵⁰. Conforme a tabela 5 a seguir.

⁵⁰ Importante enfatizar novamente que isso não representa toda a realidade e sim a percepção a partir dos entrevistados. Logo, esse total se limita ao mundo de suas relações, obviamente existem outros atores no contexto do desastre no rio Doce.

Tabela 5 - Siglas de nós da *whole network*

SIGLAS	NOMES	SIGLAS 2	NOMES 2
ACFPOVO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E FOLCLORICA DE POVOAÇÃO	EDUCA-FCP	EDUCAÇÃO BÁSICA-FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
ACODE	ASSOCIAÇÃO COLATINENSE DE DEFESA ECOLÓGICA	ESCOLAFUT	ESCOLINHA DE FUTEBOL - REFERENCIA REGÊNCIA
ACP	ASSOCIAÇÃO DE COMERCIO DE POVOAÇÃO	ESCOLAS	ESCOLAS
ACR	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE REGÊNCIA	FAMOL	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LINHARES
AGERH	AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	FAP	FORUM AMBIENTAL PERMANENTE
ALIANCARD	ALIANÇA RIO DOCE	FAPPAES	FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DO ESPIRITO SANTO
AMBCG	ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIRO CARLOS GERMANO NAUMANN	FCDR	FORUM CAPIXABA DE DEFESA DO RIO DOCE
AMBSA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SANTO ANTONIO	FETAES	FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
AMMAORT	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MARIA ORTIZ	FFN	FORUM FOZ NORTE
AMOR	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE REGENCIA	FSOSRD	FORUM SOS RIO DOCE COLATINA
AMP	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE POVOAÇÃO	GAMBA	GRUPO AMBIENTALISTA BIO-ATLÂNTICA
AMPOVO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE POVOAÇÃO	IFESITAP	IFES ITAPINA
AMSM	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SÃO MIGUEL	IG_CATOLICA	IGREJAS CATOLICAS
ANA	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	IG_EVANGELICA	IGREJAS EVANGELICAS
APCOL	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE COLATINA	INCAPER	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
APCONPENA	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE CONSELHEIRO PENA	ITERRA	INSTITUTO TERRA
APESC	ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA DE COLATINA	LIONS	LIONS CLUBES COLATINA
APEVIDA	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES PROFISSIONAIS NOVA VIDA	MAB	MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS
APMAORTIZ	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE MARIA ORTIZ	MAÇONARIA	ORGANIZAÇÃO MAÇON
APP	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE POVOAÇÃO	MNDH	MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
APRBG	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE BAIXO GUANDU	MOVASSE	MOVIMENTO DE MORADIA DE COLATINA
APREG	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE REGÊNCIA	MPA	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
APRV-GUANDU	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE BAIXO GUANDU	MPF	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ARTE	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E ASSEMBLHADOS DE REGÊNCIA E REGIAO	MPP	MOVIMENTO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS
ASL	ASSOCIAÇÃO DE SURF DE LINHARES	MPT	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
BpVLADIMIR	DOM JOAQUIM WLADIMIR LOPES DIAS - DIOCESE DE COLATINA	MST	MOVIMENTO DOS SEM TERRA
CAMARAREG	CAMARA DE VEREADORES DE REGENCIA	MTPDR	MOVIMENTO TODOS PELO RIO DOCE - CBH GUANDU
CARITAS	CÁRITAS DIOCESANA DE COLATINA	OAB-CMA	ORGANIZAÇÃO DOS ADVOGADOS DO BRASIL - COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE EM COLATINA
CASAROSA	INSTITUTO UNIDOS PELA VIDA	PastEcologia	PASTORAL DA ECOLOGIA - IGREJA CATOLICA DE COLATINA
CBH-GUANDU	COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO GUANDU	PeMIRANDA	PADRE JOSEUMAR MIRANDA DA SILVA - DIOCESE DE COLATINA
CBH-RD	COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO DOCE	PLATAPOCAE	PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DA ÁGUA E ENERGIA
CJP	COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ (CJP) DA ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA	PrefLINHARES	PREFEITURA DE LINHARES
COLPESPOV	COLONIA DE PESCADORES DE POVOAÇÃO	PROCREP	PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE COLATINA
COMATING	COMISSÃO DOS ATINGIDOS	REGENERA	CURSOS SOBRE A AROEIRA
CONFREM	COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS E POVOS TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS COSTEIROS E MARINHOS	RENOVA	FUNDAÇÃO RENOVA
CordPastDIOC	COORDENAÇÃO DAS PASTORAIS DA DIOCESE COLATINA	SINDBANCA	SINDICATO DOS BANCARIOS
CPN	COLETIVO PIMENTA NATIVA	SINDPETRO	SINDICATO DOS PETROLEIROS
CPP	CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES	SINDVEST	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND DO VESTUÁRIO DE COLATINA E REGIÃO EM COLATINA
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	STRBAG	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BAIXO GUANDU-ES
DIOCESECOL	DIOCESE DE COLATINA	STRCOL	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE COLATINA-ES
DpE_ELIANE	ELIANA DADALTO - DEPUTADA ESTADUAL DO ES - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO	TAMAR	PROJETO TAMAR
DPES	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
DpF_GIVALDO	GIVALDO VIEIRA DA SILVA - PCDOB - DEP. FEDERAL ES	VIA CAMPESINA	VIA CAMPESINA

A maior parte da representação da ARS é descritiva. Através de uma rápida olhada em seu tipo de estrutura e conexões podemos perceber, intuitivamente, certos padrões. Portanto, é importante frisar que as posições e sua organização são baseadas no algoritmo ‘ForceAtlas 2’, com construções matemáticas apoiadas sobre a lei da gravidade⁵¹. Identificamos 86 nós e 183

⁵¹ Ver mais em: <https://github.com/gephi/gephi/wiki/Force-Atlas-2>. Na *whole network* específica desse tópico usamos gravidade 0.3 com dimensionamento 500.0.

links (arestas), sendo o tipo da rede com uma estrutura *Policephalous* parcialmente segmentada e relativamente centralizada. Alguns indivíduos estão envolvidos com mais vínculos do que os outros, portanto, têm melhor posição para controlar fluxos relacionais dentro da rede, tendo por conseguinte maior influência. Como podemos ver na figura 14 a seguir.

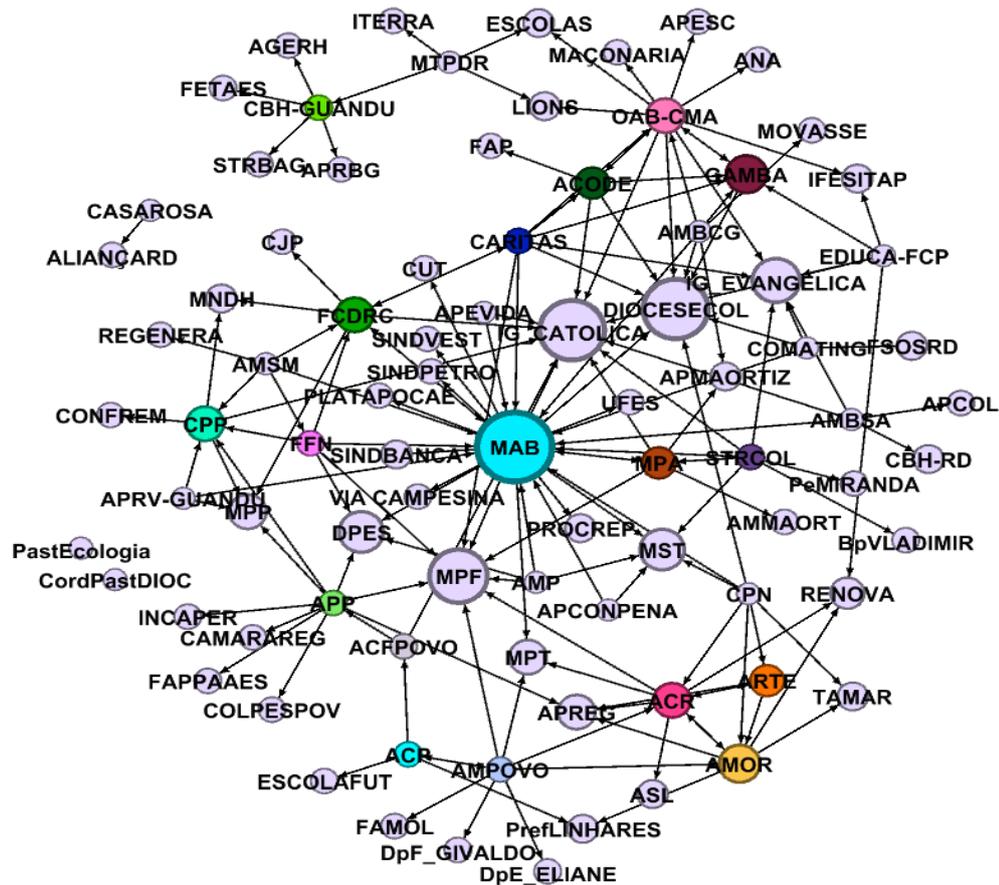


Figura 14 - Sociograma da rede inteira com betweenness e in-degrees.

Geralmente esses nós com melhor posição são os intermediários, chamados de *brokers* ou *gatekeepers*, atores que conectam diferentes partes segmentadas da rede. Refere-se a um tipo comum de mecanismo relacional, o *brokerage*. A produção desse mecanismo é atribuída com um papel crucial para a emergência de ações coletivas e atores coletivos na dinâmica de mobilização. Logo, o ator intermediário é privilegiado em acessar diversos tipos de relações, seja material ou imaterial, criando uma rede que em certa medida é dependente de suas relações (DIANI; MCADAM, 2003; LAVALLE; VON BÜLOW, 2014; TILLY; TARROW, 2015).

Na figura 14, o sociograma da ARS expressa pelo tamanho de cada nó a medida do grau de entrada que recebe, ou seja, o quanto de vezes o nó foi mencionado como uma relação (link).

Já as cores expressam os intermediários (*brokers*) por meio da medida de *betweenness centrality*. Em ambas as medidas o MAB se sobressai como o primeiro na rede de relações. A medida grau de entrada nos indica a importância de outros atores terem o MAB como referência em sua relação de apoio, constatando-se 15 *links*, seguido por outros nós que também se destacam, como DIOCESECOL e IG_CATOLICA com 12 links cada, e MPF com 10 links.

Entretanto, como vemos através das cores, as cores mais marcantes são os nós com melhor posição de intermediários. O MAB recebe a maior medida como intermediário (*brokerage*), seguido de outros atores que também se destacam nesta posição, como o FCDRC e CARITAS. Ao passo que outros atores que se destacaram em grau de entrada (cor em cinza claro), não apresentaram medida como intermediadores. Por outro lado, aqueles que se destacam no mecanismo de intermediação não necessariamente tem muitas relações. Nesse aspecto o MAB também se destaca positivamente na rede, possuindo maior fluxo relacional e posição privilegiada de influência expressando uma estrutura relativamente centralizada. Outros atores, porém, mais localizados nas margens, expressam uma estrutura parcialmente segmentada, por exemplo, o CBH-GUANDU, o OAB-CMA.

A definição metodológica de intermediação é a frequência que o nó aparece nos caminhos mais curtos entre nós da rede, sem adentrar nas discussões teóricas já bem debatidas sobre os intermediadores, podemos considerar que a ARS aqui endossa parte da literatura referenciadas nessa pesquisa, como Losekann (2018) e Carlos (2019), que pontuaram o MAB e o FCDRC como atores importantes no processo de confronto político do rio Doce. Especialmente, o estudo de Carlos demonstra que o processo de inovação organizacional dos MS/OSC nos territórios atingidos foi intermediado pelo MAB e FCDRC que agiram como “incubadoras” para o movimento social contencioso, influenciando sua formação identitária e organizacional. Nas palavras da autora: “*The function of social movements as incubators was crucial because it reduced the mobilization costs of politically marginalized groups lacking resources*” (CARLOS, 2020, p. 289). Adicionalmente, esta pesquisa complementa estes estudos ao aplicar técnicas metodológicas da ARS que permite o aprofundando da compreensão acerca do papel do MAB-ES no contexto do desastre.

Outra medida muito usada que nos interessa na análise da rede inteira são os conhecidos *clusters*, ou seja, as comunidades de uma rede com base no grau de interação entre os atores, examinada pelo *Gephi* como modularidade. Na figura 15 do sociograma a seguir, veremos as comunidades por diferença de cores e o tamanho dos nós por grau de entrada.

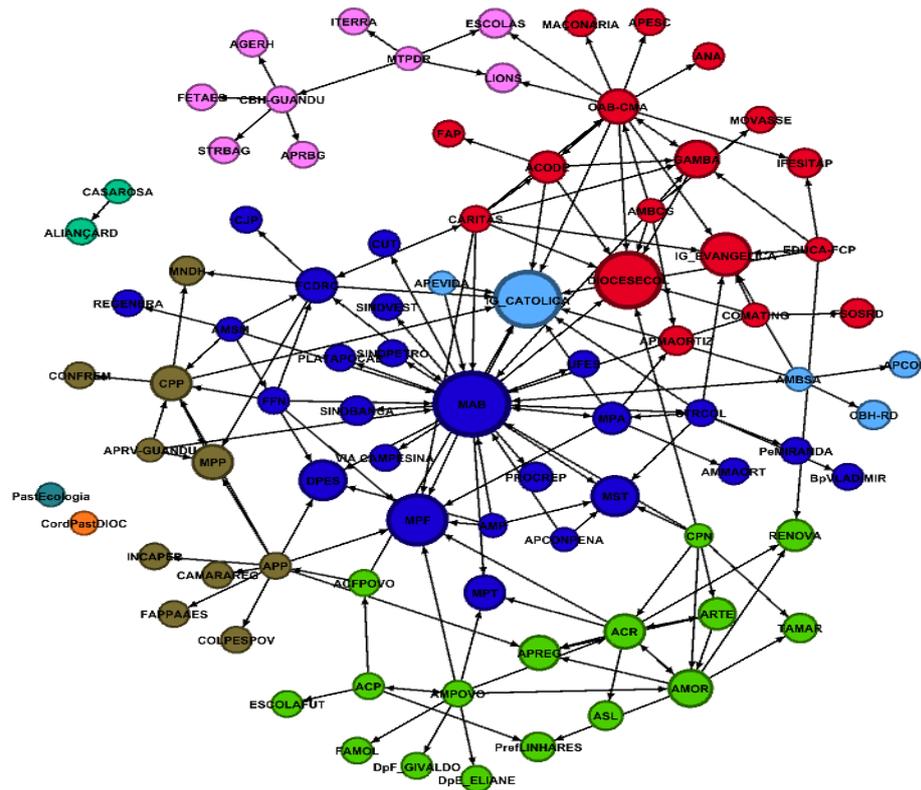


Figura 15 - Sociograma da rede inteira com clusters e in-degrees.

Há 9 comunidades identificadas, mas 2 delas são nós isolados e 1 *pendant* (a esquerda da imagem) que se desconsidera. A maior parte da rede está na comunidade azul escuro com 29,07%, em seguida as mais notáveis são, a vermelha com 19,77%, a verde com 18,6%, a marrom escuro com 11,63% e a rosa com 10,47%. Percebemos que essas comunidades transitam de características quanto a territorialidade e ao segmento identitário histórico, mas sem que haja completa homogeneidade, por exemplo: no *cluster* vermelho consta grande parte dos atores do município de Colatina e segmentos associativos locais; já no verde, predomina atores locais da região de Linhares e das comunidades de Regência e Povoação; ao passo que o *cluster* marrom escuro transita com atores desses locais, quebrando a homogeneidade dos *clusters*.

Não pretendemos nos aprofundar nas análises dessa medida, mas ela elucidada que o agrupamento que o MAB está inserido se estende para outras grandes comunidades, além disso, demonstra a diversidade de atores conectados – associações em geral, atores jurídicos, religiosos e fóruns, por exemplo. Esse contexto em 2018 nos forneceu a perspectiva inicial da importância de se analisar o MAB a fundo em sua rede individual (*ego network*). Ademais, nos aponta a dificuldade de uma análise qualitativa focada apenas numa rede inteira, por exemplo,

intersecções dentro de uma comunidade que podem ser importantes são muito mais fáceis de serem exploradas a partir da rede individual (CROSSLEY, 2016). Dentre outras medidas que o *Gephi* pode fornecer da rede inteira⁵², essas foram consideradas pontuais para a abordagem aqui pretendida.

4.2. Ego Network do MAB

A rede ego nos proporciona diversas vantagens, representando a rede que é formada a partir de um único nó. Deste nó, pode-se chegar até dois graus (links) de separação (primeiro e segundo nível), sendo o primeiro nível o da relação citada pelo ator (relações do ego), e o segundo nível as relações citadas dos nós citados das relações do ator (relações das relações do ego)⁵³. A conexão entre todos os atores denomina-se vizinhança – *neighborhood* (Hanneman; Riddle; Robert, 2005). Tendo a rede inteira pudemos perceber que alguns nós citam o MAB mesmo que esses nós não estejam na rede ego do MAB, sendo assim considerado como uma rede com vizinhança “In”⁵⁴. Isso pode demonstrar diversos aspectos e cobrir uma maior diversidade de atores.

Considerando ainda o processo em conjunto do caso analisado, podemos chamar esse interposto entre a rede inteira e a rede individual de terceiro nível da rede ego, ao qual, a rede que o ator (ego) é citado por todos da rede inteira (relações de segundo nível + citações ao ego por outros nós). Como podemos ver na tabela 5 a seguir, há mudanças consideráveis entre os três níveis de rede, principalmente no número de estruturação da rede como nós, links e comunidades.

Tabela 6 - Comparação dos tipos de rede ego

Tipo de Ego Network do MAB	Nº de Nós	Nº de arestas (links)	Nº de comunidades (clusters)	Grau médio	Diametro da rede	Densidade	Average Path length
Terceiro nível	49	75	7	1,531	3	0,032	2,046
Segundo nível	24	34	4	1,417	3	0,062	1,837
Primeiro nível	16	23	1	0,941	1	0,059	1

Ao adicionarmos os atores que citam o MAB da *whole network* mesmo sem relação direta com ele (terceiro nível: 49 nós), somam-se 33 atores (nós) a mais dos 16 (nós) de suas

⁵² Podemos citar medidas mais quantitativas como Density: 0,025; Average Path length: 2.385; Average Clustering Coefficient: 0,083; Diameter: 5; Average Degree: 2,116.

⁵³ Ver mais em: “Why study ego net network” <https://youtu.be/SM08TsCldWI>

⁵⁴ “An “in” neighborhood would include all the actors who sent ties directly to ego” (Hanneman; Riddle; Robert, 2005, p. 101).

relações diretas (primeiro nível). Logo não podíamos deixar de pontuar essa relação aos dados da *ego network*. Vendo dessa forma, obtemos os atores que tiveram o MAB como apoio em participar de suas atividades de ação coletiva, mesmo que o MAB não os tenha mencionado como apoiadores.

No sociograma a seguir na Figura 15, veremos a rede de terceiro nível com as medidas de comunidades (modularidade) por cor de cada nó e a medida de intermediação (*betweenness*) por tamanho e cor da letra do nó.

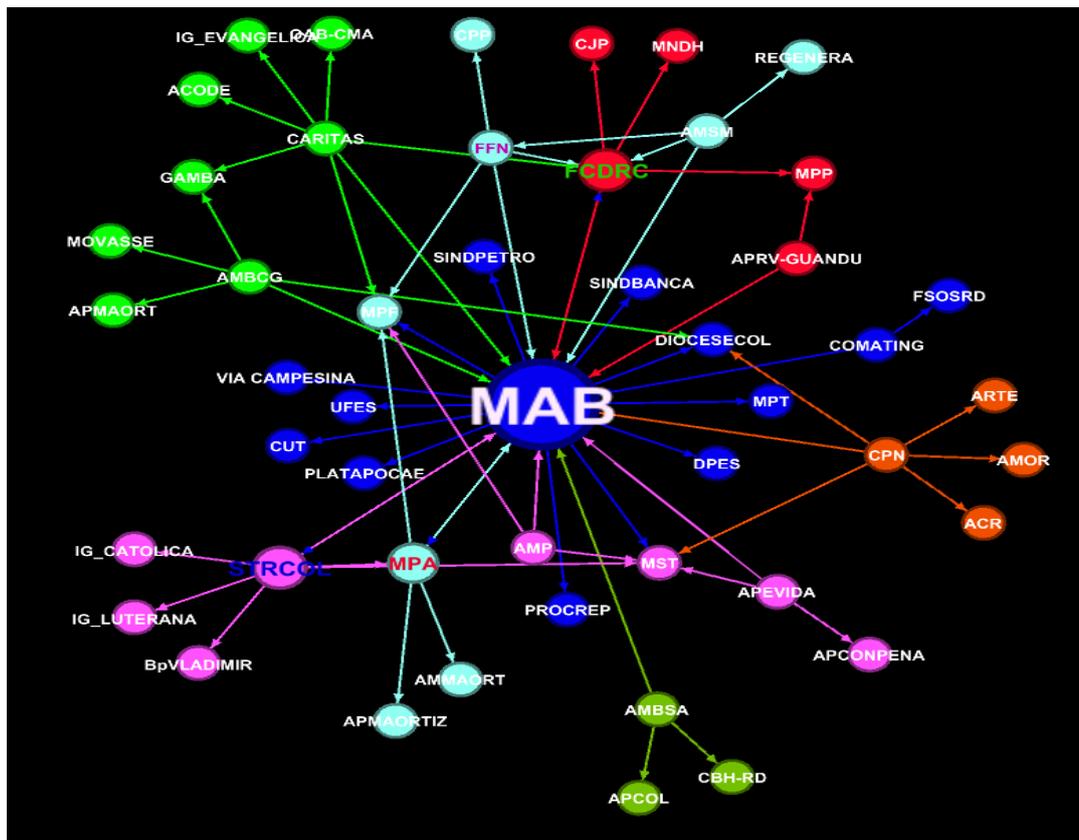


Figura 16 - Sociograma da rede ego em terceiro nível

Além da intermediação do MAB devido sua centralidade (por ser rede ego) e ter a maior comunidade, temos 4 *brokers* interessantes entre as comunidades para se analisar. Primeiramente, em ordem hierárquica da medida de intermediação (*betweenness*), o STRCOL por ser o nó que se relaciona com 3 nós isolados e constitui uma comunidade (rosa) em segmento, predominantemente com atores religiosos, de associações e MST; em seguida o FCDRC conecta mais três grandes comunidades (azul escuro, azul claro e verde) além daquela em que está inserido (vermelho), com diversos atores (MAB, CARITAS, FFN); por último aparecem o MPA e FFN como nós da mesma comunidade – azul claro, a segunda maior – mas com uma característica diferente conectando nós em cada extremidade da rede que se alastra

pela parte superior e inferior e só perde em tamanho apenas para a comunidade em azul, do MAB.

As comunidades menores na margem segmentam a rede, como a laranja e verde escuro, caracterizando-a como uma *Policephalous*, mas com características de relações diferentes da *whole network*, já que esta parece não se sustentar por territorialidade mas sim por atores em comum. Por exemplo, o MPF que tem o terceiro maior grau de entrada (5 conexões), se estabelece como um ator comum de três comunidades diferentes (verde, azul e rosa) e por receber conexões de dois nós das extremidades, ele é crucial para aproximar e constituir essa comunidade (azul claro).

Como podemos observar, as dinâmicas da rede mudam a partir da representação que se busca. Essa rede social apresentada compôs um elemento diferente em sua vizinhança, com a inclusão de nós que se relacionaram com o MAB sem estar em sua rede direta ou indiretamente – rede ego em terceiro nível. Contudo, nos pareceu interessante para expressar o papel do MAB enquanto mobilizador participando de ações coletivas com outros atores, mas realizando ações coletivas com apoio de atores distintos a estes que apoiou.

Agora, olhando para o apoio desses atores, podemos construir a rede social a partir das relações diretas e indiretas com o MAB. Ou seja, o segundo nível da ARS ego busca as conexões que o MAB menciona e as conexões das conexões. Entretanto, cabe a limitação de que dos 15 atores (nós) mencionados pelo MAB, apenas 3 (STRCOL, MPA e FCDRC) constaram como atores entrevistados no *survey* – até porque não era o foco da pesquisa uma rede individual, e sim uma inteira. Logo, não temos uma rede de segundo nível completa, contudo, achamos importante apresentarmos essa rede como parâmetro descritivo.

O sociograma a seguir na Figura 17, está representando a rede ego em segundo nível, com as comunidades (*clusters*) por cores de cada nó, o grau de entrada (conexões recebidas)

por tamanho e as cores mais marcantes das letras nos mostram os nós intermediários (*betweenness*).

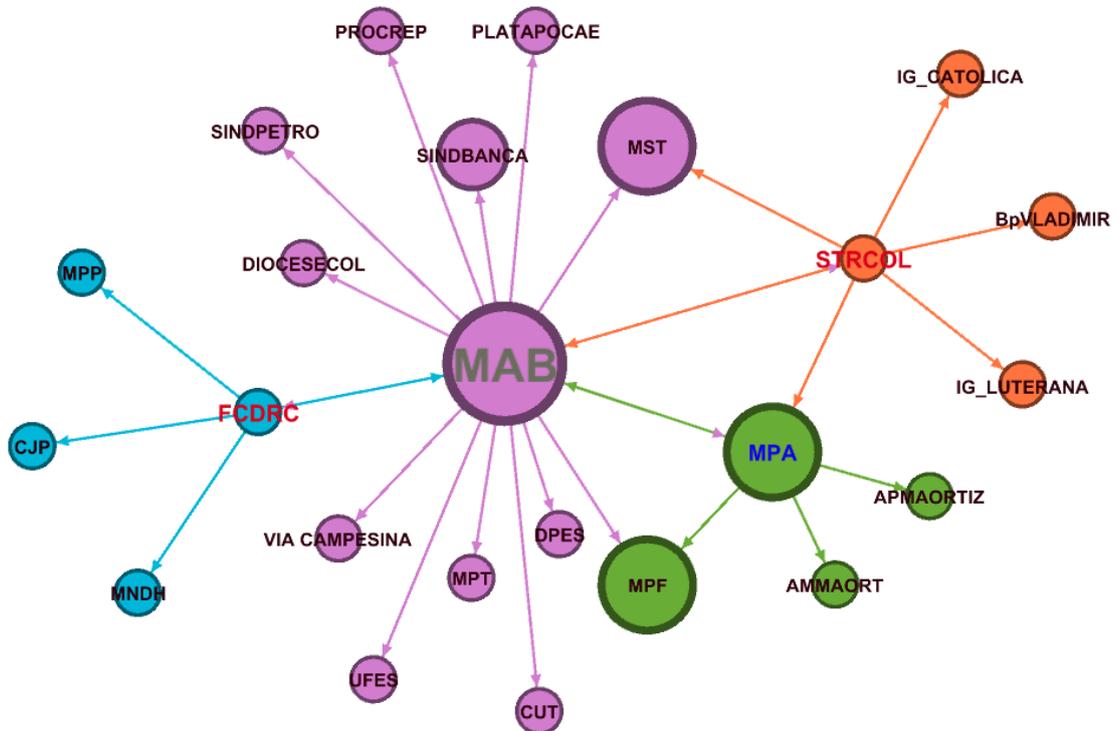


Figura 17 - Sociograma da rede ego em segundo nível

Enfatizando os intermediários, são justamente os 3 nós aplicados no *survey* e que mencionam suas conexões, ou seja, conexões indiretas com o MAB. Com isso constroem comunidades fora do ego, sendo eles o STRCOL, o MPA e o FCDRC. Uma dificuldade de analisar redes deste nível é que as redes podem crescer facilmente (Hanneman; Riddle; Robert, 2005), inviabilizando uma coleta qualitativa. Por exemplo, temos a média de 3 conexões de cada ator deste entrevistado, seguindo a lógica e pensando hipoteticamente, com o total de 15 citados diretamente pelo MAB, no final teríamos mais 45 atores (nós) indiretamente conectados pelo MAB. Por outro lado, é interessante constatarmos conexões correlacionadas com o nó de origem, como exemplo o MST e o MPF. Outro ponto notável, é que esses 3 atores retribuem ao MAB, ou seja, seus links são bidirecionais, recíprocos.

Por fim, retirando essas conexões indiretas é formado a rede ego de primeiro nível, com apenas as relações citadas pelo MAB, forma-se uma vizinhança “out” (Hanneman; Riddle; Robert, 2005, p. 101)⁵⁵. Na prática, as redes nesse primeiro nível são mais comuns nos estudos

⁵⁵ “An “out” neighborhood would include all the actors to whom ties are directed from ego.” (HANNEMAN; RIDDLE; ROBERT, 2005, p. 101)

de ARS (MARIN; WELLMAN, 2011; PASSY, 2003). As medidas se centram principalmente nas conexões e é possível analisar sua **composição, tamanho e estrutura** (DEJORDY; HALGIN, 2003). Quantas relações o ego tem? Quais são mais mencionadas ou centrais? O ego interage com outros como ele? Os pares do ego são todos iguais? Essas questões nos aproximam dos conceitos-chave para a análise a partir de Diani (2003b).

No sociograma a seguir na Figura 18, veremos que a rede ego de primeiro nível tem o tipo de estrutura e conexão denominado *wheel/star*, representando um indivíduo centralizado e vínculos homogêneos com outros indivíduos, resultando em uma segmentação nula (DIANI, 2003b).

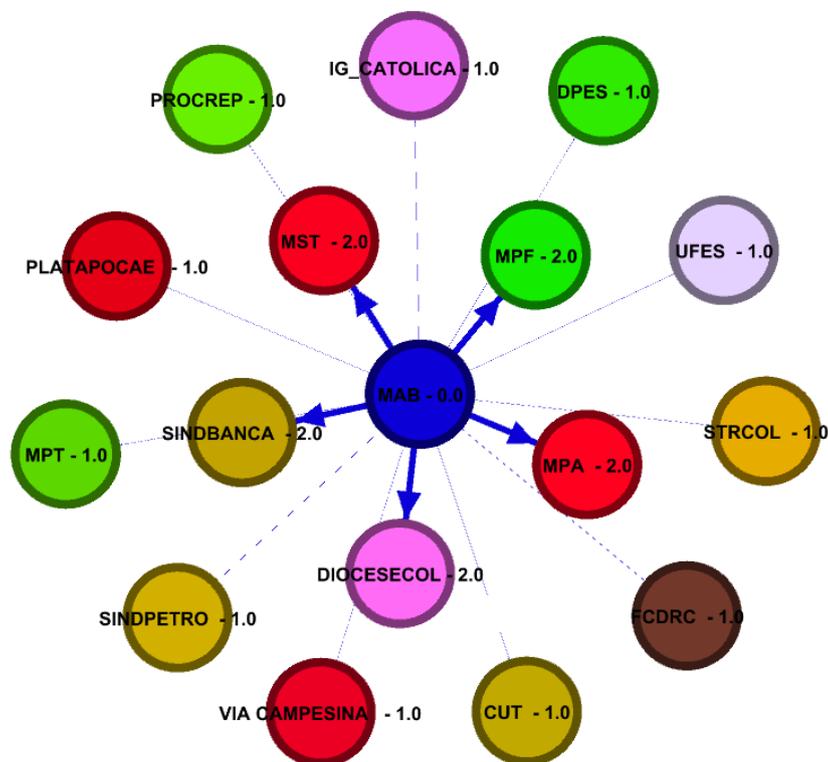


Figura 18 - Sociograma da rede ego em primeiro nível

Ainda segundo o Diani (2003b), redes com essa estrutura tem conexões com o ator central que são suficientes para manter um acesso fácil ao resto da rede por meio de um número mínimo de etapas, reforçando a ideia de mobilizador como intermediário, como vimos mostrando nas redes anteriores. Dessa forma, a medida de diâmetro da rede é 1, assim como a média do comprimento do caminho (*Average Path length*).

Sobre as medidas que centram a análise no tamanho da rede, uma forma de diferenciar as conexões com mais menções pelo MAB foi adicionar o peso em cada aresta (link) e seus

devidos pesos em cada nó⁵⁶, como vemos no sociograma, os atores mais próximos ao MAB são os mais citados por ele. Então, dentre 16 conexões de toda rede, 5 são mais próximos (MST, MPA, SINDBANCA, DIOCESECOL e MPF).

Diante da necessidade de representar os segmentos da rede na Figura 18, dividimos os nós em cores, a saber: vermelho como movimentos sociais, amarelo escuro como sindicatos, roxo como entidades religiosas, marrom escuro como fóruns e cinza claro como outros tipos de atores.

As diferenças de graus de conexões não alcançam uma **análise multinível** (múltiplas representações que a rede pode ter) e **de multiplexidade das ligações** (conexões fortes ou fracas) por si só, devemos recorrer a contextualidade da questão no sentido mais subjetivo das relações.

Sendo assim, a **análise multinível** refere-se à apoios em diferentes tipos de atividades de repertórios (CARLOS, 2019). Isso se expressa entre os tipos de atores em conexão, por exemplo, o MPF que se destacou em diversas redes já apresentadas, fornece apoio aos repertórios institucionais do MAB (instituições participativas como audiência pública e ação judicial). Assim como seus pares da esfera jurídica (em verde) como DPES, PROCREP e MPT. Nesse sentido, temos ainda repertórios extrainstitucionais (manifestações de rua, a ocupação e bloqueio de ferrovias) apoiado pela grande maioria dos atores; e o repertório de tática multiescalar (denúncias a organizações internacionais) como a VIA CAMPESINA (CARLOS, 2019).

Ainda em contexto subjetivo na **análise de multiplexidade das ligações**, consideramos que as conexões mais próximos e de posições centrais, foram justamente atores determinantes na difusão do MAB para o Espírito Santo. Mas não somente, pois continuaram recebendo apoio de diversas formas, por exemplo, de recursos materiais, como utilização de espaços do SINDBANCA ao sediar em sua central em Vitória o primeiro Encontro Estadual do MAB-ES⁵⁷. Além disso, os relatos dos entrevistados apontam que a DIOCESECOL, nos dias em que a lama ainda percorria o rio Doce, recebeu militantes do MAB com moradia e o MPA e MST coordenaram atividades. Todos esses atores são ainda aliados do MAB desde seu processo histórico de lutas nacionais, conforme demonstrado no capítulo 2. Desse modo, os vínculos

⁵⁶ Medida de grau de entrada ponderado.

⁵⁷ Fonte: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-e-trabalhadores-se-re-nem-em-encontro-estadual-do-mab-es>

pretéritos do movimento nacional foram reativados na escala local, como recurso facilitador da sua difusão e fixação no ES.

Apesar de podermos medir as relações a partir do nó mais citado, não nos interessa aqui uma hierarquia das relações, até porque elas foram bem homogêneas em questão de medidas, tendo uma diferença apenas de um grau, ou seja, citada uma vez a mais. Portanto, a multiplexidade de ligações nos pareceu pairar no âmbito da diversidade de atores, seus segmentos e seus respectivos tipos de apoio no contexto do desastre. O que nos leva a composição da rede em **homofilia**.

Não podemos dizer que todos os pares do ego têm homofilia, mas destacamos os que pela identidade coletiva do MAB têm maior relação por semelhança. Os nós em vermelho são os principais, em primeira instância por estarem no mesmo segmento de movimento social, seguidamente, por serem movimentos de origem e processo muito próximo desde os anos 1990 e da realidade do campo como a Via Campesina, organização internacional que integra estes movimentos. A PLATAPOCAE (Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia) é uma demonstração evidente dessa semelhança.

A segunda camada destacável de homofilia são os nós em amarelo escuro (SINDBANCA, STRCOL, SINDPETRO e CUT), o sindicalismo fez grande parte da constituição desses movimentos do campo, especificamente do MAB, conforme vimos no capítulo 2 que os sindicatos tiveram papel de interlocução do movimento com o PT, formando a segunda fase histórica característica do MAB que fortalece seus elementos políticos e ideológicos contra a onda neoliberal de privatizações (BENINCÁ, 2011; FOSCHIERA, 2009). Além desses atores, o segmento religioso da Igreja Católica (DIOCESECOL) – em roxo – também têm importante semelhança na identidade coletiva do MAB, no sentido da mobilização social a partir da Cáritas, das pastorais e da participação popular que enfatizam a justiça social.

A reflexão analítica que trazemos nesse tópico sobre as redes ego e seus níveis é da expressão da importância do MAB em seu contexto macro das relações com os atores do rio Doce, além disso, no nível micro destacamos quais atores o MAB tem relações e o que se tem em comum a partir da multiplexidade de ligações, todavia, o papel dessas relações se diferencia pela análise multinível subjetiva às ações coletivas. Existe uma hierarquia de proximidade das relações, mas não se pode considerá-la determinista, pois as diferenças de posição e graus são mínimas. O que poderemos agora propor é uma análise pensando esses fatores com o mecanismo explicativo do tempo. Considerando que as dinâmicas dos movimentos sociais

estão em constante mudança e a ARS é apenas uma fotografia de um momento, a rede ego de 2020 poderá expressar tais processos de mudança do MAB.

4.3. Processos de mudanças em redes sociais do MAB: 2018-2020

Aqui apresentaremos a rede ego do MAB com dados coletados em 2020, portanto, dois anos depois dos dados apresentados na sessão anterior e no quinto ano do rompimento da barragem de Fundão. O MAB se consolidou com êxito e formou uma coordenação estadual fixa, e continuou fortalecendo suas ações coletivas e relações com aliados. Segundo Carlos (2021), as mobilizações dos MS/OSC no Espírito Santo caracterizaram um “ciclo de protestos” com utilização de múltiplos repertórios de ação ao longo de 2015 a 2019. O número de eventos de protestos teve grande evolução até 2018, com picos anuais no ciclo de protestos concentrados no mês de aniversário do rompimento da barragem, não obstante, o relativo arrefecimento dos protestos em 2019 (CARLOS, 2021, p.11). Tendo em mente a continuidade temporal dos protestos, nessa rede trabalhamos com a análise diacrônica do tempo, além de replicar o exame dos mecanismos trabalhados na rede de 2018 para rede de 2020. Na tabela 7 a seguir consta a relação de atores da rede.

Tabela 7 - Siglas de nós da ego network 2020

SIGLAS	NOMES
ARQUIDIOCESE_VIT	ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA DO ESPÍRITO SANTO
CPP	CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES
DIOCESECOL	DIOCESE DE COLATINA
DOM_WLAD	DOM JOAQUIM WLADIMIR LOPES DIAS
DP_HELDER	HELDER SALOMÃO - DEPUTADO FEDERAL DO ES - PT
DP_IRINY	IRINY NICOLAU CORRES LOPES - DEPUTADA ESTADUAL DO ES - PT
DPES	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
FEAB	FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL
FORUMMUL_ES	FORUM DE MULHERES DO ESPIRITO SANTO
FRENTBRPOP	FRENTE BRASIL POPULAR
FUP	FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS
IGANGELICANA	IGREJA ANGLICANA
IGCATOLICA	IGREJAS CATOLICAS
LEVANTPOPJUV	LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE DO ES
MAB	MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS
MAR	MOVIMIENTO DE AFECTADOS POR REPRESAS
MPA	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES
MPF	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PD_KELDER	PADRE KELDER BRANDÃO
SINDAEMA	SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESPÍRITO SANTO
SINDBANCA	SINDICATO DOS BANCARIOS
SINDFER	SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO ESPÍRITO SANTO E MINAS GERAIS
SINDIPESMES	SINDICATO DOS PESCADORES E MARISQUEIROS DO ESPÍRITO SANTO
SINDPETRO	SINDICATO DOS PETROLEIROS
STRCOL	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE COLATINA-ES
UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
VIA CAMPESINA	VIA CAMPESINA

A rede ego do MAB elaborada em 2020 está no primeiro nível de conexões, logo, formando uma vizinhança “out” com estrutura e conexões de tipo *wheel/star* (HANNEMAN; RIDDLE; ROBERT, 2005; DIANI, 2003b). Incluindo o ego, são 27 nós e 27 arestas (links), sendo usado a medida de peso em links mais citados, dessa forma com a soma dos pesos são 42 citações do ego. Possui assim um grau ponderado médio de 1,556 e densidade 0,038. O comprimento médio de caminho (*average path length*) e comunidade (*clusters*) são 1. Contudo, o sociograma a seguir na Figura 19, representa os nós mais citados pelas arestas e o grau descrito em cada rotulo do nó, além disso, foi separado em cores por segmentos⁵⁸ conforme a rede anterior.

⁵⁸ Legenda de cores por segmento: verde como órgãos jurídicos, azul claro como atores políticos, vermelho como movimentos sociais, amarelo escuro como sindicatos, rosa escuro como entidades religiosas, marrom escuro como fóruns e cinza claro como outros tipos de atores.

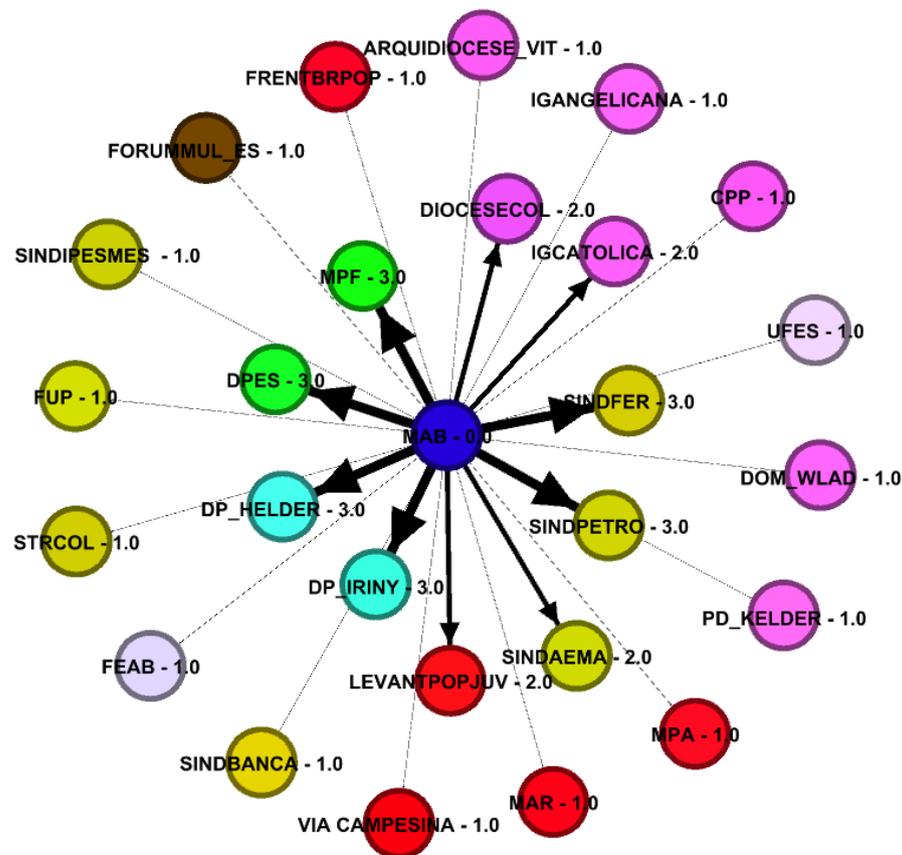


Figura 19 - Sociograma do MAB 2020 em rede ego primeiro nível

A figura 18 evidencia que a estrutura e tamanho da rede aumentaram, principalmente porque novos atores surgiram, entretanto, devemos considerar levemente também a cognição dos militantes em relação ao tempo ao mencionar seus aliados, por exemplo, a FEAB é uma entidade que fez parte do apoio ao MAB desde sua chegada, mesmo não aparecendo na rede em 2018, ela aparece agora pela relação mais forte de um dos coordenadores do MAB ter origem nessa entidade – como demonstrado no capítulo anterior. Ainda assim, não obstante, o fator principal é de novas relações apesar de outras existentes continuarem.

Uma representação disso na instância da **análise multinível** são as relações com DP_HELDER (Deputado Federal – PT-ES) e DP_IRINY (Deputada Estadual – PT-ES), que assumem os cargos públicos em 2019 e realizam em conjunto com o MAB a atividade de diligência percorrendo alguns municípios atingidos no ES e MG em outubro deste ano⁵⁹. A diligência assumiu um papel semelhante ao de uma audiência pública, enquadrando-se como um repertório institucional devido sua relação com atores políticos e de órgãos da defensoria

⁵⁹ Essa diligência deu origem ao Relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, à época presidida pelo Deputado Helder Salomão.

pública, por exemplo. Dessa forma, esses atores atuam em prol dos atingidos e em oposição aos interesses das empresas e da Renova, se colocam fortemente como aliados do MAB, além disso, como já pontuado algumas vezes, se pesa também a relação histórica do movimento com o PT.

Outras representações nessa instância de análise cabem a diversos novos e pré-existente atores, podemos destacar o apoio em atividades emergentes de solidariedade perante a pandemia da Covid-19⁶⁰. Uma campanha do MAB “A Solidariedade Constrói Direitos e Salva Vidas!”, promoveu ações entre aliados desde sindicatos, igrejas e movimentos sociais. Dessa atividade destacam-se os atores da rede, SINDIPESMES, MPA, LEVANTPOPJUV e SINDFER⁶¹.

Contudo, com a proeminência de aumento no número de atores, há aumento também na diversidade desses atores. No segmento de sindicatos (amarelo escuro) destacamos principalmente o SINDIPESMES, que expressa uma relação profícua do MAB tanto em conquistas no sentido da autodeterminação de atingido e expansão do território para a costa marinha, quanto para uma relação de uma classe trabalhadora em que abriu portas para o MAB com outras entidades da pesca, como associações e colônias. Dentre outros, o SINDFER, segundo entrevistados, após mudar a gestão tem sido um forte aliado mesmo não podendo fazer ocupações de trilhos da Vale, por exemplo, mas apoiam com recursos, pressionam a empresa e têm alinhamento à luta em prol dos atingidos. Nesse mesmo sentido, se destaca o SINDPETRO, que realiza ações coletivas em conjunto com atores relacionados ao MAB, por exemplo, o Fórum de Mulheres (FORUMMUL_ES), o LEVANTPOPJUV (Levante Popular da Juventude) e o CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores)⁶². O setor petrolífero também acarreta apoio nacional da FUP, parceira do MAB em outros estados.

Para os militantes do MAB, esses aliados são dependentes da conjuntura vide eleições sindicais, dessa forma esse segmento se caracteriza por dinâmicas mais instáveis na rede, um pouco diferente da relação com pescadores, por exemplo. Em outro grande segmento, o religioso (em rosa escuro), temos uma diversidade em nível de atores individuais, como Padre Kelder e Dom Wladimir, este primeiro conecta a Arquidiocese de Vitória

⁶⁰ Essa ação também fez parte de uma força-tarefa nacional “Periferia Viva” em prol de “conectar as iniciativas, campanhas e demandas da sociedade civil organizada a quem pode contribuir e fortalecer essa rede de solidariedade”. Fonte: <https://periferiaviva.org.br/sobre/>

⁶¹ Fonte: <https://mab.org.br/2020/04/06/campanha-solidariedade-do-movimento-atingidos-e-atingidas-do-espirito-santo/>

<https://mab.org.br/2020/09/18/mab-participa-de-acao-de-solidariedade-em-jesus-de-nazare-no-es/>

<https://mab.org.br/2020/10/08/mab-retorna-as-comunidades-no-espirito-santo-com-campanha-de-solidariedade/>

⁶² Fonte: <https://sindipetro-es.org.br/2021/03/09/sindipetro-es-participa-de-acoes-do-mab-em-homenagem-as-mulheres/>

(ARQUIDIOCESE_VIT) coordenando ações a partir do Vicariato para Ação Social, Política e Ecumênica⁶³, e o último se conecta à Diocese de Colatina (DIOCESECOL) onde era bispo até 2021. No mais, outro destaque cabe a CPP, que segundo os entrevistados têm tido participação mais proeminente nas mobilizações nos últimos 2 anos. Importa pontuar que na rede de 2018 este ator aparecia através de citações de outros atores, como de associações, Movimento de Direitos Humanos (MNDH) e do Movimento de Pescadores Artesanais (MPP).

Por fim, destacamos no segmento de movimentos sociais (em vermelho) o Levante Popular da Juventude pela sua atuação incisiva no apoio à comunicação do MAB Segundo entrevistados, o ano pandêmico de 2020 exigiu novas formas de mobilizar as comunidades atingidas através das mídias digitais, logo, a produção de vídeos e divulgação virtual foi crescente para garantir a continuidade das denúncias e ações do MAB. Por conseguinte, podemos pontuar a Frente Brasil Popular (FRENTBRPOP) como uma afiliação nacional desse tipo de atividade, por exemplo, colaborando em campanhas no Twitter. Em escala internacional, se destaca o MAR (Movimiento de Afectados por Represas en Latinoamérica), movimento criado a partir de mobilizadores semelhantes ao MAB em 12 países da América Latina⁶⁴, atuando assim em apoio com repertório multiescalar de internacionalização da causa (CARLOS, 2019; 2021).

Na dimensão de **análise da multiplexidade de ligações**, essa rede ego de 2020 expressa maior hierarquia tendo diferença de graus de um ao três. Ainda assim, a hierarquia de relações não nos interessa como um mecanismo explicativo. As subjetividades coletadas pelas entrevistas contrariam a posição de colocarmos os atores mais citados como relações mais fortes ou importantes, um exemplo disto, foi o SINDIPESMES que é visto como um “braço direito” em quesito de apoio ao MAB, não ter sido citado mais que uma vez. Essa é uma questão limitadora da ARS, na medida em que os aspectos estatísticos capturam apenas as medidas e o que elas significam, não se envolvendo em enquadramentos cognitivos e identidades coletivas (KRINSKY; CROSSLEY, 2014).

Portanto, para este caso, a multiplexidade de ligações tem de ser correlacionada aos outros dois mecanismos de multinível e homofilia, considerando os tipos diferentes de ligação e o papel de cada ator em relação ao ego, ou seja, seus respectivos segmentos sociais e semelhanças no processo político histórico. Dessa forma, destacamos as relações centrais do

⁶³ Ver mais: <https://www.aves.org.br/vicariato-para-a-acao-social-politica-e-ecumenica/>

⁶⁴ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/12/movimentos-latinoamericanos-de-atingidos-por-barragens-criam-articulacao-regional>

MPF e DPES. Em uma representação na ARS esses atores obtiveram mais proximidade, também em comparação a 2018, e podemos embasar essa relação com o processo do confronto político do desastre, vide repertórios institucionais impulsionados pela gestão negociada e tratamento institucional.

A partir de 2018, após o TAC Governança, se tem maior incorporação das reivindicações dos atingidos, apesar de ter defasagens em relação a participação destes – como demonstrado no capítulo 2 –, se aprofundou o tratamento institucional de resolução negociada, por exemplo, através do reconhecimento dos camaroeiros da Praia de Suá de Vitória (SINDIPESMES) em 2019. Nesse sentido, o MAB se vê impulsionado a articular com MPF e DPES suas reivindicações para negociação com a Renova⁶⁵. Além disso, após três anos do último acordo de reparação com os projetos com ínfimo desenvolvimento, por exemplo, os assentamentos de casas e a assessoria técnica nos territórios, o descaso da Renova exige do MPF e DPES, não só no ES mas também em MG, outras formas de retomar ações em prol dos atingidos. Exemplos recentes, foram a retomada da “Ação Civil Pública dos 155 bilhões”⁶⁶, apontamentos de irregularidades fiscais e propaganda enganosa⁶⁷. Dessa forma a combinação de repertórios institucionais é uma das principais chaves característica do confronto político do desastre perante a assimetria nas relações de poder. Fazendo valer assim a interação de apoio entre os atores de justiça e os atores envolvidos nas reivindicações⁶⁸.

Em relação ao **mecanismo de homofilia**, ainda sobre esses atores da esfera jurídica que poderiam ser os mais destoantes em semelhança na rede do MAB, consideramos que eles se alinharam fortemente com o papel do MAB dentro o conflito. Segundo Losekann (2019), as ações dentro da mobilização do direito em um conflito podem ser operadas em coordenação com o reivindicante perante as interações interpessoais entre estes atores. Dessa forma destacamos que os agentes, principalmente da DPES, têm tido engajamento nas causas dos atingidos com o MAB vide atuações para além dos espaços institucionais.

⁶⁵ Fonte: https://mab.org.br/2021/02/12/camaroeiros-da-praia-do-sua-no-espírito-santo-recebem-valor-do-lucro-cessante-referente-ao-crime-da-samarco/?fbclid=IwAR3k_jtMPdWfSN1aDZC83BkIcuQhDhJPS9wkPwnDUDB-Z3DvP_nGsvr3acU#

⁶⁶Fonte: <http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/2020/10/01/defensorias-e-mps-pedem-retomada-do-tramite-da-acao-de-r-155-bi-suspensa-desde-2018/>

⁶⁷ Fonte: <https://observatoriodaminerao.com.br/ministerio-publico-de-minas-gerais-rejeita-contas-da-fundacao-renova-e-aponta-irregularidades/>
<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/instituicoes-de-justica-ajuizam-acao-contra-a-fundacao-renova-por-propaganda-enganosa-e-abusiva>

⁶⁸ Sobre esse debate ver mais em Vinicius de Paula (2019) e Losekann (2019)

No mais, os outros atores da rede têm maior similaridade com o MAB na dinâmica de seu processo político histórico, como já pontuamos em diversas situações aqui. Então, voltando a algumas questões relacionadas a homofilia, respondamos objetivamente: 1. O ego interage com outros como ele? 2. Os pares do ego são todos iguais?

1. Sim, em maior parte da rede o MAB interage com segmentos sociais que estão em sua base histórica, principalmente o religioso apontado como primeira fase de característica do processo de construção do MAB, e o sindicalismo e partidarismo na sua segunda fase, por fim o escalamento de alguns atores de movimentos sociais em nível nacional e internacional expressam a terceira e atual fase do MAB.
2. Não, pela diversidade de atores e pautas não podemos considerar como iguais, mas que compartilham de experiências e enquadramentos em relação ao conflito, por exemplo, pelo engajamento em torno do frame de injustiça.

Por último, o **mecanismo de tempo** nas redes nos possibilita uma comparação mais clara sobre os processos de mudanças, alguns pontos já abordados, porém, é pertinente olharmos para as continuidades de atores nas relações entre 2018 e 2020. Para isso, elaboramos uma rede situando o MAB como um nó de 2018 e outro de 2020. Nela nos interessa um destaque descritivo das conexões e não de medidas, sendo assim, colorimos (em verde) apenas os nós que tiveram citações em ambas as redes do MAB, como vemos no sociograma a seguir na Figura 20.

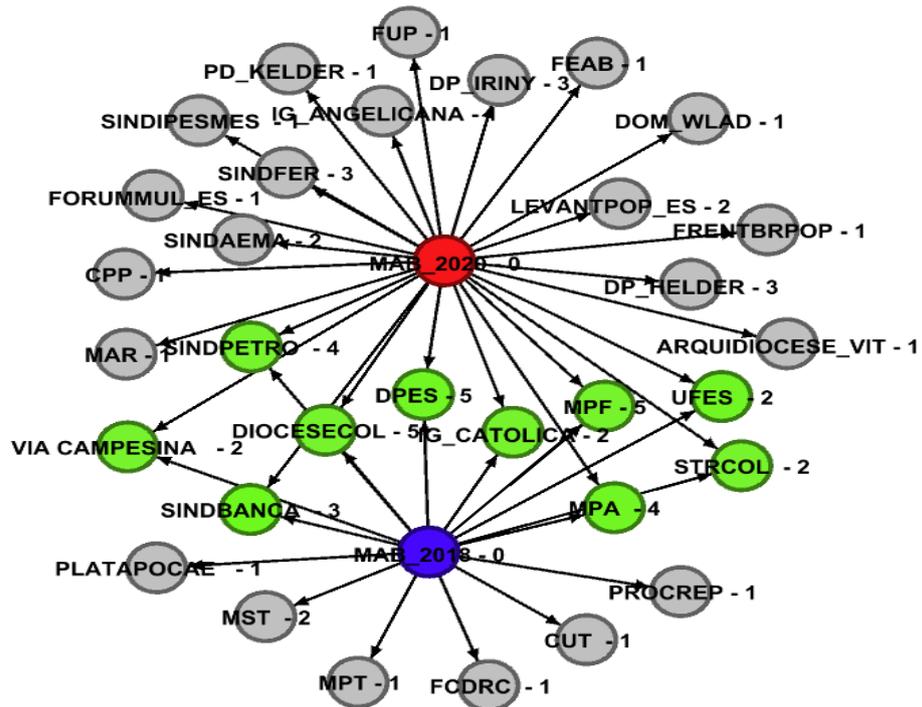


Figura 20 - Sociograma comparativo das redes ego MAB 2018-2020

Como podemos observar, a rede ego do MAB 2018 está localizada abaixo no sociograma e a de 2020 acima, os nós com ligações de ambos se localizaram entre o meio dos egos e seus rótulos contém o número de citações recebidas. Dentre 16 atores de 2018, 10 deles se mantiveram em 2020. A comparação nos provoca a olhar para dois aspectos: os atores que têm continuidade e os que não tiveram.

Segundo Diani (2003b), em relação ao processo de mudança ao longo do tempo, temos que levar em consideração mudanças organizacionais vinculadas às identidades coletivas. Entretanto, é digna de atenção o potencial de mapear os fluxos contínuos no tempo. Sendo assim, consideramos que as relações contínuas têm representações de grau de importância maior por formarem uma estabilidade no processo político e de identidade coletiva do ator, mas, devemos atentar também para as mudanças de mecanismos cognitivos recorrentes, como por exemplo, as gestões de sindicatos eleitos ou mudança de lideranças da igreja.

Por outro lado, a mesma atenção se deve aos atores que não tiveram continuidade. Por exemplo, o FCDRC como já pontuamos teve grande importância dentro do contexto das mobilizações do desastre, mas não mantém continuidade como um ator coletivo pois decidem

si dissolver em certo momento de fixação e êxito do MAB, mantendo uma interação apenas ao nível individual de alguns militantes que compunham o FCDRC e continuam acompanhando a luta em prol dos atingidos com desdobramento de fóruns locais como SOS Rio Doce e Fórum Foz Norte e Fórum Foz Sul. Não cabe aqui analisar cada caso dos atores, cada um pode representar um fenômeno diferente, tanto os que continuaram sendo citados, quanto os vínculos interrompidos. Além disso, essa constatação não determina a situação desses atores no contexto do confronto, mas sim sua situação pela percepção do MAB.

Este comparativo nos permite olhar com clareza o crescimento exponencial da rede em 2020, como já abordamos, se leva em mente que a partir de 2018 os protestos em geral em prol dos atingidos progrediram em números e reivindicações, por exemplo, em 2018 a reivindicação de assistência técnica surge, mas as principais continuam sendo cobrar reparação, denunciar e a indenização (CARLOS, 2021). Desse modo, o MAB continua atuando em dinâmica com a difusão e visibilidade como forma de procurar apoio dentro do confronto, principalmente em outros ambientes que lhe proporcione oportunidades, como o segmento de atores políticos no Legislativo e jurídicos.

Portanto, abordamos uma relação do porquê certos atores entram na rede a partir de certo momento e pontuamos que a tendência dinâmica da rede é de expansão a depender de um contexto de oportunidade política relacional. Isso se dá diante da percepção do MAB sobre o papel das relações em redes sociais no seu processo de organização e construção identitária, frente as relações assimétricas de poder dentro do confronto com as empresas. Essa relação será melhor explorada no tópico a seguir, buscando integrar as categorias analíticas de identidade coletiva e redes sociais no problema de pesquisa.

4.4. “Da lama que a gente sai, a gente não sai sozinho”

O título deste tópico remete à fala de um militante do MAB ao responder sobre sua percepção do papel e importância das relações do MAB com a luta dos atingidos. Essa última questão fundamenta de forma qualitativa as análises de redes sociais, ou seja, os mecanismos relacionais, e ainda perpassa pelo mecanismo cognitivo, de percepção e enquadramento dos atores. Dessa forma busca-se responder objetivamente da pergunta central de pesquisa, o papel das relações em redes sociais no processo de organização do MAB-ES, no contexto do Desastre no rio Doce. A figura 21 a seguir, expressa as categorizações elaboradas a partir das entrevistas.

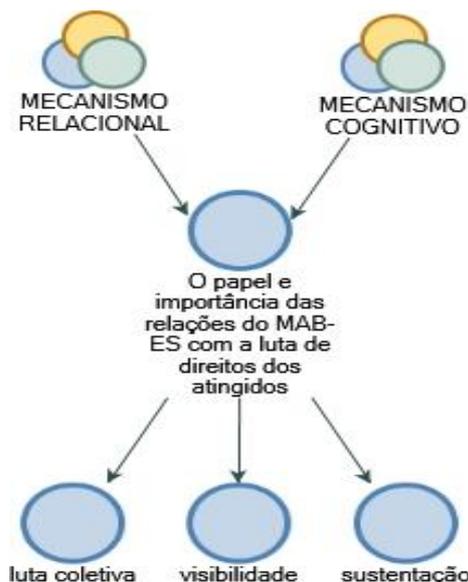


Figura 21 - O papel e importância das relações do MAB-ES

Como podemos ver, três categorias se enquadraram nas respostas dos entrevistados, consecutivamente, sustentação (4), visibilidade (3) e luta coletiva (1). Com ‘sustentação’ os entrevistados apontam como fundamental as relações em um sentido de construção política coletiva, jamais isolado ou autossuficiente. Reforça-se assim a noção do conceito de Rede de Movimento Social (RMS) de Diani (2003b) a partir do fundamento relacional, coletivo, em que não se constrói um processo político sem relações e identidades dentre um conflito.

No sentido de importância, as relações como sustentação é percebida pelos entrevistados como elemento de recurso, material e imaterial, contra as empresas de forma a compensar a assimetria nas relações de poder. A fala do entrevistado 1 expressa bem esse elemento:

“Isso que sustenta a luta, em todos os sentidos, muitas vezes a sustentação estrutural vem daí, mas a própria sustentação política, se for uma luta sozinho já era, então se a gente não tiver uma gama ampla de parceiros de todos os tipos, que apoiem a luta dos atingidos, não combate com os tentáculos da empresa.” (Entrevistado 1, concedida em 20 de outubro de 2020).

Esse elemento também é percebido no papel da construção da identidade coletiva de atingido – como vimos no capítulo anterior – por meio dos instrumentos simbólicos, como a construção da “Casa Solidária” da campanha do quarto ano e o frame de maior ressonância “Somos todos atingidos”. E ainda, por meio das dificuldades dos atingidos, pelo sofrimento social que expressa o contexto de necessidade de se fazer mobilização, por exemplo as ações solidárias de cestas básicas.

As relações estão também implicadas a dar ‘visibilidade’ para o confronto político do desastre. Dessa forma, está no cerne de como o MAB se organiza e mobiliza os atingidos, a sua

característica de difusão enquanto denúncia e apoio (OLIVEIRA, 2016). Segundo o entrevistado 3 *“Essas relações ampliam a visão sobre o movimento, sobre a denúncia e também ajuda na luta. Para nós é muito bem-vindo qualquer entidade que queira somar na luta.”* (Entrevistado 3, concedida em 09 de dezembro de 2020). Como pontuamos na literatura, a ação coletiva é o principal elemento para constituir a identidade coletiva, tanto pela definição de pertencimento e oposição, quanto pela emergência de novas relações (DELLA PORTA; DIANI, 2006, 2020). E isso só é possível a partir da expansão organizativa do movimento a depender do contexto de oportunidade política relacional (OLIVEIRA, 2016; ABERS; SILVA; TATAGIBA, 2018).

Por último e não menos importante, os entrevistados apontam que as relações têm o papel no processo de ‘luta coletiva’, no sentido de que o apoio concernente às lutas sociais mais gerais – como sindicatos –, possibilitam uma inclusão de pautas macro sobre o capitalismo, privatizações e explorações das classes trabalhadoras. Como vimos, essa característica do movimento é também expressada nos frames associando o diagnóstico de injustiça à motivação, inclusive ainda possibilitando inovações de repertórios a partir dessas relações, como vimos sobre a procissão marítima.

Este último elemento forma a principal chave para os conceitos que viemos abordando até então, do sofrimento social e o tratamento institucional a partir da gestão do desastre, pela ótica da sociologia dos desastres. O primeiro, mais relacionado a identidade coletiva de atingido, fornece o enquadramento de injustiça. Enquanto o segundo, está tanto neste enquadramento por perdurar o sofrimento social a partir do tratamento institucional pela governança do desastre e da não reparação integral, quanto está associado à motivação pelo apoio das relações apesar das dificuldades e assimetria de relações de poder, mais relacionado as redes sociais. Logo, considera-se que o confronto político deste caso tem nesses conceitos sua base explicativa.

A descrição desses conceitos analíticos mobilizando a literatura, buscando compreender o processo político histórico do MAB-ES a partir do contexto do Desastre no rio Doce, nos pareceu possibilitar explicar – ainda que de maneira não exaustiva – alguns mecanismos relativos ao papel da construção da identidade coletiva e das relações em redes sociais do MAB-ES. A seguir, nas considerações finais, discutiremos os limites da abordagem dessa pesquisa, suas contribuições e outras possíveis reflexões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa consistiu em buscar compreender o processo político de organização e mobilização do MAB-ES, no contexto do Desastre no rio Doce. Com foco em explorar o papel da construção da identidade coletiva de atingido e o papel das relações em redes sociais do movimento, analisamos as categorias analíticas de identidade coletiva e de redes sociais, respectivamente a partir dos mecanismos cognitivos e relacionais à luz da teoria do Confronto Político e da Rede de Movimento Social (MCADAM; DIANI, 2003; TILLY; TARROW, 2015; DELLA PORTA; DIANI, 2006). Além disso, embasamos o contexto do estudo de caso com conceitos da Sociologia dos Desastres (VALENCIO, 2010; ZHOURI et al., 2016), pois é a partir do Desastre no rio Doce que o confronto político é configurado.

A pesquisa tem, portanto, objetivos descritivos de evidenciar um processo de mobilização pouco conhecido no Espírito Santo, mas também objetivos analíticos de examinar a dinâmica de mecanismos nas duas categorias em um “contexto político relacional” (TATAGIBA, SILVA, ABERS, 2018). Nesse sentido, evidenciamos como contexto do confronto político do Desastre no rio Doce, os conceitos da Sociologia dos Desastres de sofrimento social, tratamento institucional e assimetria das relações de poder. Sendo esses basilares do contexto no qual operam os mecanismos da identidade coletiva e de redes sociais, que explicam – em certa medida – o processo político de mobilização. Um: O sofrimento social é operacionalizado nos mecanismos de construção da identidade coletiva de atingido pelo MAB, como forma de organização e mobilização. Dois: O tratamento institucional na gestão do desastre, retroalimentando o sofrimento social, expressa a assimetria das relações de poder com as empresas responsáveis. Três: de modo interdependente esses elementos refletem na rede de relações do MAB, incidindo sobre os mecanismos de Análise de Redes Sociais, como fator de sustentação e apoio de seus aliados.

Com a análise empírica, identificamos os resultados na categoria de identidade coletiva concernentes aos objetivos iniciais da pesquisa. Compreendemos que o papel da construção da identidade coletiva de atingido, pela percepção dos militantes coordenadores do MAB-ES, é uma forma de organização e consciência coletiva dos atingidos. Elementos intrínsecos a esse papel também foram identificados, como a estrutura organizacional do movimento, a dimensão individual dos militantes, os *frames* como instrumentos de produção simbólica e a percepção de interação de suas relações.

Foi possível compreender o que é ser atingido, a partir de uma perspectiva da mobilização e do processo político, e não da classificação a priori das empresas. E ainda,

apreendemos a importância de se identificar como atingido, que se dá pela autodeterminação dos sujeitos e pela conscientização dos direitos a partir da luta coletiva. Observamos também, que um fator central para o MAB-ES construir essa identidade coletiva é a realização das ações coletivas, corroborando com nosso referencial teórico segundo o qual a construção da identidade coletiva se dá no processo de lutas sociais (Della Porta; Diani, 2006; 2020). Nesse sentido, foi possível identificar as fronteiras dentro do confronto político, sendo observado que as características que delimitam protagonistas e antagonistas são, por um lado, o apoio em ações coletivas em prol dos direitos dos atingidos e, por outro, o quão desfavorável aos atingidos são as medidas institucionais de gestão do desastre conduzidas pelas empresas.

Na dimensão da identidade coletiva, ainda, foi possível identificar e corroborar com a literatura as características da organização do MAB-ES, como a sua difusão (OLIVEIRA, 2016) e a inovação organizacional (CARLOS, 2019, 2020). Constatamos que o MAB veio para o ES como resultado de um processo de difusão do MAB Nacional, ao enviar ativistas experientes para construir suportes e recrutar militantes locais para a coordenação estadual. Com isso, assumiu como estratégia de difusão a amplificação da organização dos atingidos, mediante a descentralização de sua estrutura em grupos de base em cada área afetada. Esse processo caracteriza a inovação organizacional através da estratégia de adaptação do associativismo de cada território e de fixação de base local. Além disso, a difusão funciona como um potencial político de amplificar as pautas político-ideológicas do movimento nacional. Foi possível identificar essas características na produção cultural do *frame*, o qual expressa o *modus operandi* do movimento indo do micro ao macro, com adaptações de símbolos locais à uma amplificação simbólica. Podemos dizer, em suma, que o MAB se difundiu no Espírito Santo através do recrutamento de militantes, da inovação organizacional nos territórios e da construção de enquadramentos identitários e simbólicos.

Nesta pesquisa, assimilamos que os mecanismos cognitivos de um movimento social são mutuamente constituintes das dinâmicas com outros mecanismos, como o relacional, sendo ambos essenciais para a análise do processo político de mobilização. Como complementaridade para alcançar os objetivos iniciais, na Análise de Redes Sociais (ARS) tivemos resultados que descrevem o papel das relações em redes sociais no processo de organização do MAB, e explicamos como mecanismos contribuem na identificação de características e da importância das redes sociais. Conforme dissemos, as redes sociais funcionaram como um fator de sustentação do confronto político, da qual o MAB-ES jamais poderia atuar isolado ou autossuficiente perante o poder das empresas responsáveis. Ou seja, as redes sociais de apoio

às ações do MAB-ES têm coexistente importância no processo político de mobilização, referente à identidade coletiva. Logo, compreendemos como os mecanismos cognitivos e relacionais são interdependentes.

Com a ARS pudemos descrever características não somente do MAB-ES e suas relações, mas também da estrutura de redes sociais na qual o movimento estava inserido em 2018, assim como as mudanças na sua rede ego de 2018 a 2020. Quanto a estrutura da rede geral analisada pela *whole network*, identificamos a importância do MAB-ES no contexto do desastre através de medidas de centralidade e intermediação (*brokerage*), demonstrando sua maior notoriedade em relação a outros MS/OSC em suas comunidades (*clusters*). Corroborou-se assim, com as revisões bibliográficas de estudos sobre mobilizações no desastre, como Losekann (2018) e Carlos (2019). Além da ênfase no MAB-ES, pudemos visualizar outros atores coletivos importantes e suas comunidades nesse contexto, como a Igreja Católica, Diocese de Colatina, MPF, DPES, FCDRC, dentre outros atores locais.

Já nas relações ego do MAB-ES, observamos que o ator atua não só como mobilizador, mas também como apoiador de outras mobilizações, isso foi expressado por um tipo de rede social – não muito usual – denominada como terceiro nível, no qual atores de fora das relações do ego citam o ego. Na rede de segundo nível, destacamos as relações recíprocas de três atores coletivos, que constavam também nas relações em comum com outros atores. Entretanto, a análise aprofundada ficou a cargo da rede ego de primeiro nível, onde identificamos aspectos das relações do movimento a partir dos mecanismos levantados por Diani (2003b), como análise multinível, multiplexidade de ligações, homofilia e tempo. Pudemos identificar e refletir sobre a diversidade de atores, seus segmentos e seus respectivos tipos de apoio no contexto do desastre. Corroborando as fronteiras do confronto político, se observou que a proximidade das relações se estabelece pela oposição às empresas responsáveis e pelo processo político histórico – como aliados pré-existentes que compartilham da identidade coletiva do MAB. Apesar disso, reconhecemos que essa proximidade de relações não pode ser vista como uma hierarquia determinante já que existem mudanças na identidade coletiva de cada ator conectado.

Aplicando os mesmos mecanismos na rede ego de 2020, pudemos abstrair diferentes características pela possibilidade de comparação com a rede de 2018. Ficou evidente a expansão das relações do MAB-ES pela aparição de novos atores na rede. Esse achado pode estar correlacionado às evidências de aumento de protestos em prol dos atingidos a partir de 2018, segundo Carlos (2021). Além de novos atores, observamos que os segmentos de apoio também aumentaram, diversificando-se, como a inclusão de atores políticos do Legislativo estadual e

federal, e de sindicatos, como o sindicato dos pescadores e marisqueiros (SINDIPESMES). Ademais, maior proximidade é constatada principalmente no segmento da Justiça pela Defensoria Pública do ES e o Ministério Público Federal, cujo desfecho pode estar correlacionado ao papel das mesas de negociação que conduziram à assinatura do TAC Governança, em 2018. No mais, identificamos que a maior parte da rede social do MAB-ES são com segmentos sociais (Igreja católica, sindicatos e políticos de partidos de esquerda como o PT), que estão historicamente em sua base de articulação fazendo parte de sua identidade coletiva. Por seu turno, os aliados não históricos, compartilham de experiências e enquadramentos em relação ao confronto político. Relativa à continuidade na rede de relações de atores de 2018 a 2020, percebemos que aqueles que alcançaram uma maior proximidade em suas relações na rede expressam uma característica de estabilidade na identidade coletiva compartilhada. Ainda assim, é importante frisar que se trata de uma variável dependente do contexto político relacional, por exemplo, no caso dos atores políticos com seus mandatos eleitorais.

Desse modo, além da importância de sustentação, as redes sociais apresentam características de difusão de relações e de ampliação das articulações entre lutas políticas diversas, minimizando parcialmente os efeitos da assimetria nas relações de poder entre atingidos e empresas. Complementando o estudo com essas características das redes sociais, consideramos ter respondido aos objetivos correlatos, como “Quais atores tem relações de apoio com o MAB e o que eles têm em comum? Qual o papel do MAB nessas relações?”, impulsionando a indagação central acerca da importância do papel do MAB-ES no contexto do desastre.

Buscamos dar real atenção ao contexto aqui estudado, pois o caso do rio Doce tem impacto sem precedentes, com consequências mundiais – como um possível marco deste desastre na mineração. O neoextrativismo faz parte de um modelo econômico que faz crescer exponencialmente os conflitos em comunidades vulneráveis, se apropriando de espaços de reprodução cultural e social, caracterizando um retrocesso aos direitos humanos. Dessa forma, a consolidação de um ator coletivo da sociedade civil que potencializa as reivindicações pelas reparações dessas populações é muito importante, apesar desses problemas estarem muito longe de serem resolvidos.

Por fim, se espera que este estudo possa contribuir impactando análises futuras sobre as áreas aqui abordadas e as realidades vividas sobre os desastres. Esperamos ter contribuído para a Análise de Redes Sociais em estudos de movimentos sociais, com a perspectiva dos

mecanismos relacionais para melhor compreendê-los. Trabalhos subsequentes podem complexificar as análises realizadas aqui com outras categorias analíticas em conjunto, ou propor possíveis reflexões sobre suas aplicações neste estudo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 5, 2002.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. (2002), “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, ANPOCS. No. 53, 1o semestre de 2002, pp.35-78.
- VELÁZQUEZ Álvarez, O. Alejandro; AGUILAR Gallegos, N. Manual introductorio al análisis de redes sociales. Medidas de centralidad. **Revista Redes**. DOI: <https://doi.org/10.13140/2.1.v.4053>, 2005.
- ARAUJO, Alexsander Fonseca. Movimento de atingidos por barragens no contexto do desastre do rio doce: formas de mobilização e redes de interações. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2019.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva, 1997. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (Ed.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unifesp, 1997. p. 11-71.
- BECK, Ulrich. A política na sociedade de risco. **Revista Idéias**, v. 2, n. 1, p. 230-252, 2010.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual review of sociology**, v. 26, n. 1, p. 611-639, 2000.
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORGATTI, S.P., EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. 2002. **Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies.
- BOURDIEU, P. 2009. “Introdução a uma sociologia reflexiva”. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, pp. 17-58.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Direitos Humanos e Minoria. **Relatório de Diligência a comunidades no Espírito Santo atingidas pelo Rompimento da Barragem de Mariana**. 2019.

CARLOS, Euzeneia. “Protestos, inovação e consequências políticas no desastre do Rio Doce”. In: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E. (orgs.) **Atores, instituições e políticas públicas: contestações no desastre-crime do Rio Doce**. Vitória: EDUFES, 2021, no prelo.

CARLOS, Euzeneia. Civil Society and Social Mobilizations in the Context of the Rio Doce Socioenvironmental Disaster. **Integrated Environmental Assessment and Management (IEAM)**. Volume 16, Number 5, p. 681–690, 2020.

CARLOS, E. Mobilizando a sociedade civil: inovação organizacional e repertórios de confronto no desastre do Rio Doce. **Psicologia Política**, vol. 19, n. 46, 2019.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Sociologia e Política**. Curitiba, v.19, n.39, 2011, p.153-166.

DEJORDY, R.; HALGIN, D. An introduction to network analysis. **Electronics World**, 2003. v. 109, n. 1812, p. 24–28.

DEJORDY, Rich; HALGIN, Dan. **Introduction to ego network analysis**. Boston MA: Boston College and the Winston Center for Leadership & Ethics, 2008.

DELLA PORTA, D. Recruitment processes in clandestine political organizations. **International social movement research**, v. 1, p. 155-169, 1988.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: An introduction. 3rd Edition**. Blackwell Publishing Limited, 2006.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: An introduction. 3rd Edition**. Blackwell Publishing Limited, 2020.

DÉPELTEAU, F.; POWELL, C. (Org.). 2013. **Conceptualizing Relational Sociology: Ontological and Theoretical Issues**. New York: Palgrave Macmillan.

DIANI, M. 1992. The Concept of Social Movement. *Sociological Review*, **Oxford**, v. 40, n. 1, p. 1-25.

DIANI, M. 2003a. Introduction: Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: "From Metaphor to Substance"? In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). **Social Movements and Networks. Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University.

DIANI, M. 2003b. Networks and Social Movements: a Research Program. In: DIANI, M. & MCADAM, D. (eds.). **Social Movements and Networks. Relational Approaches to Collective Action**. Oxford: Oxford University.

DIANI, M.; MCADAM, D. **Social Movements and Networks Relational Approaches to Collective Action**. [S.l.]: [s.n.], 2003. V. 1.

DIANI, Mario, 2004. Networks and participation. In: **The Blackwell companion to social movements**, p. 339-359, 2004.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 219, 2010.

DOS SANTOS, Mariana Corrêa. O conceito de "atingido" por barragens-direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers**. Berkeley: University of California Press, 1982.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a relational sociology. **American journal of sociology**, v. 103, n. 2, p. 281-317, 1997.

EMIRBAYER, Mustafa; GOODWIN, Jeff. Network analysis, culture, and the problem of agency. **American journal of sociology**, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, 1994.

FONTES, Roberta Neves. **Crime, desastre ou acidente? Disputas narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco**. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa, 2018.

FOSCHIERA, Atamis Antônio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

GASPARINI, Rodrigo Paris. **Movimentos sociais, estado e suas dinâmicas de interação: um balanço de duas décadas do movimento de direitos humanos do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2020.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados - Terra e água: o conflito de Itaipu**. Editora da ULBRA, 2003.

GERRING, J. 2004. What Is a Case Study and What Is It Good for?. **American Political Science Review**, Los Angeles, v. 98, n. 2, p. 341-354.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. UNESP, 1991.

GLÜCKLER, J.; PANITZ, R.; HAMMER, I. SONA: A relational methodology to identify structure in networks. **Zeitschrift fur Wirtschaftsgeographie**, 2020. v. 0003.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: Essays in face-to-face behavior**. Pantheon Books, New York, 1967.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: An essay on the organization of experience**. Harvard University Press, 1974.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**, p. 303-318, 2012a.

GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v.237, p.128-146. 2012b.

HADDEN, Jennifer. **Networks in contention**. Cambridge University Press, 2015.

HANNEMAN, R. A. RIDDLE, M. 2005. **Introduction to Social Network Methods**. Riverside, CA: University of California, Riverside.

JASPER, James M. ¿ De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. **Sociológica** (México), v. 27, n. 75, p. 7-48, 2012.

JASPER, James M. 2016. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Zahar.

JASPER, James M. Introduction: From political opportunity structures to strategic interaction. In: JASPER, James M.; GOODWIN, Jeff (Ed.). **Contention in context: political opportunities and the emergence of protest**. Stanford University Press, p. 1-33, 2012a.

JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão**. 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-global.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

KRINSKY, J.; CROSSLEY, N. Social Movements and Social Networks: Introduction. **Social Movement Studies**, 2014. v. 13, n. 1, p. 1–21. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14742837.2013.862787>>.

LAVALLE, Adrian Gurza; VON BÜLOW, Marisa. Sociedade civil e institucionalização da intermediação: Brokers diferentes, dilemas semelhantes. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 125-165, 2014.

LAVELL, Allan; MASKREY, Andrew. The future of disaster risk management. **Environmental Hazards**, v. 13, n. 4, p. 267-280, 2014.

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). **Relatório de pesquisa. GEPPEDES**, Vitória, 2017.

LOSEKANN, C. 2016. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 20, p. 121-164.

LOSEKANN, Cristiana. 2018. Não foi acidente!” o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Zhouri (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana, p. 65-108, 2018.

LOSEKANN, Cristiana. Performances coordenadas e experiências compartilhadas na mobilização do direito em conflitos ambientais. **Plural**, v. 26, n. 2, p. 174-199, 2019.

LOSEKANN, Cristiana; SANTOS, Arthur Augusto. Mobilizações Dos Afetados Pelo Desastre-Crime Da Samarco, Vale E Bhp Billiton-Uma Análise Do Surgimento Do Fórum Capixaba Em Defesa Do Rio Doce. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 1, p. 18-43, 2017.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno. 2018. A emenda e o soneto: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. **Versos**, 2, 26-45.

MAB, 2018. Disponível em: <https://mab.org.br/2019/09/02/jornada-lutas-marca-quatro-anos-do-crime-em-mariana-e-um-ano-em-brumadinho/>. Publicado 02/09/2019. .

MARCHEZINI, Victor. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. São Paulo: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 83, 1/2017, p. 43-72, 2018.

MARIN, Alexandra; WELLMAN, Barry. Social network analysis: An introduction. In: **The SAGE Handbook Of Social Network Analysis**, v. 11, p. 25, 2011.

MARQUES, E. C. L. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. **Cadernos de Saude Publica**, 2019. v. 35, p. 1–11.

MAYER, Nonna; FAVRE, Pierre; FILLIEULE, Olivier. La fin d'une étrange lacune de la sociologie des mobilisations. L'étude par sondage des manifestants: fondements théoriques et solutions techniques. **Revue française de science politique**, v. 47, n. 1, p. 3-28, 1997.

MCADAM, Doug; DIANI, Mario (Eds). **Social movements and networks: Relational approaches to collective action**. Oxford University Press, 2003.

MCADAM, Doug. Beyond structural analysis: Toward a more dynamic understanding of social movements. In: **Social movements and networks: Relational approaches to collective action**, p. 281-298, 2003.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Social Movement Studies, v. 2, n. 1, p. 99-102, 2003.

MCGARRY, Aidan; JASPER, James. **The identity dilemma: Social movements and collective identity**. Temple University Press, 2015.

MELUCCI, A. 1988. "Getting involved: identity and mobilization in social movements". **International Social Movements Research**, vol. 1.

MELUCCI, A.1996. **Challenging Codes**. Cambridge: Cambridge University.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P.; MAGNO, Lucas; WANDERLEY, Luiz J. M.; MANSUR, Maíra S.; PINTO, Raquel Giffoni; GONÇALVES, Ricardo J. A. F.; COELHO, Tádzio P.. A Estratégia Corporativa da Vale SA: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos-Textos para Discussão PoEMAS**, v. 2, n. 2, p. 1-43, 2018.

MISCHE, Ann. **Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton University Press, 2008.

MISCHE, Ann. Culture, Networks, and Interaction in Social Movement Publics. In: **Simposio de Berlín**. Marzo. 2008a.

MISCHE, Ann. Relational sociology, culture, and agency. In: **The SAGE handbook of social network analysis**, p. 80-97, 2011.

NICK CROSSLEY. Social Network Analysis. In: INGLIS, D.; ALMILA, A. M. (Eds.). 2016. **The SAGE Handbook Of Cultural Sociology**. SAGE, p. 109–127.

NUNES, J. H. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: Enquadrando a intervenção. **Sociedade e Estado**, 2013. v. 28, n. 2, p. 257–277.

NUNES, Jordão Horta. Frame e identidade coletiva: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 1, p. 143, 2013a.

NVIVO, qualitative data analysis software; **QSR International Pty Ltd**. Version 12, 2018.

OLIVEIRA, Gerson. De L. **A Mudança De Escala Na Mobilização Dos Atingidos Por Barragens**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

OLIVEIRA, N. “Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens”. **Jornal O Tempo**, 05 nov. 2015. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/minas-j%C3%A1-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>.

OSA, Maryjane. Networks in Opposition: Linking Organizations Through Activists in the Polish People's Republic. In: MCADAM, D.; DIANI, M. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**, p. 77-104, 2003.

PASSY, Florence. Social networks matter. But how. In: MCADAM, D.; DIANI, M. **Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action**, p. 21-48, 2003.

PAULA, Vinicius L. **Ocupações e Defensoria Pública. Performances coordenadas de mobilização do direito na luta por moradia no centro de Vitória**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. Collective identity and social movements. **Annual review of Sociology**, v. 27, n. 1, p. 283-305, 2001.

RIBEIRO. R.; ZHOURI, A. (orgs.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Editora da UFV, Viçosa, 2007.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, 2013.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: Franklin Frothman, Ricardo Ribeiro e Andréa Zhouri (orgs.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Editora da UFV, Viçosa, 2007.

SILVA JÚNIOR, R.D da. Os métodos mistos e a interdisciplinaridade nas Ciências Sociais: pragmatismo ou pluralismo paradigmático?. **Idéias**, v. 4, p. 87-108, 2013.

SNOW, D. A.; ROCHFORD, E. Burke; WORDEN, Steven K.; BENFORD, Robert D. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. **American Sociological Review**, 1986. v. 51, n. 4, p. 464.

SNOW, D. A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. **Annual Review of Sociology**, 2000. v. 26, n. 2000, p. 611–639.

SOULE, Sarah A. **Contention and corporate social responsibility**. Cambridge University Press, 2009.

SOUZA, L.A.M.; CARLOS, E. 2019. Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce. **Redes, Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 2, p. 56-80.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **OSAL**, v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012.

TARROW, Sidney. 2009. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis,RJ, Vozes.

TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. 2018. In: PIRES, R.; LOTTA, G.;& OLIVEIRA, V. **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea; Enap, p. 105-138.

TETREAULT, Darcy; MCCULLIGH, Cindy; LUCIO, Carlos. An Introduction to Social Environmental Conflicts and Alternatives in Mexico. In: **Social Environmental Conflicts in Mexico**. Palgrave Macmillan, Cham, 2018. p. 3-41.

TILLY, C. 2008. **Contentious performances**. Cambridge University Press.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney G. **Contentious Politics**. Oxford University Press, 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VALENCIO, Norma. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, p. 748-762, 2010.

VALENCIO, Norma. **Para além do ‘dia do desastre’: o caso brasileiro**. Curitiba: Appris, 2012.

VALENCIO, Norma. A ordem invisível por de trás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2017.

VIANA, M. B. **Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM)**. Tese de doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2012.

VILLEGAS, Pablo. Amistades peligrosas: notas sobre movimientos sociales y gobiernos progresistas. In: GONZÁLES, Marco Gandarillas. (Org.). **Extractivismo: nuevos contextos de dominación y resistencias**. Cochabamba: Cedib, 2014.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: Methods and applications**. 1994.

WELLMAN, Barry. Structural analysis: From method and metaphor to theory and substance. **Contemporary Studies in Sociology**, v. 15, p. 19-61, 1997.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, A. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, 2016. v. 68, n. 3, p. 36–40.

ZORZAL, M.; CAYRES, D. C.; SOUZA, L.M. Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: o caso da barragem de Fundão, MG. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, n. 2, p. 464-488, 2019.

APÊNDICE A
PERFIL DOS ENTREVISTADOS

ATRIBUTOS	ENTREVISTA 1	ENTREVISTA 2	ENTREVISTA 3	ENTREVISTA 4
ESCOLARIDADE	PÓS GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO
IDADE	32	31	28	Não atribuído
NO QUE TRABALHA	MILITÂNCIA	DOUTORANDA	MILITÂNCIA	MILITÂNCIA
PROFISSÃO	PROFESSOR	ADVOGADA	PROFESSOR	SOCIÓLOGO
RESIDENTE DO ESPÍRITO SANTO	Sim	Não	Sim	Sim
SEXO	HOMEM	MULHER	HOMEM	HOMEM

APÊNDICE B**ROTEIRO DE ENTREVISTA****PESQUISA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS/ UFES**

Financiamento: CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA n° 06/2016.

Rede de Pesquisa ComRioComMar.

Universidade Federal do Espírito Santo

Entrevista para Ativistas e Atingidos do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)

Esta entrevista é parte do estudo em desenvolvimento de Mestrado em Ciências Sociais na UFES pelo Alexander Fonseca de Araujo, pesquisador que faz parte do Núcleo Participação e Democracia (NUPAD) e Rede de Pesquisa ComRioComMar, formada com colaboração de outras instituições de ensino e pesquisa (USP, IESP-UERJ, UNISINOS e CEBRAP). O objetivo desta entrevista é coletar informações sobre o MAB no Espírito Santo, sua construção de identidade coletiva e as relações sociais nos confrontos político do contexto do desastre das mineradoras Samarco/Vale/BHP no Rio Doce, no dia 05 de novembro de 2015.

Suas respostas são sigilosas e o seu nome não será associado a elas. O seu nome não será divulgado, nem respostas específicas serão associadas à sua organização. O nome da sua organização será citado por sua contribuição à pesquisa quando os resultados do estudo forem divulgados. Os dados desta entrevista serão analisados de modo agregado, juntamente com informações de outras entrevistas e documentos. Se você não desejar responder alguma pergunta, pode informar que prefere não respondê-la e pode suspender a realização da entrevista em qualquer momento.

INFORMAÇÕES GERAIS

Hora de início da entrevista:

Data da entrevista:

Local:

1. Nome:
2. Telefone: Email:
3. Sexo: () M () F Idade:
4. Escolaridade:
5. Profissão:
6. No que você trabalha:

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E TRAJETÓRIA DE ATIVISMO

1. Qual sua função no MAB?
2. Em qual local atua?
3. Como você conheceu o MAB?
4. Porque você entrou no MAB?
5. Há quanto tempo participa do MAB? Caso seja antes do desastre, aonde atuava anteriormente?
6. Sua militância começou com esse movimento? Se não, qual foi e quando?
7. Qual é sua visão sobre o MAB e os principais objetivos do movimento?

PARTICIPAÇÃO

8. Você faz parte (ou fez parte nos últimos cinco anos) de outras organizações, associações, movimento social ou entidades?
Qual? Desde quando? Qual função?

Tipo de entidade que faz parte	Qual?	Desde quando?	Qual função?
Associação de moradores			
Associação ou colônia de pescadores			
Associação comercial			
Associações esportivas			
Associações culturais			
Movimentos sociais			
Fóruns da sociedade civil em defesa do Rio Doce			
Comissão de atingidos			
Sindicatos			
Igrejas ou associações religiosas			
Outras entidades ou coletivos			

9. Você participa (ou participou) de algum espaço de participação da sociedade civil como conselhos, orçamento participativo, conferências setoriais e comitês de bacia para discutir políticas governamentais?
Qual? Desde quando? Qual função?

Tipo de participação	Qual?	Desde quando?	Qual função?
Orçamento Participativo			
Conselhos Gestores de políticas públicas			
Conferências de políticas setoriais			
Comitê de Bacia Hidrográfica			
Audiência Pública			
Ocupa Participativo			
Outros			

PAPEL DA IDENTIDADE DE ATINGIDO

10. O que é ser atingido?
11. Como o MAB **constrói** a ideia de atingido nas comunidades capixabas?
12. Quais são as **dificuldades**?
13. Qual a **importância** de se identificar atingido?

IDENTIFICAÇÃO DO MOVIMENTO

14. Porque o MAB vem para o ES? Quais são os objetivos?
15. Quais foram às entidades que **apoiaram** o MAB desde sua chegada no Espírito Santo?
16. Cite 5 pautas políticas que você considera mais próxima ao que o movimento defende.
17. Das entidades que o MAB tem relações de **apoio**, quais você considera mais próxima das pautas políticas do MAB? E quais são as mais distantes?
18. Como o MAB-ES organiza e mobiliza os atingidos?
19. Quais são as **dificuldades** de organizar e mobilizar os atingidos?

PERCEPÇÕES E ENQUADRAMENTO DO MOVIMENTO

20. Quais são as **motivações** de organizar e mobilizar os atingidos?
21. Qual o diagnóstico que o MAB faz do desastre hoje?
22. O que o MAB vê de soluções para os problemas do desastre hoje?
23. Como o MAB busca alcançar a população atingida e amplificar as pautas do movimento?
24. Como foi a chegada e expansão do MAB nos municípios capixabas?
25. Considera algum jargão ou símbolo do MAB que a população atingida se identificou mais?

RELAÇÕES DE REDES SOCIAIS DO MOVIMENTO (nos últimos 2 anos)

26. A quem o MAB é oposição no desastre no rio Doce?
27. Você identifica algum tipo de repressão ou intimidação das autoridades públicas ou empresa contra as atividades de mobilização da sua organização? Se sim, pode comentar algum acontecimento específico?
28. Que tipo de atividades o MAB-ES promoveu depois do rompimento da barragem? Quais? Quando?

Atividades que o movimento fez com apoio	Quais?	Quando?
1. Abaixo-assinado		
2. Manifestação de rua (passeata, marcha ou ato público)		
3. Manifestação on-line (twitaço, etc)		
4. Ocupação de prédios públicos ou privados		
5. Barricada e/ou fechamento de vias		
6. Ocupação de cargos públicos		
7. Ação cível judicial		
8. Pressão sobre políticos e poderes públicos [lobby]		

9. Participação em conselhos e conferências de políticas públicas		
10. Participação em comitês de bacia hidrográficas		
11. Participação em audiências públicas		
12. Criação de nova organização, associação ou fórum.		
13. Outras:		

29. Com quais entidades da **sociedade civil** o MAB organizou **atividades de mobilização** após o rompimento da barragem? Cite até cinco (5) entidades.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

Que tipo de atividades vocês fizeram juntos? (1 a 13)

30. E pensando em outros **atores políticos, jurídicos ou religiosos**, na luta pelos direitos e reparações dos atingidos(as) pelo rompimento da barragem, vocês se articularam ou se aliaram a alguma instituição? Cite até cinco (5), por favor.

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.

Que tipo de atividades vocês fizeram juntos? (1 a 13)

31. Nos últimos 2 anos o MAB teve **novas relações** com **movimentos sociais ou organizações**?

32. Nos últimos 2 anos o MAB teve **novas relações** com **atores políticos, jurídicos ou religiosos**?

33. Na sua visão, qual o papel e **importância** das relações do MAB-ES com a luta de direitos dos atingidos?